



**JOSÉ  
SARMENTO  
DE MATOS**  
UM ABASTECEDOR  
DE MEMÓRIAS

Margarida de Magalhães Ramalho



**JOSÉ SARMENTO DE MATOS**  
UM ABASTECEDOR DE MEMÓRIAS



2023

**JOSÉ  
SARMENTO  
DE MATOS**  
UM ABASTECEDOR  
DE MEMÓRIAS

Margarida de Magalhães Ramalho

Imprensa Nacional é uma marca editorial da **INCM**

**IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.**

Av. de António José de Almeida

1000-042 Lisboa

—  
imprensanacional.pt

loja.incm.pt

facebook.com/ImprensaNacional

instagram.com/imprensanacional.pt

editorial.apoiocliente@incm.pt

—  
© Margarida de Magalhães Ramalho,  
Câmara Municipal de Lisboa e Imprensa Nacional-Casa da Moeda

—  
**TÍTULO** *José Sarmento de Matos, Um Abastecedor de Memórias*

**AUTOR** Margarida de Magalhães Ramalho

**COEDIÇÃO** Câmara Municipal de Lisboa / Pelouro da Cultura /  
Direção Municipal de Cultura / Departamento de Património Cultural  
NOVA / Faculdade de Ciências Sociais e Humanas  
Imprensa Nacional-Casa da Moeda

**DESIGN** Joana Martins da Cunha

**FOTOGRAFIA** Ana Luísa Alvim, António Sacchetti, Arquivos Pessoais,  
Bruno Portela, Elza Rocha, José Vicente, Luísa Ferreira

**REVISÃO DE TEXTO** Diogo Silva

**REVISÃO CIENTÍFICA** Rita Mégre, Tiago Borges Lourenço

**APOIO À EDIÇÃO** Hélia Silva, Rita Mégre, Tiago Borges Lourenço

**IMPRESSÃO E ACABAMENTO**

Imprensa Nacional-Casa da Moeda

Composto em Alegreya

Impresso em Chromocard 260 g (capa)

e Arena Natural Smooth 90 g (miolo)

**1.ª EDIÇÃO** junho, 2023

**ISBN** 978-972-27-3136-2

**DEPÓSITO LEGAL** 516928/23

**EDIÇÃO Nº** 1026222

Este livro foi desenvolvido no âmbito do projeto *Olisipógrafos. Os Cronistas de Lisboa*, financiado pela Câmara Municipal de Lisboa e coordenado pela professora Raquel Henriques da Silva, do Instituto de História da Arte, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA.

**A equipa do projeto agradece:**

Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo da Universidade de Lisboa,  
Hemeroteca Digital de Lisboa, Museu de Lisboa.

António Mega Ferreira, Maria do Carmo Sarmento de Matos Magalhães  
Ramalho, Carlos Sarmento de Matos, Luísa Sarmento de Matos,  
Joana Monteiro, Maria Antónia Oliveira, António Sacchetti.

À memória de José Sarmento de Matos que,  
ainda antes de mim, acreditou que eu podia  
trilhar o caminho que fiz.

|     |                                     |     |
|-----|-------------------------------------|-----|
|     | <b>José Sarmiento de Matos:</b>     |     |
|     | <b>a renovação da olisipografia</b> | 11  |
|     | <b>José Sarmiento de Matos,</b>     |     |
|     | <b>Um Abastecedor de Memórias</b>   | 15  |
| I   | <b>Origens de uma família</b>       | 19  |
|     | Prólogo                             | 20  |
|     | Um casarão perto do Bairro Alto     | 23  |
|     | Laços de família                    | 25  |
|     | <i>A Villa Roma</i>                 | 33  |
|     | Viver em Sintra                     | 36  |
|     | O regresso à terra                  | 43  |
|     | As outras casas de José             | 47  |
|     | Amizades                            | 48  |
| II  | <b>Percurso de vida</b>             | 55  |
|     | Os anos da formação                 | 56  |
|     | A passagem pela Função Pública      | 60  |
|     | Enfim, livre                        | 66  |
|     | Os «anos loucos»                    | 68  |
|     | Da Comissão dos Descobrimentos      |     |
|     | à Expo'98                           | 70  |
|     | Os últimos anos                     | 80  |
| III | <b>Amar Lisboa</b>                  | 87  |
|     | A Lisboa de trazer por casa         | 91  |
|     | Um passeio a Oriente                | 123 |
|     | O bairro da Lapa ou a               |     |
|     | desobediência das Trinas            | 129 |
|     | A reinvenção de Lisboa ou outra     |     |
|     | forma de olhar a história da cidade | 136 |
|     | A janela de Sintra                  | 141 |
|     | Acompanhando Damião de Góis         | 144 |
|     | A rua Nova dos Mercadores           | 149 |
|     | Leituras quinhentistas de Lisboa    | 152 |
|     | Ainda Lisboa do século XVI          | 154 |
|     | Um passeio pela Ribeira do Tejo     | 159 |

|    |                              |     |
|----|------------------------------|-----|
| IV | <b>Último ato</b> _____      | 167 |
| V  | <b>Fortuna crítica</b> _____ | 175 |
|    | Agradecimentos _____         | 195 |
|    | Bibliografia _____           | 196 |
|    | Créditos fotográficos _____  | 199 |



# JOSÉ SARMENTO DE MATOS: A RENOVAÇÃO DA OLISIPOGRAFIA \*

Passaram, no dia 25 de Novembro, 60 anos sobre a morte de Norberto de Araújo (1889-1952). Na qualidade de olisipógrafo, não podia deixar passar esta triste efeméride [...]

Na sequência da obra colossal de Júlio de Castilho, patriarca e referência da génese da Olisipografia, uma plêiade notável de discípulos prosseguiu esse trabalho de desvendar os meandros da cidade, em que o nome de Norberto de Araújo se junta aos de Gustavo de Matos Sequeira, Augusto Vieira da Silva ou Luís Pastor de Macedo, para só citar os mais relevantes, todos acentuando o carácter muito específico e diverso que decorre da vontade de conhecer a história de uma cidade. Não se trata de abordar nem só um edifício, nem só uma rua, nem só um facto histórico ou uma personagem marcante. Trata-se, sim, de perscrutar uma entidade plural, em que em cada canto coabitam gentes e épocas diferentes através das memórias que esse lugar convoca. Por isso, a Olisipografia foi aos poucos definindo uma forma específica de percepção da cidade, já esboçada na Lisboa Antiga de mestre Castilho. Isto é, não basta recolher muitas informações, datas, nomes e documentos e a partir desses dados construir uma narrativa, mas é necessário intuir sensorialmente a cidade, tocar as suas pedras, anotar as múltiplas referências espalhadas nas paredes, desde azulejos a pedras gravadas, apreciar o sentido arquitectónico e decorativo dos edifícios, entender o gosto expresso nas escolhas de quem os construiu, numa palavra, passear sem itinerário predeterminado pela intimidade desse universo carregado de segredos ao dobrar de cada esquina.

Ora um dos mais notáveis contributos de Norberto de Araújo foi fixar de forma indelével esse carácter específico da prática olisipográfica através da escolha do título da sua obra mais reconhecida: *Peregrinações em Lisboa*. Este título feliz sintetiza em si o mais genuíno do género que aos poucos foi tomando forma, desde Castilho, passando por nomes atrás citados, destacando-se a escrita de Matos Sequeira e o rigor de engenheiro de Vieira da Silva [...]

*José Sarmento de Matos, jornal Público, 9 de dezembro de 2012*

\*Este texto foi parcialmente publicado, com o mesmo título, em *Uma casa em Lisboa: Homenagem a José Sarmento de Matos*, Museu de Lisboa/EGEAC-EM, 2022, pp. 26-43.

Com a sua invejável clareza de escrita, José Sarmiento de Matos enuncia, neste texto, o que é a olisipografia: a elaboração da história de Lisboa, misturando, em doses variáveis, a investigação documental sobre as gentes, os lugares e a sucessão dos eventos, em durações mais ou menos longas.

Para se ser bem-sucedido na elaboração dessa história como «entidade plural», o trabalho intelectual tem de ser alimentado por uma atitude vivencial que exige os sentidos, os sentimentos e as emoções, através de um corpo andarilhante. De facto, homenageando Norberto Araújo, um dos seus antecessores, José afirma que o olisipógrafo é um peregrino: mais do que chegar ao destino sagrado, a sua vida é o contínuo caminhar e a incorporação sucessiva dos acasos dos caminhos.

Assim a olisipografia adquire a sua particularidade: é história, com os métodos e os objetivos da história, alimentados pelas questões novas da cidade contemporânea com a plena convicção de que o passado é a seiva que corre nos nossos sucessivos presentes. Por isso, o estudo dos arquivos é alimentado nos trajetos quotidianos porque as camadas de passado são um palimpsesto desafiante que é possível ler ou decifrar, ou, caso extremo mas não improvável, imaginar e inventar.

Como todos os ofícios que decorrem de uma genuína vocação, José foi olisipógrafo a tempo inteiro com uma paixão que, pelo menos ao longo dos últimos trinta anos, nunca deixou de crescer e frutificar: cada vez mais sábio e cada vez mais apaixonado, viveu esse imenso amor com uma juvenil alegria que espelhava a energia azul, entre rio e céu, do corpo mesmo de Lisboa. E que, no cerne da sua razão de ser, manteve as memórias da infância e da adolescência, entre o centro de Lisboa e as lonjuras de Sintra, como um mapa pessoal que continha e transbordava toda a família e os muitos amigos que foi tendo.

Sem pretender fazer o percurso dessa peregrinação, parece-me claro que, depois do arranque com *Uma Casa na Lapa*, a sua obra maior, publicada em 1994, o ser olisipógrafo se consolidou nos anos gratificantes em que integrou a equipa da Expo'98. Foi então um brilhante orquestrador de conteúdos, dos *Guias Históricos do Caminho do Oriente* ao batismo das ruas do novo bairro da cidade que nasceu em sítio sem raízes que ele e outros (especialmente António Mega Ferreira) lhe inventaram.

Depois de anos em vista ampla (mas sempre alimentada pelos detalhes de cada esquina e de cada história de casas e de gentes), a fase seguinte foi marcada, numa parceria profícua com Jorge Ferreira Paulo, por estudos de considerável complexidade e ambição sobre lugares específicos da geo-história da cidade, articulados com as pressões transformadoras da história do presente. Simultaneamente, foi começando

a delinear e depois a escrever *A invenção de Lisboa*, em que o olisipógrafo José Sarmento de Matos foi mais longe que todos os seus antecessores: entre o século XII e o século XVI, Lisboa cristã nasce e transfigura-se, corpo mestiço que foi romano, mouro, cristão e judeu e depois *caput mundi* de um império que se sonhou universal.

Esta poderosa *invenção*, mais do que história, é uma criação artística complexa que muito deve a dois não olisipógrafos que amaram Lisboa e que o nosso autor muito amou: Fernão Lopes e Luís de Camões. Inspirado por eles, mas com uma fundura abismal de informação anterior e posterior, José transmutou Lisboa em mito, abençoada pelos deuses do Olimpo mas, mais ainda, pelos fazedores da História que são os povos nas suas sucessivas configurações. Creio que se inspirou também naquela que é a mais potente imagem de Lisboa, inventada por Francisco de Holanda, e que constitui o frontispício do livro *Da fábrica que falece à cidade de Lisboa*, 1571. Não posso deixar de o citar de novo:

Um pequeno detalhe isola esta representação mítica de Lisboa feita por Francisco de Holanda. Ao contrário do habitual, os dois corvos não se dispõem um à popa e outro à proa da barca santificada, mas um deles, como que impelido por um súbito afago, poisa docemente sobre o ombro da cidade. [...] se a leitura mais atenta não engana, o que Holanda nos diz com este detalhe aparentemente de somenos importância é que a simbiose entre a cidade e a sua simbologia já é tão intrincada que ela própria se transformou na barca à deriva, destinada a levar os portugueses a partir de Lisboa a todas as partes do mundo. [...] <sup>1</sup>

Os fados que abençoaram a sua vida feliz não permitiram que completasse a sua *Invenção de Lisboa*. Mas há fragmentos relevantes, bem como artigos dispersos e alguns inéditos que sem dúvida virão a ser publicados, permitindo aos mais novos compreender e ampliar o labor de José. A monografia de Margarida de Magalhães Ramalho, que tenho a honra de apresentar, constitui um ponto de partida a partir de agora indispensável para que ele, como desejou, integre plenamente o olimpo dos olisipógrafos. À sucessão de nomes ilustres que cita (Júlio de Castilho, Gustavo de Matos Sequeira, Augusto Vieira da Silva ou Luís Pastor de Macedo) há que acrescentar alguns outros, mas, mesmo nessa evocação alargada, José Sarmento de Matos tem uma indiscutível originalidade:

---

<sup>1</sup> José Sarmento de Matos, «Lá vem o corvo Vicente que tem muito para contar», in *Vicente Símbolo de Lisboa Mito Contemporâneo*, Mário Caeiro (coord.), Theya Editores, 2019, pp. 24-29.

dando continuidade à militância de José-Augusto França, de quem se sentia discípulo, as questões complexas da Lisboa contemporânea passam a ser determinantes e são elas, muitas vezes, que sugerem e guiam a investigação. Ou seja, a olisipografia perde o teor saudosista, sugerindo que o passado era melhor do que o presente, constituindo-se como uma torre de marfim que evitava os choques às vezes brutais das profundas alterações contemporâneas.

José conhecia como ninguém as feridas abertas no corpo intenso da cidade desde o século XIX, mas estava sempre pronto a ajudar a tratá-las e superá-las, usando, para isso, não tanto o culto do passado mas uma visão potente do que foi e continuará a ser Lisboa: uma extraordinária geo-história, ponta da Europa e limiar de rotas, gentes e saberes, alimentada pelo Tejo e aberta sobre o Atlântico. Portas adentro, ele desfiava histórias de vida, de gente, casas e monumentos, soterrados uns, transfigurados outros. Prontos, através da sua inteligência sensível, a iluminar a nebulosidade do presente.

Raquel Henriques da Silva  
Carcavelos, 9 de março de 2023

# JOSÉ SARMENTO DE MATOS, UM ABASTECEDOR DE MEMÓRIAS

*Se, depois de eu morrer, quiserem escrever a minha biografia,  
não há nada mais simples.*

*Tem só duas datas — a da minha nascença e a da minha morte.  
Entre uma e outra coisa todos os dias foram meus.<sup>2</sup>*

**~Alberto Caeiro**

Em 2012, num artigo escrito para o jornal *Público* a que chamou «Confidências de Lisboa», José Sarmiento de Matos afirma sempre ter entendido o nome da mercearia *A Abastecedora da Memória* — localizada acima da Igreja da Memória — «como uma espécie de síntese lapidar da minha própria labuta olisipográfica».

E, de facto, ao longo da sua vida, não só abasteceu a sua memória com tudo o que leu, viu e pensou, como foi, através das suas múltiplas facetas enquanto olisipógrafo, um abastecedor da Memória de Lisboa.

Por isso, não é fácil condensar num livro toda a dimensão do seu contributo para o conhecimento e a preservação da história da cidade. Tentámos, apesar de tudo, fazê-lo, mesmo que em traços largos.

Conheci Sarmiento de Matos, o Zé, com 12 ou 13 anos, quando um dos meus irmãos ficou noivo da irmã dele. Nessa altura, eu era só a miúda mais nova, e poucas palavras trocávamos para além dos simples «Olá». Seria muito mais tarde, já no final da década de 1980, que começaríamos a conversar. O pontapé de saída foi dado no dia da defesa do doutoramento do meu irmão, e seu cunhado, quando lhe comecei a relatar, entusiasmada, os avanços e as descobertas que estava a fazer nas escavações arqueológicas que então dirigia em Cascais, no interior da Fortaleza de Nossa Senhora da Luz. No final do meu empolgado relato, disse-me: «Ouve lá, tens é de escrever essa história.» — E foi o que fiz. O artigo sairia meses depois, no n.º 2 da revista *Oceanos*.

Mais tarde, viria a colaborar com ele noutros projetos, caso da Expo'98, onde partilhámos gabinete.

---

<sup>2</sup> Fernando Pessoa, *Poemas Completos de Alberto Caeiro*, Lisboa, Editorial Presença, 1994, p. 126.

Com interesses, familiares e amigos comuns, os nossos laços de amizade também se estreitaram.

Não foi, por isso, muito fácil escrever este livro.

No entanto, quando Raquel Henriques da Silva, enquanto coordenadora do projeto *Olisipógrafos. Os Cronistas de Lisboa*, me convidou para o fazer, não tive como recusar.

Este livro insere-se numa coleção de biografias de quatro olisipógrafos, promovida pela Câmara Municipal de Lisboa, em parceria com a Universidade Nova de Lisboa.

Como premissas obrigatórias, apenas a existência de três capítulos: um dedicado à família e às suas origens, outro para o percurso académico/profissional e um terceiro sobre a Olisipografia. Se assim o entendesse, poderia acrescentar outros capítulos, desde que não ultrapassasse as 75 mil palavras. Se os dois primeiros («Origens de uma família» e «Percurso de vida») — subdivididos em outros tantos — não eram complicados para mim, pois podia recorrer a testemunhos da família, de colegas e de amigos, o terceiro («Amar Lisboa») foi um desafio. Navego por outras águas da História e, se não me falta, espero, o engenho, podia faltar-me a arte para falar de assuntos que não domino. Por essa razão, considerei que teria de ser o próprio Sarmento de Matos a «escrever» esse capítulo. O meu papel seria o de identificar todos os seus textos, de selecionar os excertos mais elucidativos e cosê-los de forma a criar uma narrativa com sentido.

Como se explicará adiante, foi também opção escolher excertos de textos inéditos e do que escreveu na imprensa. A efemeridade dos jornais, diários ou semanalmente substituídos, leva a que tudo o que neles se escreve desapareça rapidamente. No entanto, as suas grandes obras de olisipografia publicadas em livro também não foram esquecidas.

A este conjunto, acrescentei dois capítulos, «Último ato», no qual se fala do final da sua vida e se apresentam os testemunhos de três grandes amigos; e «Fortuna crítica», onde se incluem textos de outros autores sobre a obra de Sarmento de Matos.

Por fim, só me resta desejar que o livro desperte, em quem o ler, a vontade de conhecer melhor a obra deste *abastecedor de memórias*, cuja vida foi dedicada, em parte, a amar a cidade onde nasceu.





# I *Origens de uma família*

N I M P R E N S A  
N A C I O N A L

© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

# PRÓLOGO

*E uma casa é a coisa mais séria da vida.*<sup>3</sup>

~Ruy Belo

É por vezes na infância que se intui o mistério de uma vida futura.

A 29 de novembro de 1951 chegava a Lisboa, a bordo do Aviso de 1.<sup>a</sup> classe, *Bartolomeu Dias*, o corpo da rainha D. Amélia, que falecera semanas antes, aos 86 anos, na sua casa perto de Versailles. Exilada após a implantação da República em 1910, a antiga soberana viria ainda a Portugal no final da II Guerra Mundial, a convite de Salazar. Seis anos depois, regressou, na sua derradeira viagem, ao país que amara mas que tão mal a tratara. Teria honras de funeral de Estado.

A urna desembarcou no Terreiro do Paço, na belíssima «Estação de Sul e Sueste», projetada por Cottinelli Telmo. O cortejo fúnebre atravessou Lisboa e terminou no Panteão dos Bragança, em São Vicente de Fora, onde já repousavam os restos mortais do seu marido, o rei D. Carlos, e dos seus filhos, D. Luís Filipe e D. Manuel II.

Foi um verdadeiro acontecimento nacional que levou às ruas milhares e milhares de portugueses. Uns, poucos, saudosos da monarquia; outros, a maioria, divididos entre a curiosidade mórbida que a morte sempre acarreta e a vontade de prestar homenagem à última rainha de Portugal, uma mulher que tanto fizera pelo país de adoção e vira assassinar o marido e um dos filhos no Terreiro do Paço, em 1908.

Associando-se a essa má consciência que, porventura, pesava ainda sobre os lisboetas pela morte do rei e do príncipe, o vespertino *Diário de Lisboa* escreveu nesse dia:

«Reconquistando Portugal, voltando a reinar, com a sua côroa do martírio bem assente sobre a fronte, a rainha D. Amélia, falecida para o Mundo e rediviva para Deus, vence os homens e as suas paixões, dizendo-lhes:

—Aprendeí comigo a viver e admirar, na claridade eterna do perdão! Tudo passa e desaparece, para só quedar o coração, sem ódios nem ilusões sinistras.»<sup>4</sup>

3 Ruy Belo, *Obra Poética de Ruy Belo*, Lisboa, Editorial Presença, vol. 1, 1984, p. 73.

4 «O presidente da República e o Governo assistiram às cerimónias do funeral de D. Amélia», *Diário de Lisboa* (29 nov. 1951), p. 1.

A chegada do corpo da soberana, anunciado dias antes pela imprensa, tornara-se certamente tema de conversa na maior parte das casas lisboetas, alvoraçando famílias e criadagem.

Não é por isso de estranhar que na rua Eduardo Coelho 32, ao Bairro Alto, se preparassem para ir ver passar o corpo da rainha. Mas nem todos puderam ir. Os mais pequenos ficaram em casa. Um deles, mesmo não sabendo exatamente do que se tratava, não estava disposto a perder um espetáculo que tanto excitara a família.

O rapazinho chamava-se José Sarmento de Matos e tinha acabado de fazer 5 anos. Muito entusiasmado com a perspectiva de ver *o caixão da rainha* — o que quer que isso fosse —, empoleirou-se com a irmã mais nova no parapeito de uma mansarda do sótão de onde se vislumbrava uma nesga do Tejo e a outra banda. Terá visto passar o navio? Quem sabe... Provavelmente não. A irmã que o acompanhou não se lembra, recorda apenas a excitação do irmão e a aventura de trepar à janela da sala de estudo.

É uma *petite histoire* sem importância alguma, mas demonstra o ditado popular que diz que «é de pequenino que se torce o pepino».

E, no caso de Sarmento de Matos, o seu interesse pela História e pelas personagens que a habitam desabrocharia cedo e levá-lo-ia, primeiro, a percorrer os caminhos do património e, anos mais tarde, da Olisipografia.

Mas, afinal, quem foi este homem?

José António Salgado de Sarmento de Matos nasceu na rua Eduardo Coelho n.º 32, a 8 de junho de 1946. Sobre o nome desta rua, escreveria anos mais tarde:

Diz-me o registo que nasci na Rua Eduardo Coelho. É mentira, porque a Lisboa que eu sei afirma-me peremptoriamente que sou natural dos Cardais de Jesus. O Eduardo Coelho até é uma figura com quem simpatizo. Não foi político. Foi jornalista e dos bons, cheio de acção, fervilhante de ideias que pôs em prática ao fundar o DN, o primeiro jornal moderno.<sup>5</sup>

E não poderia ter escolhido nem bairro nem mês melhor para o fazer. A casa onde nasceu estava inserida, como já se referiu, num dos bairros mais típicos e antigos de Lisboa. Quanto ao mês, é, sem sombra de dúvida, o mais alfacinha do ano. É o das festas populares, da sardinha

<sup>5</sup> José Sarmento de Matos, anotação manuscrita em rascunho sem título e inacabado sobre a Rua Formosa, Arquivo Pessoal José Sarmento de Matos (APJSM), s/d, s/p.

assada a pingar no pão, do manjerico com cravo de papel e aquele que, a 13 de junho, relembra, por razões opostas, as duas figuras mais amadas dos lisboetas. Um, Santo António, o santo casamenteiro, porque morreu nessa data. O outro, Fernando Pessoa, o poeta de Lisboa, por ter nascido nesse dia.

E se, como Ruy Belo afirma, «uma casa é a coisa mais séria que há», a da rua Eduardo Coelho foi-o sem dúvida alguma para este futuro olisipógrafo.

Em maio de 2017, numa entrevista ao semanário *Expresso*, Sarmento de Matos explicava como para ele a cidade só se pode compreender quando se olha também para a história das suas casas e de quem nelas habitou:

No contexto da História de Arte, quando se começa a estudar um edifício, esse edifício tanto podia estar ali como noutro sítio qualquer. Mas o meu modo de olhar sempre foi diferente. Olhava para o mesmo edifício e procurava integrá-lo na cidade. Uma casa nunca é um gesto isolado. Está numa rua, num bairro, numa freguesia, e foi construída por umas certas pessoas. Quem eram essas pessoas? Que tipo de gente morava ali? O que faziam? Eram fidalgos, mercadores? A determinada altura, já estava a entrar num universo muito mais alargado e comecei a sentir necessidade de confrontar a História, que é quase asséptica e fora de nós, com uma história em que também eu me meto lá dentro e ando à procura de lhe levantar as pregas.<sup>6</sup>

De alguma forma, é exatamente isso que vamos fazer para ficar a conhecer melhor José Sarmento de Matos. Para tanto, teremos de levantar algumas pregas e espreitar a sua árvore genológica, a sua família, os seus amigos e, claro, as casas onde viveu.

---

<sup>6</sup> Ana Soromenho, «José Sarmento de Matos, o cosmopolitismo é um traço dos lisboetas», *Expresso* (6 mai. 2017), p. 60.

## UM CASARÃO PERTO DO BAIRRO ALTO

*A casa onde nasci, da minha avó, que era um daqueles casarões antigos perto do Bairro Alto, é um ponto de partida importante. Sempre tive um fascínio por aquela casa. Ainda hoje fecho os olhos e consigo reconstruí-la nos mais pequenos detalhes. Só lá vivi até aos 12 anos.<sup>7</sup>*

**~José Sarmiento de Matos**

A vida de Sarmiento de Matos foi marcada por dois «casarões» familiares. Um em Lisboa, outro em Sintra. Em comum, apenas o facto de serem centenários e de terem pertencido ambos à sua avó Maria José.



—  
Jardim da casa de  
Lisboa da avó Maria  
José (esquina da rua  
Eduardo Coelho  
com a rua Ruben  
A. Leitão — antiga  
travessa das Chagas).

<sup>7</sup> *Ibidem.*

O primeiro pode-se considerar que estava entre o conceito de casa nobre e de prédio pombalino.<sup>8</sup> Situado junto ao Bairro Alto, não podia ter melhor vizinhança para quem cedo se iria interessar por desvendar os segredos da cidade antiga. A dois passos, o oitocentista jardim do Príncipe Real, a rua da Escola Politécnica (antiga Cotovia), a rua do Século (antiga rua Formosa) com os seus palácios e casas nobres, a Academia das Ciências, a igreja das Mercês, já para não falar da proximidade a São Pedro de Alcântara e ao Chiado. Sobre todos estes lugares, este olisipógrafo — como gostava de ser designado — iria debruçar-se, deixando textos inéditos e inúmeros artigos.

É fácil imaginá-lo, ainda de calções, a deambular sozinho pelas redondezas — quando já tinha idade para isso — e a meter o nariz no convento dos Cardais ou a espreitar o palácio de Isabel Juliana de Sousa Coutinho Paim, a jovem que soubera fazer frente ao poderoso conde de Oeiras e futuro marquês de Pombal, cuja história será contada num outro capítulo.



—  
Avó Maria José com os netos. *Villa Roma* (Sintra), c. 1948.  
José Sarmento de Matos primeiro da direita na fila do meio.

Voltemos à casa da avó, que foi também a sua.

Por herança, esta casa pertencia à sua avó materna, Maria José, e a um dos seus irmãos. O edifício, de quatro pisos, era habitado por ambos.

---

<sup>8</sup> A casa seria demolida nos finais da década de 1960.

Ao tio José pertencia o rés-do chão e as lojas, que alugava, e o primeiro andar, onde vivia. A avó ocupava o segundo piso e o sótão.

Havia ainda uma sobreloja para arrumos, onde se encontrava guardada a biblioteca que pertencera ao eminente zoólogo e par do Reino, José Vicente Barbosa du Bocage, tio, por afinidade da avó, como veremos.

No conjunto, a casa tinha cerca de cem divisões. Entrava-se por um enorme portal que abria para um largo vestíbulo lajeado a mármore preto e branco, com uns degraus de pedra que davam acesso a uma escadaria de madeira que conduzia aos pisos superiores.

Sarmento de Matos poucas vezes se referiu, por escrito, à casa onde nasceu e que tanto o marcou. Ao tentar recriá-la, recorremos, por isso, às memórias das irmãs e a um conto infantil escrito por uma delas:

«A casa grande ficava num cruzamento de ruas. A fachada principal dava para uma rua a direito com uma fiada de casas antigas. [...] Por ser muito antigo, o casarão tinha um fascínio próprio com um grande corredor de azulejos que atravessava a casa, entre a zona dos quartos dum lado e as salas do outro. [...] [Tinha também] o quarto de estudo, uma divisão pequena, com uma janela de mansarda comprida e estreita. Adoravam encarrapitar-se no parapeito da vigia e espreitar os telhados e os barcos no rio.

[...] A avó tinha-lhes incutido, desde cedo, o gosto pelas histórias. Quando ficavam doentes em casa, ela sentava-se ao pé deles e começava a desfiar o seu repertório de histórias tradicionais. Viva e envolvente, acrescentava deliciosos detalhes da sua imaginação ao seu recorrente repertório de contos populares.»<sup>9</sup>

Apresentada a casa, debrucemo-nos agora sobre a família que o gerou.

## LAÇOS DE FAMÍLIA

Começemos pela dona da casa. Maria José Roma Machado de Faria e Maia provinha de duas famílias socialmente importantes e abastadas. Pelo lado materno, era neta do conselheiro Carlos Morato Roma e, pelo paterno, de José Inácio Machado Faria e Maia, de origem açoriana.

Por casamento, Maria José uniu-se a António Maria Pinto Sousa Cardoso Salgado. O marido pertencia a uma das mais prestigiadas famílias de Lamego, de onde era natural. Órfão de pai, ingressou muito cedo

<sup>9</sup> Excerto de uma história infantil escrita por Luísa Sarmento de Matos para os seus netos.



—  
José Sarmento  
de Matos, c. 1948.

—  
José Sarmento  
de Matos com as irmãs  
Maria do Carmo,  
Maria José e Maria  
Antónia, c. 1948/1949.




---

José Sarmiento  
de Matos com as irmãs  
Maria do Carmo,  
Maria José e Maria  
Antónia, c. 1949/1950.




---

José Sarmiento  
de Matos com os  
irmãos Carlos, João  
e Francisco. *Villa Roma*  
(Sintra), c. 1958.

com o irmão no Colégio Militar, já que a mãe, apesar da sua ascendência nobre, se debatia com algumas dificuldades financeiras, como era costume entre as viúvas da época.

As crianças vieram então para Lisboa para serem educadas, sendo entregues aos cuidados de um outro lamecense ilustre, o general Alfredo Mendes de Magalhães Ramalho, que viria a ser o último Governador Civil monárquico de Lisboa.

E porque a vida tece quase sempre teias insondáveis que nos transcendem, a neta mais velha de Maria José viria, décadas mais tarde, a casar, por mero acaso, com um neto desse general.

Regressemos à avó Maria José. O casal, que habitaria na rua Eduardo Coelho, teve sete filhos, quatro rapazes (Francisco, José Manuel, António, João Henrique) e três raparigas. Apenas uma, Maria do Carmo — a mãe de José Sarmento de Matos — chegou à idade adulta.

Sendo a única rapariga entre quatro irmãos, Maria do Carmo cedo estabeleceu laços de amizade com uma menina que vivia no prédio ao lado, Maria Luísa Vasconcelos. E de conversas à janela passaram a ser companheiras de brincadeiras e a partilhar, mais tarde, o mesmo círculo de amigos. Foi graças a essa convivência que Maria do Carmo viria a conhecer José Sarmento Osório Vasconcellos Matos. Primo de Maria Luísa, José vivia em Torres Vedras com os pais, e mudou-se para casa desta quando se matriculou em Direito. Desta proximidade nasceu uma amizade que rapidamente evoluiu para algo mais sério.

Na sua ascendência, José conjugava um costado ilustre com outro mais plebeu. O seu avô paterno foi um lavrador de Campo de Besteiros que teve a alegria de ver o filho, José de Matos, licenciar-se em Direito na Universidade de Coimbra. Por mérito, após a conclusão do curso ascendeu à posição de secretário particular do visconde de Molelos, de quem se tornaria também amigo pessoal. Com ele frequentou a melhor sociedade beirã, nomeadamente a casa do visconde de Moimenta da Beira. Foi aí que José de Matos viria a conhecer a menina da casa, Maria Luísa Sarmento Osório de Vasconcellos, com quem casou, apesar da diferença social.

O casamento realizou-se no antigo convento de Moimenta da Beira — que a família da noiva adquirira para sua habitação após a extinção das Ordens religiosas, em 1834. É possível que a aceitação deste matrimónio estivesse ligada a dois fatores. Por um lado, o noivo era um distinto advogado e gozava da amizade do visconde de Molelos. Por outro, porventura arrependido de ter expulsado e deserddado o filho mais velho por ter feito um casamento desigual, o pai da noiva não quis repetir o mesmo erro.

Casamento de Maria  
do Carmo e José de  
Matos (pais de José  
Sarmiento de Matos),  
28/01/1940.



Nos primeiros anos, o casal viveu no convento/solar que ainda hoje se encontra na posse da família. Foi aí que nasceu o primeiro filho, que, como o pai, recebeu o nome de José — de novo transmitido ao seu primeiro filho varão, em 1946.

José de Matos, já com a família aumentada pelo nascimento de uma filha, mudou-se para Torres Vedras, onde se estabeleceu como advogado. Mais tarde, como se disse, o filho seguiria as pegadas do pai, entrelaçando a sua vida com a de Maria do Carmo Salgado.

O casamento realizou-se a 28 de janeiro de 1940 na igreja das Mercês, perto da casa de ambos, a que se seguiu uma elegante receção em casa da noiva. À tardinha, o casal partiu para a *Villa Roma*, em Sintra, onde passaria a lua-de-mel.

Depois de uma breve passagem por Braga, onde o jovem advogado dirigiu o jornal *Correio do Minho*, o casal regressa a Lisboa. A 15 de novembro de 1940, Maria do Carmo dava à luz, em casa da mãe, a sua primeira filha. E, para não fugir à tradição da repetição de nomes, a criança receberia o mesmo nome da progenitora.

Dado o tamanho da casa, passaram a viver na rua Eduardo Coelho, onde nasceriam mais sete filhos: Maria Antónia, Maria José<sup>10</sup>, José, Luísa, Carlos, João e Francisco<sup>11</sup>.

<sup>10</sup> Maria José Freitas do Amaral, escritora que assina com o pseudónimo Maria Roma.

<sup>11</sup> Os dois mais novos também já falecidos.

Em Lisboa, o pai estabeleceu-se como advogado, trabalhando para casas comerciais (como a Alves Diniz), companhias de seguros e para um organismo do Estado, a Comissão Reguladora do Comércio de Metais.

A chegada do pequeno José, a 8 de junho de 1946, foi celebrada com grande alegria, apesar do pai estar muito contente «com as suas três meninas».

Como todos os seus irmãos, José foi batizado na igreja das Mercês. A festa, já se vê, seria de arromba e dupla, já que nesse dia 9 de julho se comemorava também o aniversário da irmã Maria Antónia.

Dos armários da casa da avó Maria José saíram as pratas, os cristais e o serviço de Companhia das Índias, reservados às grandes ocasiões.

E, esta, sem dúvida que o era.

Para além de requintadas iguarias, foi também servido gelado, uma coisa que pouca gente se podia gabar de oferecer.

Neste casarão, José e os irmãos teriam uma infância feliz e despreocupada. Os seus lugares de eleição seriam os quartos do sótão, onde se encarrapitava para sonhar a cidade, e o jardim, fonte inesgotável de prazer e brincadeiras. Sobre este último deixaria um magnífico texto, mais tarde publicado numa folha volante distribuída no MUDE, por ocasião de uma exposição de Teresa Pavão.



—  
Maria do Carmo com os filhos (mãe de José Sarmento de Matos), c. 1954.

A passagem para o quintal lisboeta da minha infância era marcada por um arco robusto de alvenaria. Não era peça que se impusesse, nem pela elegância das formas, nem pela concepção arquitetônica. Algo grosseiro no desenho, sólido na estrutura das paredes que o sustentavam e um tanto ou quanto atarracado no lançamento do arco ligeiramente abatido.

Uma única delicadeza o animava, concedendo-lhe aliás uma perfeita integração na tradição lisboeta bastante comum, um daqueles pequenos toques quase afetivos que a distinguem e singularizam. Esse arco tronchudo era exteriormente revestido por fragmentos de loiça da China, restos soltos de peças cerâmicas que se foram partindo nos acidentes caseiros e que alguém, com graça, fora colando, num ritual quase de enterramento, nas paredes deselegantes do tal arco de acesso do quintal.

Este ganhara, assim, animação e cor, disfarçando com essa atenção a rudeza das formas, e, em dias ensolarados, vibrava com os reflexos luminosos na superfície vidrada dos pedaços vidrados de porcelana. Até parecia bonito.

Talvez por isso, ganhou na minha memória do quintal um lugar singular, já que no resto este seguia a matriz típica deste gênero de logradouros de certas casas lisboetas. Além do arco, que por vezes reverberava a luz em cintilações exóticas, o restante eram árvores de fruto de variadas espécies (figueira, nogueira, romãzeira, ameixeiras, nespereiras, etc... enfim o trivial), canteiros com flores e ervas aromáticas, lúcia lima para as tisanas da minha avó, um estendal para a roupa, uma capoeira, um laguito oval de cantaria com repuxo, e a dar o tom mais cosmopolita de quem andara pelos mundos, uma alta palmeira e um enorme jacarandá que, na altura que se cobria de tons violeta, anunciava para meu gáudio que não vinham muito longe os meses largos de férias.

Eram, no entanto, os inúmeros cacos inseridos no arco que faziam as minhas delícias. Como se de um *puzzle* inventado se tratasse, divertia-me a conjugar as peças díspares e dispersas, encontrar-lhes as afinidades que me permitiam encontrar os restos de uma mesma peça, ou até de um mesmo serviço, descobrir detalhes daquelas figurinhas chinesas, fossem pessoas, símbolos ou animais ou plantas, com uma cabeinha aqui, um pedaço de um corpo ali, uma asa solta acolá, um arranjo floral mais acima, tudo naquela variedade colorida que ia do branco sujo dos fundos ao azuis bem vivos, os rosas cintilantes, ou os verdes graduados nos seus matizes.

E, embalado nessas derivas, com aquela noção eterna do tempo, própria da idade, dava corda à imaginação e procurava reconstituir

o percurso que trouxera a este cantinho periférico do meu quintal estes fragmentos que compunham a decoração variada do arco que, se calhar, à falta de melhor, encantava as tardes longas da minha infância.

Arco, casa, quintal e a minha infância, tudo se desvaneceu no correr dos anos. Os primeiros três, sacrificados às imposições do progresso numa amálgama incaracterística de betão, onde já nada refletia essas cintilações chinesas que lhe dariam, pelo menos, um mínimo inesperado de graça. Quanto à última foi sendo substituída por mais idade, mas sem se perder esse gosto de imaginar que tão proveitosamente exercitara nos tempos idos do arco do quintal. A cidade foi toda ela alargando esse pequeno mundo original e os fragmentos de porcelana que me preenchiam então as horas depressa encontraram substitutos nos golpes sorrateiros que lançava nas janelas entreabertas da cidade que ia tentando entender. É verdade. Os cacos do arco tinham desencadeado por mais que o procurasse esbater para não ser indiscreto, era mais forte do que eu nas minhas andanças por Lisboa. Espreitar às portas, entrever um pátio com manjericos e sardinheiras, ouvir sons, ver gatos espreguiçados ao sol, uma gaiola com um canário, no fundo, tentar perceber gostos, adivinhar modos de vida, encontrar as razões mais profundas de uma arquitectura, que se fora moldando às necessidades, sem deixar ela própria de condicionar os eventuais aproveitamentos futuros.<sup>12</sup>

Mas, em 1956, a morte da avó Maria José e a venda da casa constituíam um duro golpe na vida deste jovem, que acabara de entrar no liceu. No ano seguinte, a família mudou-se de armas e bagagens para a *Villa Roma*, em Sintra. Como os pedaços de cerâmica do arco do seu jardim desaparecido, estilhaçava-se o seu universo mágico. O «exílio» ia começar.

---

<sup>12</sup> José Sarmento de Matos, folheto impresso sem título, APJSM, s/d, s/p.

## A VILLA ROMA

*Um casarão enorme metido no meio da serra. Ainda hoje existe, a Villa Roma. Do meu quarto vejo a vila, a Pena, o Palácio dos Mouros e Mafra lá ao fundo.*<sup>13</sup>

~José Sarmiento de Matos

Villa Roma (Sintra),  
2022.



Para quem ainda hoje sobe a Seteais, a *Villa Roma*, com o seu ar levemente colonial, continua a destacar-se pela sua elegância sóbria que contrasta com a cinzenta exuberância da Regaleira que lhe está *vis-à-vis*. O reboco rosado a imitar tijolo, o pórtico coberto de glicínias, o som da água a cantar na fonte de pedra do jardim e a vista magnífica que se advinha do seu terraço tornam-na numa das casas de referência do romantismo sintrense.

Seria Carlos Morato Roma (1797-1862), jornalista, escritor, deputado e diretor do Tesouro Público, quem a mandaria construir como uma espécie de declaração de amor. Mas já lá iremos.

Na juventude, Morato Roma fundará vários jornais, nomeadamente *O Portuguez*, em 1826. Nas suas páginas defendiam-se ideias novas e a liberdade de imprensa. Durante o período do miguelismo,

<sup>13</sup> Ana Soromenho, *op. cit.*, p. 60.

o seu jornal acabaria por ser encerrado, e os redatores, ele incluído, encarcerados no castelo de São Jorge e/ou no Limoeiro. A acusação era de incitamento à desordem e à rebelião. Morato Roma partilhou a sua cela com outro dos redatores, o poeta Almeida Garrett, de quem se tornaria amigo.

Com a vitória do Liberalismo, em 1834, Morato Roma voltou a escrever na imprensa, geralmente sobre política ou finanças. Podem-se encontrar artigos seus em jornais como *Diário dos Pobres*, *O Liberal*, *A Reforma*, *Imprensa* e *Jornal do Comércio*.

Em data incerta, mas com alguma probabilidade de ter sido na década de 1830, vai enamorar-se por Maria José Vilela, filha de um grande armador. Viúva recente de Ricardo Joaquim Loureiro, não pensava em casar-se de novo. Contudo, Carlos Morato Roma não desistiu.



Villa Roma (Sintra),  
finais do século XIX.

Desde há muito que, no verão, a aristocracia lisboeta se recolhia à frescura da vila de Sintra, onde quase todos possuíam frondosas quintas. A presença da família real no palácio da Vila era um incentivo suplementar a este veraneio elegante.

O número de diversões era diminuto, sendo uma das mais populares o passeio de burro ou a pé pela estrada de Monserrate. Num desses passeios, Morato Roma acompanharia Maria José Vilela. Ao passar no local onde hoje existe a *Villa Roma*, esta teria ficado deslumbrada com a vista que daí se desfrutava. Sobre este passeio e as suas consequências

escreveria, anos mais tarde, um dos seus netos, Carlos Roma Machado de Faria e Maia, num livro de memórias que fez para a família:

«[...] e parando ali a ver a extraordinária vista, especialmente da campina e da vila de Sintra, num local em que havia então um casebre em que se alojavam as vacas de um leiteiro.»<sup>14</sup>

Morato Roma viu então a sua oportunidade e prometeu-lhe comprar aquele terreno e ali construir uma casa. Segundo o mesmo neto:

«Esta ideia concorreu sobretudo para que a minha Avó, que até então não estava muito decidida a casar segunda vez, [...] consentisse a que marcassem o dia para o seu segundo casamento.»<sup>15</sup>

O processo de aquisição dos terrenos e da construção demoraria alguns anos. E, enquanto as obras decorriam, o casal passou a habitar a Quinta Velha (junto ao *chalet* Bister), que, em 1885, seria adquirida por Adolfo de Lima Mayer.

Em 1856, era colocada a fonte de pedra em frente à casa. Para decorar algumas das salas da nova casa foi contratado um pintor estrangeiro, cujo nome se desconhece, sabendo-se apenas que, por essa altura, estava a restaurar os frescos de Seteais.

Carlos Morato Roma acabaria por gozar pouco tempo da nova residência, já que veio a falecer em 1862. Deixou quatro filhas: Tereza (casada com o zoólogo e par do Reino José Vicente Barbosa du Bocage); Emília, (casada com o médico da corte António Maria Barbosa); Mariana, que morreria solteira; e Paulina (a bisavó de José Sarmiento de Matos, casada com José Inácio Machado de Faria e Maia).

Inseridos na melhor sociedade da época, os habitantes da *Villa Roma* acabariam por ter importantes cargos políticos. José Vicente Barbosa du Bocage fora ministro da Marinha e do Ultramar e, mais tarde, dos Negócios Estrangeiros. O seu filho, o general Carlos Roma du Bocage, viria também a ser ministro dos Negócios Estrangeiros no reinado de D. Manuel II, tendo, antes disso, participado na representação portuguesa à Conferência de Berlim, entre 1884 e 1885, que viria a determinar a partilha da África pelas potências europeias.

Assim, não é de estranhar que personalidades ilustres se juntassem durante as tardes de verão no terraço da *Villa Roma* em amena cavaqueira. Por ali terão passado, entre muitos outros, o escritor Latino Coelho, o historiador Alexandre Herculano e o rei D. Fernando II, como se depreende deste excerto das referidas memórias:

<sup>14</sup> Carlos Roma Machado de Faria e Maia, *Memórias da Villa Roma*, Lisboa, 1940, p. 9.

<sup>15</sup> *Ibidem*.

«Era, por 1870 e anos posteriores, muito vulgar virem à tarde passear as famílias que viviam na Vila para a Estrada de Colares, única que então havia, que pelos Pizões subia a Seteais, passando a seguir pela Penha Verde e Monserrate, e por essa época estendiam-se no pátio, à tarde, séries de cadeiras de palha, em que todos nos sentávamos para ver passear os passeantes. Dizia-me a minha avó que, várias vezes, El-rei D. Fernando, ainda viúvo, entrava no pátio, e sentado numa das cadeiras, conversava bastante com o meu avô e tio Bocage, e mesmo já depois de casado com a Ensler<sup>16</sup>, novamente ao passear no seu carrinho de póneis, parava e entrava, sentando-se a conversar com meus tios Bocage e Barbosa.»<sup>17</sup>

A *Villa Roma* passara por herança para Tereza, a filha mais velha, cujo único filho morreu solteiro e sem descendência. Por isso, e com a concordância de todas as irmãs, a casa ficou para Paulina, então viúva e com três filhos (Carlos, José e Maria José). Foi assim que a herdou.

## VIVER EM SINTRA

Apresentados os antepassados, foquemo-nos na ida da família Sarmiento de Matos para Sintra em 1957. E nada melhor do que dar de novo a palavra ao nosso biografado, transcrevendo um excerto da entrevista que deu à jornalista Ana Soromenho, publicada no semanário *Expresso*, a 6 de maio de 2017.

Entretanto, a minha avó morreu, a casa foi dividida entre a minha mãe e os meus tios. Como éramos oito filhos, os meus pais resolveram ir viver para uma quinta que a família tinha em Sintra. Havia espaço para todos, e eles gostavam muito dessa casa. Já andava no Passos Manuel e sou isolado na serra de Sintra.<sup>18</sup>

Para ele, que deixava para trás as ruas de Lisboa e os novos amigos do liceu, esta mudança seria sentida como um exílio, como ele próprio o refere nessa entrevista.

<sup>16</sup> Elise Hensler, condessa d'Edla, segunda mulher de D. Fernando II.

<sup>17</sup> Carlos Roma Machado de Faria e Maia, *op. cit.*, pp. 11-12.

<sup>18</sup> Ana Soromenho, *op. cit.*, p. 60.

Aparentemente, um exílio maravilhoso. Um casarão enorme metido no meio da serra. Ainda hoje existe, a *Villa Roma*. Do meu quarto vejo a vila, a Pena, o Palácio dos Mouros e Mafra lá ao fundo. Um cenário único, uma coisa feérica, mas todos os dias igual. Só na época dos neveiros é que mudava. No verão, as quintas enchiam-se de famílias muito grandes, as portas ficavam todas abertas, e a gente entrava por uma quinta e saía por outra. Conhecíamos-nos todos, era um mundo fechadíssimo. Passavam lá dois meses. No inverno desapareciam. À nossa volta só havia casas vazias. Habituei-me a essa solidão, que ia povoando...<sup>19</sup>



—  
José Sarmiento de  
Matos, c. 1955/1956.

Contudo, foi graças a esse isolamento que Sarmiento de Matos veio a construir uma sólida cultura, que tanto o ajudaria no futuro. É que, para ultrapassar esse sentimento de solidão, o Zé, como era chamado entre familiares e amigos, começou a ler compulsivamente. Primeiro, os livros do escritório do pai, mais tarde os da biblioteca do avô José de Matos, que, depois de enviuvar, foi viver com eles para Sintra.

Contam os irmãos que era normal o Zé não participar das brincadeiras por estar fechado no escritório a ler, de fio a pavio, os vários volumes da *Nobreza de Portugal*, do *Portugal Maravilhoso* ou mesmo da Enciclopédia.

Sobre esse gosto pela leitura, e ainda na entrevista já citada, diria:

<sup>19</sup> *Ibidem*.



—  
Convívio na Quinta  
da Boiça,  
c. 1970.



---

José Sarmiento de  
Matos e Assunção  
Wemens Caldeira  
Ribeiro (Tatão),  
1971.

---

Passeio no Douro,  
novembro de 1971.



Cada um tinha o seu quarto, a casa era muito grande, e eu passava os dias a ler livros de História, isolado no escritório do meu pai, que era advogado e vinha todos os dias trabalhar para Lisboa. Tinha a mania da História, e o que é que uma pessoa podia fazer em Sintra? Ler compulsivamente. Mais nada. Às vezes, não ia às aulas de manhã, porque ficava até de madrugada a ler.<sup>20</sup>

Em 1988, no dia de Santo António, Sarmento de Matos também falava da vista do seu quarto, num texto inacabado a que chamou *As Minhas Janelas*<sup>21</sup>. Mais do que um texto sobre janelas de Sintra ou de Lisboa, é, sobretudo, uma janela debruçada sobre si próprio.

Comecemos pela de Sintra, deixando a outra para mais tarde.

Tal como Marco Paulo tem dois amores, assim eu tenho duas janelas. Divido-me entre elas sorrateiramente. Sei-lhes os segredos, as horas e as épocas. Filtram-me o mundo e fecho-as, quantas vezes, ao arrepio do que penso ser a minha vontade. O parapeito — porque são janelas de peitoril —, é guardião do abismo, fronteira entre mim e o resto, que para além de outras coisas, é também espelho de mim.

Uma das janelas tenho-a em Sintra. Rasga-se, é o termo — sobre aquela vista ímpar, com castelos de sonho, vivendas estranhas, arvoredos exóticos, várzeas férteis, ribeiras cantantes e, calcule-se, até o mar vastíssimo. Dali assisto ao matizar intemporal das cores, e extasia-me sempre o rubor que sobe a serra quando o sol lhe faz negaças para além do mar. É lindo tudo aquilo, e calmo e sereno. No entanto, apesar de tanto despejar da alma, não evito que a pouco e pouco o tédio substitua o deleite na gradação imperceptível da minha íntima disposição. A beleza não farta. Cansa a monotonia! Falta movimento, e sobretudo gente. Sim, há ecos — um bruaá-á na vila, uma buzina na estrada. Mas não chegam a divertir os sentidos, não vincam na imaginação traços de uma realidade por descobrir.<sup>22</sup>

Apesar da sensação de desterro, rapidamente fez e reforçou algumas amizades em Sintra. Uma delas manter-se-ia ao longo da vida.

---

<sup>20</sup> *Ibidem*, pp. 60, 62.

<sup>21</sup> Este texto, como tantos outros datilografados, encontra-se no espólio que deixou e que está presentemente à guarda da família. Muitos são cópias de artigos que publicou em jornais, outros, como este, são apontamentos de ideias que poderiam ou não ser utilizados posteriormente.

<sup>22</sup> José Sarmento de Matos, «As minhas janelas» (manuscrito inacabado), APJSM, 1988, s/p.

Fernando d'Oliveira Neves, o *Fernandinho*<sup>23</sup>, era filho de um diplomata amigo de longa data dos pais de Sarmento de Matos. Ao regressar, aos 8 anos, do Uruguai — onde o pai estivera em posto —, iria tornar-se o inseparável companheiro de brincadeiras do Zé.

Durante os longos dias de verão, transformavam o saibro do jardim de Fernando numa cidade imaginária, com ruas, praças e rotundas a que davam nomes e por onde circulavam os *Dinky Toys* de ambos. E, como a imaginação era transbordante, foi à volta desta complexa rede viária que ambos construiriam histórias cheias de personagens, com viagens ao estrangeiro, e que, no final, até podiam solucionar alguns dos problemas mundiais de que tinham ouvido falar.



—  
José Sarmento de  
Matos, c. 1960/1961.

A forte e cúmplice amizade que os uniu, e que durou intocável toda a vida, foi fortalecida pelo facto de ambos terem frequentado a Escola Académica de Sintra, de que falaremos no capítulo seguinte.

Em 1962, o governo de Salazar proibiu a celebração do Dia do Estudante. Em resposta, os estudantes universitários revoltaram-se, decretando

<sup>23</sup> Fernando d'Oliveira Neves entrou na carreira diplomática em 1975. Serviu na missão portuguesa junto da ONU, na embaixada em Washington e na representação junto da União Europeia. Foi ainda presidente do Instituto da Cooperação Económica e diretor do Departamento de Política Externa do Secretariado Geral do Conselho da União Europeia. Esteve também, entre 1997 e 1999, ligado às negociações sobre o futuro de Timor. Embaixador de Portugal em Luanda, Dublin, Haia e Roma, foi também secretário de Estado dos Assuntos Europeus (2005-2006) e secretário-geral do MNE. Foi ainda conselheiro da Gulbenkian.

o Luto Académico. Um dos líderes do movimento estudantil foi Jorge Sampaio, que também vivia em Sintra e que Sarmento de Matos conhecia bem por ser filho da sua explicadora de inglês. A contestação estudantil, que se traduziu em greves às aulas e protestos, não ficou restrita a Lisboa, sentindo-se noutras universidades do país. Apesar da repressão violenta, a Crise Académica durou largos meses. Os jovens estavam a acordar, e o anacrónico regime que governava o país há décadas começava a vacilar. Seis anos depois, o exemplo do maio de 68, em França, viria demonstrar que o mundo estava a mudar e que novos ventos de liberdade e contestação sopravam cada vez mais fortes.

Em Sintra, e apesar da censura, essa forte aragem também começava a chegar. Será assim que, ainda em 1968, um grupo de jovens, entre os quais, Fernando d'Oliveira Neves, Henrique Bon de Sousa<sup>24</sup>, Carlos Olavo, António Leitão, Maria Andresen Sousa Tavares, Ana Maravilhas, Irene Ó, José Manuel Brito e Abreu e José Sarmento de Matos, começam a juntar-se em casa uns dos outros, tanto em Sintra como em Lisboa, para discutir o que acontecia em Portugal e no estrangeiro e pensar no futuro que queriam para o país.

Paralelamente, um pouco mais tarde, nascia também outra tertúlia sintrense, «de veleidades intelectuais». Alguns dos participantes pertenciam ao primeiro grupo, e, entre os que se juntavam agora, estavam António Mega Ferreira, as manas Wemens, Carlos Nascimento, Luís Oram Soares, Maria João Forjaz e Amélia Fontes Pereira de Melo. Este grupo era mais diversificado nos seus interesses, já que tanto os ocupava as grandes discussões intelectuais como as passeatas na serra, os piqueniques, etc.

Foi neste grupo que Sarmento de Matos conheceu Assunção Wemens Caldeira Ribeiro — Tatão para os amigos —, com quem casou em 9 de outubro de 1971. O enlace foi um choque para as duas famílias, já que os noivos optaram por casar pelo civil. Dos pais dos noivos, apenas compareceria a mãe de Sarmento de Matos, acompanhada da sua cunhada Maria Palmela.

A cerimónia realizou-se em casa de Graça Machado Macedo Forjaz de Sampaio<sup>25</sup>. A seguir, noivos e convidados seguiram para uma alegre almoçarada no restaurante Gil, em Colares, uma tasquinha bastante conhecida de todos.

Com o casamento terminava o «desterro» sintrense.

<sup>24</sup> Intelectualmente brilhante, Henrique Bon de Sousa foi uma referência constante na vida de Sarmento de Matos.

## O REGRESSO À TERRA

*Eu era dos que quando saía de Sintra e ia a Lisboa dizia que ia à terra.*<sup>26</sup>

~José Sarmiento de Matos

Depois de casados, José e Tatão foram viver para Lisboa, onde arrendaram um andar em Benfica, num prédio moderno próximo do Bairro Grandela. Foi um período de grande importância na sua vida: estava de regresso a Lisboa e no seu prédio e nas vizinhanças viviam muitos amigos. Formou-se assim um grupo muito animado e heterogéneo, em que cada amigo podia, como na canção de Zeca Afonso, trazer um amigo também. Batizaram-se a si próprios como os «grandelas».



João e José Sarmiento de Matos, década de 1970.

<sup>25</sup> Com posições claras antirregime, Graça Forjaz de Sampaio participou, em 1972, na vigília pela Paz da Capela do Rato e, no ano seguinte, integrou a Comissão Nacional do 3.º Congresso de Oposição Democrática, em Aveiro. Em ambos os casos, houve intervenção violenta da polícia de choque e detenções. Após a Revolução de Abril, pertenceu à Comissão Democrática Eleitoral (CDE) e ao Partido Comunista Português.

<sup>26</sup> Isabel Lucas, «José Sarmiento de Matos e Lisboa», *Fugas, Público* (9 jun. 2012), p. 20.

Por essa altura [vivia] em São Domingos de Benfica, um bairro com construções do início dos anos 70, sem grande interesse. Mas, como era novo, havia um grupo enorme de pessoas que se casaram ao mesmo tempo e alugaram casas lá. Era um grupo engraçado. Fazíamos uns jantares e íamos para os restaurantes, porque as casas eram muito pequeninas, e depois para as sessões de cinema do Apolo 70. Divertíamos-nos imenso. Esta época foi muito importante para mim. Foi uma época de grande consolidação.<sup>27</sup>

Deste grupo faziam parte pessoas de vários quadrantes profissionais e ideológicos. Mas, nesta altura, as divergências que a Revolução traria eram ainda residuais.

Para além da psicanalista Manuela Fazenda e da poetisa Roseta Lino, que viviam num prédio próximo, o grupo incluía:



—  
José Sarmiento  
de Matos,  
década de 1970.

O Miguel Lobo Antunes e a Margarida Vieira Mendes, que eram duas figuras. Infelizmente, a Margarida já morreu, foi a mulher mais inteligente que já conheci, os trabalhos dela sobre o padre António Vieira são a melhor coisa que a universidade já produziu. No mesmo prédio estava a Maria de Sousa Tavares, o meu cunhado Eduardo Paiva Raposo

<sup>27</sup> Ana Soromenho, *op. cit.*, p. 62.

e a minha irmã Luísa. O José Afonso Furtado vivia no prédio ao lado. Como o Eduardo era do PC, começou também a aparecer por lá o Paulo Varela Gomes e o Manuel Gusmão. Eram todos PC, mas na altura dáva-mo-nos todos bem.<sup>28</sup>

Mas o tempo da ditadura estava a chegar ao fim. Contestada em várias frentes, nomeadamente na estudantil que lhe dava cada vez menos tréguas, o estertor do regime era já bem visível. E, a 25 de abril de 1974, a madrugada por que tantos esperavam chegava finalmente, trazendo «O dia inicial inteiro e limpo», como escreveu Sophia de Mello Breyner.

Os «grandelas» iriam recebê-lo em festa.

Nos trepidantes tempos que se lhe seguiram, Sarmento de Matos e alguns dos seus amigos mais próximos passaram a reunir-se em casa de Henrique Bon de Sousa — que seria ao longo da vida um dos seus melhores amigos — e da sua mulher, Amélia Fontes Pereira de Melo. Militar de carreira, Bon de Sousa tinha acabado de chegar de África, mas estava próximo do movimento dos capitães de Abril.

Anos mais tarde, referindo-se à Revolução de Abril, Sarmento de Matos escreveria:

Para qualquer um da minha geração, o dia 25 de Abril não é um feriado como outro qualquer. Ele significou uma viragem tão profunda nos hábitos e no entendimento da vida numa idade tão especial que, por boas ou más razões, não se fica indiferente à sua evocação anual. No entanto, o ramerrão da passagem dos anos — e já lá vão trinta e oito! — esbateu aos poucos na memória a importância que esse dia representa, quer do ponto de vista pessoal, quer colectivo. A tendência para cada qual se fechar na «torre de marfim» dos seus interesses mais ou menos egoístas vai conduzindo a um alheamento da celebração desse momento histórico que, mais que nenhum outro, foi eminentemente colectivo, vivido na rua por uma multidão irmanada numa alegria festiva e contagiante.<sup>29</sup>

Apesar dessa irmandade festiva, as primeiras fraturas começaram a fazer-se sentir no grupo, por divergências políticas, mudanças de casa, divórcios ou mortes.

<sup>28</sup> *Ibidem*.

<sup>29</sup> José Sarmento de Matos, «Reaprender a Festa», *Público* (13 mai. 2012), p. 34.

No rescaldo da Revolução, a independência das colónias e o fim da guerra de África tornara-se uma inevitabilidade. Sobre esse encerrar de ciclo escreveria, em 2015, no catálogo de uma exposição que não se realizou:<sup>30</sup>

Entre a multiplicidade de acontecimentos que preencheram o frenético Verão Quente de 1975, um justifica especial destaque no contexto de Belém/Restelo. Sem nevoeiros, nem neblinas sequer, foi em tarde soalheira e de águas mansas que o perfil da Torre de Belém, mancha escura recortada na contra-luz, foi confrontada com um espectáculo inesperado. Primeiro, como pequenos pontos no horizonte, deslizou barra adentro uma frota de embarcações que a aproximação vagarosa permitiu reconhecer. Uma mão cheia de traineiras, cascas de noz frágeis e precárias, movidas tão só pelas certezas dos que as manobravam, completavam a viagem que as trouxera de Moçambique, em ruptura com o processo de descolonização em curso.

Fixada a imagem, com o perfil da Torre e do Infante no seu Padrão, as traineiras decididas na sua caminhada sem regresso, só faltam as letras FIM para se completar o filme de cinco séculos iniciados no mesmo local com as caravelas que partiram. Como se Vasco da Gama estivesse de volta, pois foi a parte mais significativa da sua viagem pioneira que estes pescadores moçambicanos afrontaram, *remake* com tanto de ousado como de penoso e triste.

Esta visão das traineiras subindo o Tejo, em desfile desafiador da imagem hirta do Infante de caravela em punho, encerra simbolicamente um ciclo histórico, assim iniciado e concluído no mesmo local, do qual uns partiram e outros retornam por esgotada a tarefa que os justificou.<sup>31</sup>

Mas não era só o império português que chegava ao fim em 1975. O casamento de José e de Tatão também não sobreviveu a esse ano de tantas emoções, mas os dois continuariam a ser amigos pela vida fora. No entanto, tinha chegado a hora de Sarmento de Matos mudar de rumo e abandonar o bairro de São Domingos de Benfica.

---

**30** Praticamente pronta, essa exposição deveria ter tido lugar no Museu de Arte Popular, em 2015. Não se realizou em virtude de o seu promotor, António Lamas, ter, entretanto, saído da presidência do CCB. O seu sucessor entendeu não a realizar. Estando já impresso, o seu catálogo foi comercializado com o título *Exposição do Mundo Português, a Explicação de um Lugar*.

**31** José Sarmento de Matos, «O Espírito de Belém do Lugar do Restelo», in *Exposição do Mundo Português, a Explicação de um Lugar*, Lisboa, Centro Cultural de Belém, 2015, p. 27.

## AS OUTRAS CASAS DE JOSÉ

Com um grupo de amigos, agora desirmanados, partilhou uma casa em São Mamede, ao jeito de uma República coimbrã. Foi uma experiência muito intensa, exacerbada pelo turbilhão dos tempos do PREC:

Pessoas a divorciarem-se, uns a fugir para o Brasil com outras, uma loucura... Todos os dias havia uma hipótese de golpe de Estado, o país era surreal. Foi tudo muito intenso.<sup>32</sup>

Passada essa fase, a casa de São Mamede foi-se esvaziando, ficando apenas Sarmento de Matos e Mega Ferreira. Quando este se casou e comprou a casa, José considerou que era hora de partir.

Pelos amigos José Belchior e Gonçalo Couceiro soube que tinha vagado um andar no prédio onde ambos viviam. Sarmento de Matos mudou-se então para a rua Conselheiro Martins de Carvalho, paredes meias com o Restelo. Aqui viveu cerca de uma década.

Regressemos agora ao texto de 1988 atrás citado. É que a outra janela de que Sarmento de Matos falava, em contraponto com a de Sintra, era nesta casa:



—  
José Sarmento  
de Matos e  
António Mega  
Ferreira,  
década de 1970.

<sup>32</sup> Ana Soromenho, *op. cit.*, p. 63.

A outra janela tenho-a em Lisboa. Lá me esqueço. Chego mesmo a não saber se olho para fora ou se é a cidade que me olha por dentro. É muito estranho! Nela o abismo às vezes até apetece e assalta-me a vontade de subir ao prédio em frente a tentar saber como se vê de fora a minha janela. É verdade que tenho um prédio em frente e o Tejo está de esguelha. A vista por isso não é ímpar. Mesmo assim gosto dela. Vivo-a. Desço-a até à beira Tejo pelo acamado de telhados, musgo vermelho da cidade, e só a corro para lá do estore quando, como diz Pessoa, «o silêncio apita do rio».

À minguia de beleza quieta, a minha janela alfacinha é indiscreta como a de Hitchcock. Debruça-se sobre gente. Advinha-lhe na colagem dos gestos esparsos os segredos da vida. À noitinha, brincalhão o prédio em frente corre as persianas como quem pisca o olho. E eu adivinho mais só ainda aquela empregadita que entretém o dia olhando sôfrega da sua janela; o miúdo que levanta, agreste, cada dia mais alto o som estridente da cassete de HeavyMetal; e o senhor composto que goza o seu cantinho na varanda do quarto fechada com alumínio e a velhota que gasta o tempo olhando o aquário encostado à janela, pondo secretas colorações na sua intimidade. Todos por cima e por baixo uns dos outros. E eu a lembrar-me do cenário de um filme de Jerry Lewis.

A cidade entaboleira a gente. A nós finge resguardar-nos das misérias que nos vão por cima ou por baixo, e às vezes até das que nos vão na alma.

Agora, enquanto isto digo, sei que uma idêntica luz de fim se espalha diante de qualquer uma das minhas janelas onde não estou.<sup>33</sup>

## AMIZADES

Sendo um homem verdadeiramente sociável, os amigos desempenharam um papel fundamental na vida de Sarmiento de Matos.

E se é verdade que preservou muitas das amizades de infância e juventude, como Fernando d'Oliveira Neves, Henrique Bon de Sousa, Amélia Fontes Pereira de Melo ou António Mega Ferreira, também soube, ao longo dos anos, largar amigos que o tinham desiludido. Em contrapartida, ganharia novas amizades; algumas tão fortes que foram verdadeiros esteios da sua vida, como Carlos Ferreira, António Sacchetti,

---

<sup>33</sup> José Sarmiento de Matos, «As minhas janelas» (manuscrito inacabado), APJSM, 1988, s/p.

Jorge Ferreira Paulo, Rui Valentim de Carvalho (Tim) e sua mulher, Maria Nobre Franco, de que falaremos a propósito do seu percurso profissional.

Anos mais tarde, já depois de se mudar para Campo de Ourique, ganharia um outro núcleo de amigos, que funcionava como uma espécie de clã e com quem podia contar diariamente. Entre estes estavam os pintores Manuel Costa Cabral<sup>34</sup> e Jorge Martins, Teresa Paiva e a gallerista Graça Poppe. Por essa altura conheceu também Miguel Teles da Gama, mais tarde seu vizinho de porta, que se tornaria no amigo que o acompanhou de perto no final de vida.



—  
José Sarmento de  
Matos e António Mega  
Ferreira. Lisboa, 1992.

Na década de 1990, conheceu também a escritora e ensaísta Maria Antónia Oliveira, com quem estabeleceu uma fortíssima amizade. Morava esta ao Bairro Alto na rua do Monte Olivete, onde recebia semanalmente um restrito grupo de amigos, de que o Zé seria a personagem central. Estes jantares, que invariavelmente «descambavam» para conversas literárias, estendiam-se pela madrugada, enquanto outros convivas dormiam placidamente no sofá. Maria Antónia, então às voltas com a biografia de Alexandre O'Neill<sup>35</sup>, encontrou no Zé o suporte que precisava.

<sup>34</sup> Fundador da Ar.Co, em 1973, com a sua mulher Graça Costa Cabral.

<sup>35</sup> Maria Antónia Oliveira, *Alexandre O'Neill, uma biografia literária*, Lisboa, D. Quixote, 2007.



---

José Sarmiento de  
Matos e Maria Antónia  
Oliveira.  
Lisboa, c. 2005.



—  
Henrique Bon de  
Sousa, Isabel Vieira  
de Matos, Fernando  
Oliveira Neves e  
José Sarmento de  
Matos. Palácio da Vila  
(Sintra), c. 1966/1967.

E falavam, falavam, falavam. Na época, tinham ambos a preocupação de dar forma a um conjunto de factos soltos, construir uma narrativa sem a ficcionar e sem atraí-los a verdade, tornando-a interessante e apetecível para os leitores. Tarefa difícil, sem dúvida, mas que ambos souberam fazer na perfeição.

Depois da sua passagem pelo Restelo, Sarmento de Matos arrendou um andar na rua Saraiva de Carvalho, em Campo de Ourique, à sua amiga Amélia Fontes Pereira de Melo. Nesta casa ficaria cerca de uma década e meia. Movimentando-se em Lisboa, de transportes públicos ou a pé, acabou por vender o carro.

Quando, em 2012, teve de voltar a mudar de casa, não foi para longe. Ficou-se pela vizinha Estrela. Continuava por isso a dois passos do seu bairro de eleição e da *Parreirinha do Minho*, o restaurante onde à segunda-feira havia sempre uma mesa reservada para os amigos que quisessem aparecer.

Sobre esta mudança de casa, escreveria a jornalista Isabel Lucas num artigo sobre Sarmento de Matos publicado em 2012:

Há cerca de um ano trocou o bairro de Campo de Ourique, onde morou 15 anos, por uma casa na Estrela. Sim, pode deixar-se um bairro que se ama por um *coup-de-foudre* por uma casa, mas só porque Campo de Ourique é já aqui. É o tempo de atravessar o jardim e subir a Rua Domingos Sequeira, a pé ou de eléctrico. Estão lá os cafés, os jornais, os amigos, o mercado onde compra os frescos, a tasca das jantaradas, dos petiscos, dos carapaus com tudo ou sardinha se for tempo dela.<sup>36</sup>

A nova casa era um andar na rua Teófilo Braga.

A propósito dessa rua, escreveria nesse ano no *Público*, jornal onde manteve durante anos uma crónica regular:

Acontece que, há cerca de três meses, mudei de casa. Passei a morar na Rua Teófilo Braga — melhor, Doutor Teófilo Braga, pois o título é «portuguesmente» imprescindível —, via que ganhou tal designação pois nela viveu esse erudito algo chato, que acabou Presidente da República. E então como se chamava antes do neobatismo a referida via pública? De Santa Gertrudes, claro, a tal que no século XVIII os beneditinos colocaram sob a evocação de uma das santas da sua ordem. Quer dizer que além da memória do palavroso Teófilo passei a ter a companhia da lembrança para mim bastante mais simpática, de Eugénio dos Santos,

---

<sup>36</sup> Isabel Lucas, *op. cit.*, p. 20.

talvez o homem que mais moldou de uma penada as nossas referências urbanísticas. É pena que, quando se tratou de abolir a santa dos letreiros das esquinas, ninguém se tivesse lembrado que, além do Teófilo, por ali andara, mesmo na esquina, outra figura tão intensamente gravada na memória da cidade. A partir de agora, moro na rua do vizinho Eugénio e sinto-me, francamente, muito bem acompanhado.<sup>37</sup>

—  
José Sarmiento de  
Matos e António  
Sacchetti.  
Exposição Universal  
de Sevilha, 1992.



Quanto à casa que seria a sua última morada, foi talvez aquela que melhor lhe assentou. Um verdadeiro velho prédio lisboeta. Escadas íngremes e de degraus estreitos — que não facilitavam a subida em noites de copos e jantaras — e um jardim onde, ao fundo, num anexo, tinha o seu escritório/biblioteca. Ao longe, na Calçada da Estrela, ouvia os elétricos a ranger nas calhas. Quanto ao jardim, não podia ser mais lisboeta. Tinha sardinheiras, flores e um belo limoeiro. Um muro separava-o da casa do lado, habitada pelo pintor Miguel Teles da Gama, um amigo que ficava agora à mão de semear. Com ele podia conversar sempre que quisesse, sem sair de casa e do seu jardim florido. Mais tarde, nas horas difíceis da sua doença, foi também quem, a par da família, o apoiou mais de perto.

Sarmiento de Matos partiu cedo demais. Mas não poderia ter escolhido uma casa melhor para se despedir da vida.

<sup>37</sup> José Sarmiento de Matos, «O vizinho Eugénio», *Público* (8 jul. 2012), p. 36.



## II

## *Percurso de vida*

## OS ANOS DA FORMAÇÃO

Nem sempre é fácil reconstituir os anos mais antigos da formação de alguém sem a ajuda do próprio. No caso de José Sarmento de Matos, essa reconstituição foi, por isso, mais complicada, e houve que recorrer às lembranças dos irmãos e de antigos colegas. Mas, porque a memória é por vezes traiçoeira e nem sempre existem registos documentais que a suportem, foi preciso cruzar vários testemunhos.

À semelhança das suas irmãs mais velhas, em Lisboa José terá passado brevemente pela pré-primária do *Queen Elizabeth School*, então na rua da Quintinha. Depois disso, frequentou o Colégio dos Maristas, à época na rua de Artilharia 1, onde completou os quatro anos do ensino primário. Um dos seus colegas, de um ano mais avançado, foi António Lamas<sup>38</sup>. Os seus caminhos iriam cruzar-se, por diversas vezes ao longo da vida, através da sua ligação ao património cultural.

A admissão ao liceu marcou a entrada na adolescência e a possibilidade de deambular sozinho pela cidade. Ainda frequentou, por poucos meses, o Liceu Passos Manuel, que ficava a escassos metros da sua casa.

Como vimos, a morte da avó, em 1956, e a consequente venda da casa do Bairro Alto, no ano seguinte, frustrou-lhe a ligação a amigos e à própria cidade.

Como a instalação da família em Sintra demorou mais do que o esperado, e para não perder o início do ano letivo, José ficou interno na Escola Académica de Sintra durante algumas semanas. Não terá sido uma boa experiência, visto o ambiente do internato não se coadunar com ele. O corte com a casa de Lisboa e o afastamento da família foram-lhe penosos, e nem o convívio com outros internos o ajudaria, por não partilharem grandes afinidades. Algarvios e veteranos na sua maioria, os colegas internos constituíam um grupo à parte. José era o miúdo novo, que nem sequer viera para ficar.

Com a instalação da família na *Villa Roma*, passou ao estatuto de aluno externo. Nesta escola fez, como os seus irmãos mais novos, uma parte do liceu. Porém, a qualidade do ensino e dos professores deixava muito a desejar.

---

**38** Professor jubilado do Departamento de Engenharia Civil, Arquitetura e Georrecursos do Instituto Superior Técnico, António Lamas exerceu durante quase 50 anos a atividade como docente universitário, engenheiro civil e gestor do Património Cultural Português. Foi graças ao seu trabalho que foram recuperados, em Sintra, o Palácio de Monserrate e o Chalet da Condessa D'Edla. Em 2021, recebeu, por «Serviço dedicado ao Património», a Menção Especial do Prémio Europa Nostra 2021.

Para colmatar algumas falhas, José teve aulas particulares de inglês com Fernanda Bensaúde Branco, a mãe de dois jovens que, mais tarde e por razões diferentes, se destacariam na vida nacional: o psiquiatra Daniel Sampaio e Jorge Sampaio, com quem José se cruzou profissionalmente quando este foi presidente da Câmara Municipal de Lisboa.

Com um ensino pouco estimulante, a escola não era atrativa para José. Assim, sempre que podia e que o deixavam, ficava em casa a ler, levando a que reprovasse um ano<sup>39</sup>. Ao saber do chumbo, o pai apenas lhe disse que «cada um deita-se na cama que faz».

Felizmente para ele, o sétimo ano do liceu já foi feito em Cascais, no Colégio Cidadela, que funcionava numa grande vivenda sobranceira à Boca do Inferno, paredes meias com a casa do rei Umberto II de Itália<sup>40</sup>. Possuía um excelente corpo docente, do qual se destacava João Bénard da Costa<sup>41</sup>, Pedro Tamen<sup>42</sup>, Henrique Barrilaro Ruas<sup>43</sup>, M. S. Lourenço<sup>44</sup> e o padre Alberto Neto<sup>45</sup>. Alguns destes professores tinham visto as suas carreiras universitárias cortadas por questões políticas, vendo-se então na contingência de lecionar em escolas privadas.

Em Cascais, José revelar-se-ia um aluno interessado, mas nunca perderia uma oportunidade para fazer a «festa», como o refere António Salgado, seu primo e colega do Colégio: «O Zé era o grande animador da escola, sempre com brincadeiras e a fazer rir toda a gente.»<sup>46</sup>

39 Não é possível saber em que o ano, visto ninguém da sua família o saber ao certo nem ser possível consultar os registos escolares em virtude de o colégio já não existir.

40 Após a vitória aliada na II Guerra Mundial, Victor Emmanuel III foi obrigado a abdicar em favor do seu filho Umberto. Este reinaria apenas um mês, pois o povo italiano decidiu, por referendo, escolher a República. O novo rei partiria então para o exílio, que foi maioritariamente passado em Cascais, até à data da sua morte em 1983.

41 Licenciado em Ciências Histórico-Filosóficas, João Bénard da Costa (1935-2009) foi afastado da docência universitária por pareceres negativos da PIDE. Para sobreviver, deu aulas em colégios privados. Ensaísta, ajudou a fundar a revista *O Tempo e o Modo*, tão cara ao designado grupo dos «católicos progressistas». A sua paixão pelo cinema levou-o, muito mais tarde, a ser diretor da Cinemateca Portuguesa e professor da Escola de Cinema do Conservatório Nacional.

42 Licenciado em Direito, Pedro Tamen (1934-2021) foi poeta, tradutor e crítico literário. Foi diretor da Moraes Editores e vogal no Conselho de Administração da Fundação Calouste Gulbenkian durante 25 anos.

43 Político, historiador e ensaísta, Barrilaro Ruas (1921-2003) foi sócio fundador do Centro Nacional de Cultura, em 1945, e seu diretor dez anos depois.

44 Filósofo, tradutor e escritor, Manuel António dos Santos Lourenço (1936-2009) foi professor catedrático de Lógica e Filosofia da Matemática.

45 O padre Alberto Neto (1931-1987) foi uma figura incontornável da oposição à Guerra Colonial. Os seus sermões na Capela do Rato atraíram muitos jovens e católicos progressistas. Foi aí que se realizou, em dezembro de 1972, uma vigília de 48h pela Paz que terminaria com a intervenção da polícia de choque e a detenção de vários participantes.

46 Testemunho de António Salgado, em conversa telefónica a 26 de fevereiro de 2022.

Terminado o liceu, o seu destino estava aparentemente traçado. Sendo o mais velhos dos irmãos, e esperando-se que seguisse as pegadas do pai e do avô, em 1966 inscreveu-se na Faculdade de Direito de Lisboa. Mas «os pais põem e os filhos dispõem», e, como veremos, não seria esse o seu caminho. A vida universitária, porém, restituir-lhe-ia o regresso à cidade...

Inscribi-me em Direito, só depois mudei para História. Vinha todos os dias no comboio das 8h04, chegava ao Rossio e apanhava o metro para Entrecampos. Foi nessa altura que conheci o António Mega Ferreira, que vinha do Algueirão. Conhecemo-nos no comboio e ficámos amigos desde então.<sup>47</sup>

Pelo seu lado, António Mega Ferreira recorda esse encontro num texto escrito recentemente:

«Reconhecemo-nos num comboio da linha de Sintra, tinha eu 16 anos e ele um pouco mais velho que eu, mas isso, nesse tempo, pouco importava. Sentávamo-nos ambos todas as manhãs no anfiteatro 1 da Faculdade de Direito de Lisboa, mas a ordem alfabética separava-nos uma boa dúzia de filas, eu entre os As, ele entre os Js. Até que, um dia, um de nós (quase de certeza ele, que tinha dos Gémeos a sociabilidade mercuriana à flor da pele) foi ter com o outro: «Você não anda em Direito?» Andávamos os dois. Eu, por entusiasmo romântico que desembocara em vontade que os anos se encarregariam de amortecer, ele talvez por obediência à tradição familiar paterna, que militava na árdua interpretação dos códigos e na sua por vezes ainda mais difícil aplicação; e, dessa afinidade, resultou a mais longa e intensa amizade da minha vida. Fizemo-nos colegas nos bancos da Universidade; tornámo-nos amigos nos bancos do comboio. Nunca mais nos deixámos.»<sup>48</sup>

Apesar de pertencer a uma espécie de «turma maravilha», da qual também faziam parte Leonor Beleza e Marcelo Rebelo de Sousa, José não estava feliz com uma escolha que não fora a dele.

Para grande desgosto do pai, José quebrou a tradição. Ignorando os prognósticos sombrios dele sobre o seu futuro, atravessou, decidido, o relvado da Cidade Universitária e matriculou-se em Ciências Históricas e Filosóficas, curso que concluiu com distinção.

<sup>47</sup> Ana Soromenho, *op. cit.*, p. 62.

<sup>48</sup> António Mega Ferreira, «Evocação de um cidadão de Lisboa», texto lido na homenagem a José Sarmento de Matos, *Uma Casa em Lisboa*, Museu de Lisboa (22 jan. 2019). As comunicações deste colóquio foram publicadas em *Uma Casa em Lisboa: Homenagem a José Sarmento de Matos*, Lisboa, Museu de Lisboa | EGEAC-EM, 2022.

Por causa deste volte-face curricular, Sarmento de Matos é chamado para a tropa. Ao contrário do que se poderia supor, foi uma experiência positiva:



—  
José Sarmento de  
Matos, Regimento de  
Artilharia Ligeira n.º 1,  
c. 1969/1973.

Uma coisa importante que me aconteceu entre o Direito e a História foi ter ido para a tropa, em 1969. Estive lá 39 meses a fazer tudo e mais alguma coisa. Foi a minha primeira grande escola. Eu era assim um bocadinho... digamos que era um menino um bocadinho alheado da realidade, do que se passava à minha volta do ponto de vista social.

#### **Era um snobe?**

Não propriamente um snobe. Não desdenhava, nunca desdenhei ninguém. Mas era assim a minha natureza. A tropa foi importante, porque obrigou-me a uma aprendizagem coletiva da disciplina e de regras. Sobretudo, ganhei consciência social.

Durante três anos dei recrutar a soldados que vinham do país inteiro, e fazia tudo. Até sessões de cinema para os soldados, porque queria que aprendessem a ver. Era engraçado, porque eles adoravam que houvesse alguém que se dedicava ao interesse deles.<sup>49</sup>

<sup>49</sup> Ana Soromenho, *op. cit.*, p. 62.

# A PASSAGEM PELA FUNÇÃO PÚBLICA

A lei orgânica de 5 de novembro de 1973 subdividiu a Direção-Geral do Ensino Superior e Belas Artes<sup>50</sup> em dois organismos: a Direção-Geral do Ensino Superior (DGES) e a Direção-Geral dos Assuntos Culturais (DGAC). A 19 de fevereiro desse ano, José Sarmento de Matos concorreria e seria admitido provisoriamente na Secretaria-Geral do Ministério da Educação. Como esta tutelava as áreas culturais, seria colocado na DGAC, que funcionava no edifício da Biblioteca Nacional, ao Campo Grande. Entre as competências deste organismo estavam o fomento e a coordenação da ação cultural do Ministério da Educação, e a gestão, conservação e valorização dos bens patrimoniais. Anos mais tarde, daria lugar à Direção-Geral do Património Cultural (DGPC)<sup>51</sup>.

A 2 de abril de 1974, a dias do final do Estado Novo, Sarmento de Matos assinava um novo contrato, desta vez definitivo, como «técnico além-quadro da Direção-Geral dos Assuntos Culturais».

Vinte e três dias depois, o Movimento das Forças Armadas abria a porta à Liberdade e à Democracia.

Ligados respetivamente ao PS e ao MES<sup>52</sup>, Sarmento de Matos e Mega Ferreira iriam intervir no cenário político ao integrar o II e o III governos provisórios<sup>53</sup> como adjuntos dos ministros da Educação, Vitorino Magalhães Godinho<sup>54</sup> e Manuel Rodrigues Carvalho.

Terminada esta incursão na política, Sarmento de Matos retoma funções, sob a chefia de Nídia Correia, e partilhando sala com o arquiteto Alexandre Brás Mimoso, que, acerca desse período, referiria,

---

**50** A Direção-Geral do Ensino Superior e Belas Artes foi criada a 12 de março de 1930, pelo Decreto n.º 18 082. Estava dependente do Ministério da Instrução Pública, que, em 1936, se passou a designar por Ministério da Educação Nacional. Tutelava não só os diversos graus de ensino como também a investigação científica e diversos assuntos culturais.

**51** Este organismo teve as seguintes designações: Instituto Português do Património Cultural (IPPC, 1980-1992), Instituto Português do Património Arquitetónico (IPPAR, 1992-2007), Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico (IGESPAR, 2007-2011) e, de novo, Direção-Geral do Património Cultural (DGPC, desde 2011).

**52** O Movimento da Esquerda Socialista (MES) foi um partido criado após o 25 de abril de 1974 e dissolvido em 1981. Agrupou sindicalistas, católicos progressistas, intelectuais e antigos quadros do associativismo académico.

**53** Chefiados por Vasco Gonçalves.

**54** Professor catedrático da Universidade Nova, foi uma das figuras incontornáveis da historiografia portuguesa moderna.

em conversa no decurso da investigação para este livro, que «naquela época o ambiente de trabalho era excelente e muito estimulante».<sup>55</sup>

---

José Sarmiento  
de Matos



Mais tarde, Sarmiento de Matos refletiria sobre a sua passagem pelo Património:

Escrever sobre o tema genérico quase abstracto, diria, do património constitui para mim como que uma espécie de testemunho com o seu quê de auto-biográfico. Desde muito cedo, mais propriamente desde 1973, quando entrei para a então Direcção Geral dos Assuntos Culturais (depois IPPC e hoje IPPAR), o património transformou-se no meu objecto central de trabalho, mantendo com ele uma relação que foi evoluindo ao sabor das experiências e do contacto directo com as diversas materialidades que o compõem. Isto é, o próprio conceito foi-se definindo, ou melhor, talvez enriquecendo, através dos múltiplos matizes que nele se foram revelando, como se tratasse na verdade de um vasto território ainda por desbravar. Afinal, se calhar, ele tornou-se para mim naquela pequena ilha por descobrir que a história se encarregou de inscrever na carga genética de todo o português que se preza. Cada um escolhe a sua e, por vezes, a viagem para lá chegar resume-se a um contínuo exercício

---

<sup>55</sup> Testemunho de Alexandre Brás Mimoso, em conversa telefónica a 8 de novembro de 2021.

conjugado da vontade e da imaginação, em que as embarcações são os livros, velhos ou novos, e as dúvidas as parcelas a ultrapassar para se atingir o bom porto do nosso contentamento.<sup>56</sup>

Em agosto de 1973, era criada a Universidade Nova de Lisboa<sup>57</sup>, que, quatro anos depois, se organizou em três faculdades: Ciências Sociais e Humanas, Ciências e Tecnologia e Economia. Nesse ano de 1977, Vitorino Magalhães Godinho e José-Augusto França desenvolveram um projeto piloto de seis meses, com vista à criação de eventuais cursos de Pós-Graduação na área das ciências sociais e humanas. Tendo a Universidade falta de espaço, as aulas eram dadas num prosaico andar alugado na avenida da República. A experiência teve tanto sucesso que, no final desse ano, nascia o primeiro curso Nacional de História da Arte<sup>58</sup>, sob a tutela de José-Augusto França. Sarmento Matos foi um dos seus alunos, na qualidade de bolseiro do Estado.<sup>59</sup>

Para além do tutor, do corpo docente faziam parte Adriano de Gusmão, José Eduardo Horta Correia e Ricardo Averini, adido cultural da Embaixada de Itália e grande *connaissanceur* do Renascimento italiano.

O curso tinha a duração de três anos, sendo as aulas dadas em pleno coração do Chiado, nas instalações do Centro Nacional de Cultura. Para Margarida Acciaiuoli<sup>60</sup>, uma das alunas, foram tempos memoráveis. Pelo que se aprendia, mas também pelas conversas que manteria diariamente com Sarmento de Matos na *Brasileira do Chiado*, onde os dois se encontravam depois das aulas.

Desse primeiro curso faziam também parte outros alunos que acabariam por vir a desempenhar papéis de destaque no contexto da História da Arte, entre eles, Sílvia Chicó, Silvana Bessone e Ana de Castro Henriques. Esta última referir-se-á a Sarmento de Matos como «um amigo de ouro», com quem manteve uma ligação empática e cúmplice ao longo da vida.

---

**56** José Sarmento de Matos, «Eu, Património me Confesso», *Revista Egoísta*, n.º 20 (set. 2004), p. 26.

**57** A sua criação inseria-se no projeto de expansão do Ensino Superior, defendido pelo então ministro da Educação Veiga Simão, responsável pela grande reforma do ensino no final do Estado Novo.

**58** Como afirmou Raquel Henriques da Silva, este curso depressa evoluiu para «o primeiro mestrado titularizado da Universidade portuguesa».

Raquel Henriques da Silva, «Entrevista com José-Augusto França», *Revista de História da Arte*, n.º 1 (2005), Lisboa, Colibri, I. H. A., p. 8.

**59** Tendo sido, para o efeito, dispensado do seu serviço.

**60** Professora jubilada do Departamento de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Sobre o curso escreveu Sarmiento de Matos em 2004:

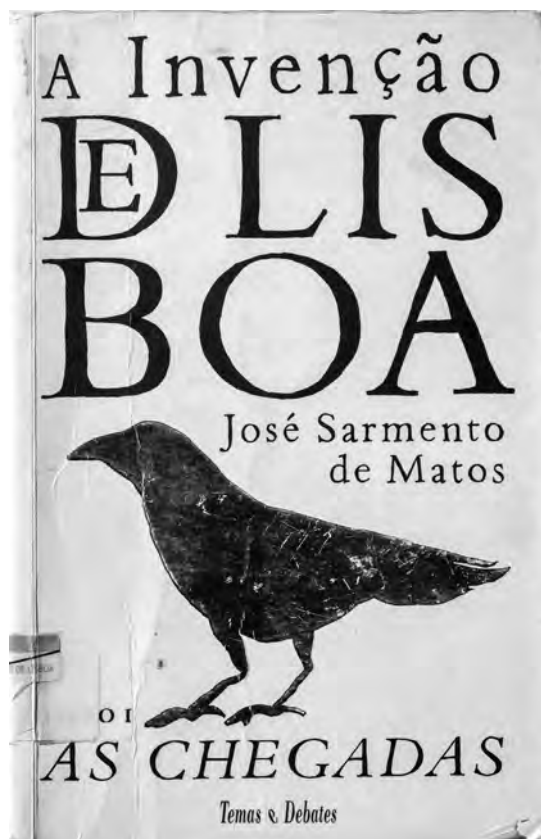
A História da Arte, assim mesmo com letras bem grandes, era olhada como uma ciência autónoma, uma das tais Ciências Humanas, nova categoria que depressa encontraria a sua solene consagração académica.

Sempre na onda, também por lá naveguei, diga-se, com gosto e proveito. Confirmei certezas e, também, como seria inevitável, coleccionei dúvidas, tão mais substanciais consoante o avanço dos anos é sempre corolário de mais solidez nos conhecimentos, maior distância na abordagem e mais reflexões nas conclusões. Numa palavra, algum amadurecimento. Mas, sobretudo, houve uns grãos de areia grossa que começaram a emperrar os mecanismos das certezas, até aí bem afinados. Pela mão de José-Augusto França, recebi a lição de Pierre Francastel, e a «Sociologia da Arte» vinha em certa medida pôr em causa esse carácter isolado da leitura do património, contagiando-o de outros olhares e outras realidades. Percebia, afinal, que talvez não fosse possível entender esse vasto corpo de pedra sem conhecer também as condições sociais e históricas em que nascera e crescera, bem como as preocupações que haviam norteado as pessoas, fossem elas encomendadores ou arquitetos, que lhe tinham fornecido a identidade ou, seja, um sopro de alma.<sup>61</sup>

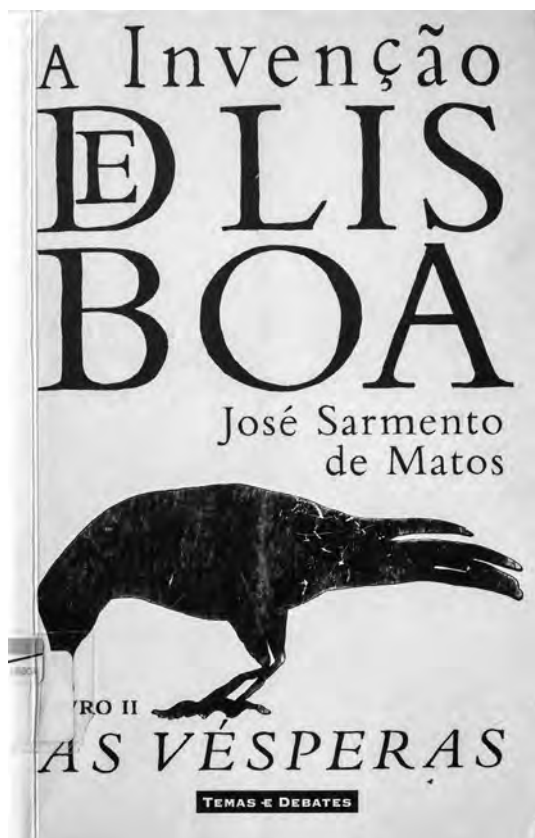
—  
José Sarmiento  
de Matos



<sup>61</sup> José Sarmiento de Matos, *Eu, Património me Confesso*, p. 27.



—  
*A Invenção de Lisboa,*  
*As Chegadas* (2008).



—  
*A Invenção de Lisboa,  
As Vésperas (2009).*

Apesar de todo este entusiasmo, Sarmento de Matos finalizaria apenas a parte curricular. Por razões que se desconhecem, não chegou a entregar a dissertação final. Após a sua morte, entre os seus papéis foi encontrado um manuscrito bastante avançado. Será esta a dissertação inacabada?<sup>62</sup> A sua ligação a José-Augusto França foi próxima, embora com altos e baixos. Em 1983, o mestre convidou-o a participar na primeira exposição retrospectiva sobre Malhoa, realizada na Sociedade de Belas Artes e nas Caldas da Rainha.

No ano seguinte, a 22 de março, Sarmento de Matos foi nomeado diretor de Serviços do Departamento de Artes Plásticas do Instituto Português do Património Cultural, cargo que ocupou por pouco tempo. Espírito livre e curioso, não estava talhado para a vida de funcionário público, comandada por burocracias e relógios de ponto. Aos poucos foi-se desligando do serviço, acabando por abandoná-lo. Abriu-se-lhe então um novo e profícuo caminho, apesar de financeiramente instável.

Já liberto de obrigações funcionárias e escolhidos os edifícios civis de Lisboa, sobretudo casas particulares — palácios, quintas e prédios —, como objecto de estudo foi-se dando uma subtil viragem na minha relação com esse património, do qual só aos poucos me fui dando conta.<sup>63</sup>

## ENFIM, LIVRE

Para sobreviver, começou a escrever ativamente na imprensa. Ao longo dos anos, colaborou regularmente com jornais como o *Expresso*, *O Jornal*, *O Independente*, o *Semanário* e, por último, o *Público*.

Esse período dos jornais passou-se nos anos 80, quando saí do património e comecei a tentar viver. Até ali era um funcionário, um pouco insubordinado, é verdade, mas não deixava de ser um funcionário. Frequentava aquele grupo do *Expresso*, com o Vicente Jorge Silva,

<sup>62</sup> Como era seu costume, Sarmento de Matos ia escrevendo ao sabor do que o inspirava, não sendo, por isso, fácil imaginar o caminho que iria seguir. Graças ao trabalho da sua irmã Maria do Carmo, que diligentemente leu e numerou todo o manuscrito, conseguiui-se perceber que este era composto por vários capítulos, alguns subdivididos. Do conjunto consta o que parece ser uma Introdução, s/ título (18 páginas), e quatro capítulos: *O palácio antes do Terramoto* (55 páginas), *A Arquitectura como Retrato* (36 páginas), *Estilos e maneiras* (90 páginas) e *O Prédio* (48 páginas). Alguns capítulos estão repetidos, e outros anotados como se tivessem sido lidos por outra pessoa.

<sup>63</sup> José Sarmento de Matos, *Eu, Património me Confesso*, p. 27.

o António Mega Ferreira, e passava a vida no Expresso, ali na Duque de Palmela. Como sabia tudo sobre monumentos, estavam sempre a pedir-me para escrever. Depois, o Marcelo Rebelo de Sousa convidou-me para ir para o *Semanário* e comecei a fazer umas derivações. Até para a revista *Olá* escrevi com um pseudónimo. Tinha um acordo com o restaurante Tavares e fazia umas entrevistas... Curioso, os primeiros textos da «Invenção de Lisboa» nascem precisamente aí.<sup>64</sup>

Se, no *Expresso* ou no *Semanário*, Sarmiento de Matos seguia mais ou menos os cânones habituais da escrita, a sua passagem pelo irreverente *O Independente* soltou-o, e a sua forma de escrever alterou-se:

[*O Independente*] talvez tenha sido muito importante no desbloquear da escrita. Nunca me esqueço de que ao fim de três meses de ter começado, em 1988, estávamos numa festa qualquer, a Clara [Ferreira Alves] veio ter comigo, «O que é que vos deu a todos? Começaram todos a escrever de outra maneira. Soltaram-se!»<sup>65</sup>

Artigo de José  
Sarmiento de Matos no  
*O Independente*  
(2 dez. 1988).



Neste jornal, fez crítica literária «sem papas na língua», como ele próprio referia, o que lhe valeu desentendimentos com alguns autores. Foi o caso de uma acesa troca de artigos com Dagoberto Markl no início

<sup>64</sup> Ana Soromenho, *op cit.*, p. 63.

<sup>65</sup> *Ibidem*.

de dezembro de 1988<sup>66</sup>, a propósito da identificação da figura do infante D. Henrique nos painéis de São Vicente.

## OS «ANOS LOUCOS»

Ainda nos anos 70, Sarmiento de Matos conheceu Maria Nobre Franco, uma das grandes dinamizadoras das artes plásticas em Portugal e que veio a ser uma das suas maiores amigas<sup>67</sup>. Com ela partilhou uma experiência única:

Depois foi a aventura maior da Galeria EMI-Valentim de Carvalho. Com o apoio apaixonado, caloroso e sorridente do Tim — Rui Valentim de Carvalho, seu marido —, a Maria lançou-se no projecto de aproveitar os salões do palácio da Rua da Cruz dos Poiais, sede então da EMI-Valentim de Carvalho, destinando esse espaço de charme intenso a galeria de arte, envolvendo no seu dinamismo inúmeros artistas, de várias gerações.

Tive o gosto de partilhar de perto com ela essa experiência única. A luz intensa e comunicativa que irradiava, a atenção solícita com todos os artistas e simples público interessado, davam o tom do ambiente de festa que se viveu nesse espaço encantatório, no qual confluíam os olhares interessados sobre a vida cultural lisboeta nos anos agitados do pós-25 de Abril, em que a imaginação andou à solta pela cidade.

Olhando hoje para esse período, infelizmente curto, com a distância que o tempo já permite e a deformação profissional de historiador do universo alfacinha, não me é difícil afirmar convictamente que a Galeria foi, sem dúvida, o centro por excelência da confluência da criatividade lisboeta, pois os inúmeros artistas plásticos, de várias gerações, se juntavam ao fim da tarde. Os artistas musicais que se dirigiam à Valentim de Carvalho, então em fase dinâmica de descoberta de nova música que por cá brotava, no ambiente irrepetível em que tudo, pensava-se, era possível. [...] mas convirá não esquecer, e posso testemunhá-lo, que a presença constante na Cruz dos Poiais não se limitava aos artistas

<sup>66</sup> A crítica inicial, de outubro de 1988, referia-se a dois livros, *Painéis de S. Vicente do Museu Nacional de Arte Antiga*, de Paula Freitas e Maria de Jesus Gonçalves (INCM, 1987), e o *Retábulo de S. Vicente da Sé de Lisboa e os seus documentos*, de Dagoberto Markl (Caminho, 1988). Dagoberto responderia a 2 de dezembro de 1988, tendo Sarmiento de Matos contra-argumentado nesse mesmo número.

<sup>67</sup> Maria de Assunção Nobre Franco Barbosa de Carvalho (1938-2015) foi galerista, colecionadora e curadora de arte. Foi também a primeira diretora do Museu Berardo, em Sintra.

representados e aos músicos da Valentim de Carvalho. Muitos outros confluíam por lá, atraídos por aquele ambiente convidativo e simpático que a Maria sabia criar à sua volta.

Escritores, poetas, jornalistas, agentes culturais, outros galeristas e *tutti quanti* cirandavam por ali, num ambiente em que a conversa fluía, os temas se encadeavam e, claro, onde imperava a boa disposição a que o sorriso sempre aberto da Maria imprimia o tom especial. É bom, portanto, termos consciência, embora por norma a memória seja curta, de que nesse período tão especial da história lisboeta a Galeria EMI-Valentim de Carvalho foi, de facto, um elemento central da produção cultural lisboeta, história que está por fazer.<sup>68</sup>

Na Galeria EMI-Valentim de Carvalho, Sarmento de Matos travou amizade com muitos artistas, como Jorge Martins, Ângelo de Sousa, Álvaro Lapa, José Pedro Croft, Cabrita Reis, Pedro Proença e Manuel João Vieira.

E também com os músicos que frequentavam os estúdios:

Foi na altura em que rebentou a música portuguesa, e aquela malta toda — o Rui Reininho, o Pedro Ayres [de Magalhães], o Rui Veloso — vinha lá de baixo das catacumbas e juntava-se nas salas grandes da galeria. Dali saíamos para as boîtes e para os concertos, e lá ia eu também.<sup>69</sup>

Desta sua proximidade à Galeria, Sarmento de Matos publicou, em 1989, *Sons de Lisboa: Uma Biografia de Valentim de Carvalho*.

As décadas de 1970-80 foram vividas em plena euforia cultural e social. Foi nessa altura que Sarmento de Matos conheceu outro amigo incontornável, Carlos António Ferreira, proprietário de uma casa extraordinária na rua do Alecrim, que se destaca por ter um magnífico torreão recuado, qual torre de atalaia, da cidade e do Tejo.

Entre outras coisas, Carlos Ferreira era um grande colecionador e comprador de arte e um organizador de espetáculos. A sua casa foi, durante alguns anos, ponto de encontro quase obrigatório de pintores, escritores, músicos, fotógrafos e alguma «exótica fauna lisboeta», como referiria António Sacchetti.

Aí, tanto se podiam oferecer seletos jantares de toalha de linho e talheres de prata, como declamar poesia, discutir literatura, ouvir música, dançar, etc.

<sup>68</sup> José Sarmento de Matos, «Obrigada Maria», *Diário de Notícias* (23 mai. 2015), p. 50.

<sup>69</sup> Ana Soromenho, *op. cit.*, p. 63.

Foi através deste amigo que Sarmiento de Matos conheceu o seu sobrinho, Jorge Ferreira Paulo. Embora fosse muito mais novo que os alegres convivas da casa da rua do Alecrim, Jorge privou de perto com Sarmiento de Matos. Ao saber que ele estava em História, disse-lhe: «Quando acabares o curso vens trabalhar comigo.» E assim sucedeu. Jorge foi o seu braço direito ao longo dos anos, «vasculhando», para ele, arquivos e bibliotecas em busca da documentação necessária aos seus trabalhos. Seria uma parceria de sucesso.

Com inúmeras solicitações, Sarmiento de Matos não tinha nem tempo nem paciência para a sempre morosa e solitária investigação documental. Por outro lado, como nativo de Gémeos, gostava sobretudo de refletir, escrever e conversar. Em contrapartida, Jorge preferia o silêncio dos arquivos e a procura das fontes.

Recolhida a informação, Sarmiento de Matos podia dar largas ao seu pensamento, repensar conceitos antigos e propor novas interpretações. Sem a ajuda inestimável deste investigador, dificilmente teria tido tempo para produzir tantos estudos enquanto se desdobrava em palestras, cursos e colaborações na imprensa.

## DA COMISSÃO DOS DESCOBRIMENTOS À EXPO'98

Em novembro de 1986, foi criada a Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Integrada na Presidência de Conselho de Ministros, tinha como objetivo a preparação, coordenação e organização das comemorações dos quinhentos anos do início dos Descobrimentos portugueses.

Dois anos depois, José Sarmiento de Matos foi convidado a integrar essa Comissão, como assessor.<sup>70</sup> Posteriormente, passou a coordenador editorial da Revista *Oceanos*, dirigida por António Mega Ferreira. O primeiro número, dedicado aos Açores, era dado à estampa em junho de 1989. Foi também no âmbito da *Oceanos* que Sarmiento de Matos visitou Cabo Verde.<sup>71</sup> Com ele viajaria António Sacchetti, o fotógrafo que durante mais de uma década trabalhou com ele.

---

<sup>70</sup> Jorge Ferreira Paulo integrou também a equipa, trabalhando de forma pontual na edição de códices manuscritos.

<sup>71</sup> A revista sobre Cabo Verde foi publicada em novembro de 1990.

Acerca dessa viagem, Sacchetti escreveu recentemente:

Encontrei-me com o Zé no Sal. Adiantei-me uma semana, porque pretendia gastar uns dias a mergulhar; não devia ter outras oportunidades depois de iniciado o périplo pelas cinco ilhas que lhe interessavam: Sal, Santiago, São Vicente, Santo Antão e Fogo. Foram 26 dias de corrida pelas costas, cristas das serras, povoados e zonas desertas... onde aparecia sempre alguém, quase sempre crianças. [...]

Trinta anos corridos, os *slides* estão perdendo as cores, a prata dos negativos altera-se, as folhas do diário descolam-se... o meu rosto ganhou rugas, aquelas crianças já são homens com mais de quarenta anos... e, sobretudo, o meu amigo já partiu para outra viagem, aquela... definitiva. Este livro é-lhe dedicado, mas também a essas crianças do passado, que, espero, nunca tenham perdido o sorriso.<sup>72</sup>



—  
José Sarmento  
de Matos e António  
Sacchetti. Cabo Verde,  
S. Vicente, 1989.

Em 2018, no jornal *Público*, Sarmento de Matos explicou a importância que teve a sua passagem pela Comissão dos Descobrimentos:

Nos primeiros anos da década de noventa do século pretérito fui assessor da Comissão dos Descobrimentos e, em simultâneo, coordenador editorial da revista *Oceanos*, dirigida por António Mega Ferreira. Naquele

<sup>72</sup> António Sacchetti, *Memórias de Cabo Verde*, edição do autor, 1990.

labirinto improvisado da Casa dos Bicos cruzavam-se conversas e animações, em torno da figura central do coordenador científico da Comissão, o professor Luís de Albuquerque. Um dos temas fortes dessas tertúlias animadas que juntavam colaboradores mais assíduos e outros visitantes era a consciência da falta de um lugar específico onde fosse possível transmitir o que fora esse momento único de conjugação excepcional de vontades, que permitira levar a cabo a tarefa ciclópica da aventura dos mares, o fenómeno histórico por hábito conhecido por Descobrimentos.

Instalou-se entre discussões a designação mais ou menos consensual de Museu dos Descobrimentos a atribuir a esse local, embora alguns, de quando em vez, aventurassem uma designação que tinha o condão de pôr Luís de Albuquerque com pele de galinha: Museu das Descobertas. Com o humor fino que o caracterizava, e pautava sempre a informalidade dessas tertúlias improvisadas, o mestre ripostava de pronto dizendo que em Lisboa havia uma Avenida das Descobertas no Restelo, mas que essa designação resultava de haver umas moças que a subiam e desciam na tarefa diária, evidenciando dotes para atrair a clientela. Essas eram, sim, as verdadeiras descobertas. Para ele havia uma palavra portuguesa, os Descobrimentos, sendo impensável importar expressões estrangeiras, pois *Les Decouvertes* é uma palavra francesa totalmente inapropriada.<sup>73</sup>



—  
José Sarmento  
de Matos enquanto  
membro da equipa  
da Expo'98.

<sup>73</sup> José Sarmento de Matos, «Roteiros de viagem», *Público* (16 jun. 2018), p. 58.

Numa primeira fase, pensou-se apenas numa Exposição Internacional — como fora a do Porto em 1865 — que abrangeria uma área ribeirinha de 25 hectares, ainda a definir. No entanto, a sua categoria foi alterada para Exposição Mundial, com uma área a intervencionar de 60 hectares. Depois de um longo e complexo processo que envolveu vários ministérios, a Câmara Municipal de Lisboa e a Administração do Porto de Lisboa, ficou definido que a Exposição teria lugar na zona oriental da cidade. E, a 23 de junho de 1992, Portugal regozijava-se com a notícia de que Toronto tinha sido preterido em favor da capital portuguesa. Lisboa teria, assim, a sua Exposição Mundial, a última do século xx.

Quando, em 1993, António Mega Ferreira assumiu o cargo de comissário da futura Expo'98, Sarmento de Matos foi com ele como consultor.

Nos primeiros tempos, a sua participação foi mais esporádica, dando-lhe a liberdade de se dedicar paralelamente a projetos pessoais. Começaria, por esta altura, a despontar a ideia do que viria a ser *A Invenção de Lisboa*, uma ideia ainda difusa, mas que começava a ganhar corpo em alguns textos.

Depois de ter passado de forma pontual pela Revista *Oceanos*, onde fazia pesquisa iconográfica, também eu integrei a equipa da Expo'98 a partir de março de 1993 para comissariar uma exposição sobre a já referida antecessora da Expo'98, a Exposição Internacional do Porto de 1865. Findo esse trabalho, acabaria por ingressar, por vontade do comissário-geral Cardoso e Cunha, nos quadros da empresa, onde ficaria até ao seu encerramento no outono de 1998. Foram uns anos fascinantes. Para além de ter participado em projetos extraordinários e em condições irrepetíveis, não só alicercei a minha carreira como investigadora/curadora, como fiz ligações profissionais e amigos para a vida. E, como uma cereja (para quem goste desta fruta) no topo do bolo, tive a sorte de partilhar com Sarmento de Matos durante cerca de ano e meio um magnífico T0 (nome que dávamos às nossas salas minúsculas). Nesse gabinete apenas cabiam as nossas duas secretárias e um pequeno armário de metal de arquivo. Tinha, em contrapartida, uma janela que ocupava todo o comprimento da parede e nos mostrava uma parte da cidade oriental, com o Tejo bem ao fundo.

Seria aí que, por vezes, ao final da tarde, Sarmento de Matos me dizia: «Vou-te ler o que escrevi ontem, vê lá o que achas.» E eu, que de Lisboa praticamente nada sabia, ficava deliciada a ouvi-lo e a percorrer sobre o que estava a ler. O seu raciocínio era claro, inovador e levantava questões pertinentes. Posteriormente, ao ler *A Invenção de Lisboa*, reconheci, bastante mais amadurecidas e alicerçadas, algumas

das ideias levantadas nesses finais de tarde, por vezes partilhadas com António Mega Ferreira e Fernando Luís Sampaio.

Durante o período em que convivemos no mesmo gabinete, Sarmiento de Matos foi o meu diapasão no afinamento das duas exposições que comissariei: *Porto 1865, uma exposição* e *D. Carlos de Bragança a Paixão do Mar*.<sup>74</sup> Nos livros que as acompanharam, a mão de Sarmiento de Matos também se fez sentir.

Entretanto, em 1994, Lisboa tornava-se Capital Europeia da Cultura. Este evento, do qual Elísio Summavielle foi um dos comissários, incluiu um projeto de intervenção urbana que abrangia para o eixo Largo/Cais do Sodré e que ficou conhecido por Sétima Colina — foi neste contexto que José-Augusto França publicou o Roteiro d'A *Sétima Colina*.

Mais uma vez, e como sempre que alguma coisa dizia respeito a Lisboa, Sarmiento de Matos foi ouvido. Para Summavielle, «ele foi um "cúmplice" incontornável deste projeto, tendo contribuído com ideias, propostas de cores para os edifícios em restauro e artigos monográficos»<sup>75</sup>.

No entanto, a sua atuação seria apenas pontual, já que tinha pela frente dois desafios hercúleos na Expo'98: gizar a toponímia da nova cidade que ia nascer à beira Tejo, e imaginar e coordenar o programa *Caminho do Oriente*.

Este projeto pressupunha a reabilitação de edifícios patrimonialmente relevantes e um extenso e variado programa cultural, com exposições, concertos, desfiles de moda, etc.



—  
Apresentação da obra  
*Caminho do Oriente*  
(1998).

<sup>74</sup> A primeira em 1994, no Museu Nacional de Soares dos Reis (Porto), e a segunda em 1996, no Museu de História Natural (Lisboa).

<sup>75</sup> Testemunho de Elísio Summavielle, enviado por e-mail a 9 de setembro de 2021.

Sobre a forma como foi gizado, Sarmiento de Matos escreveu:

Ali [com o *Caminho do Oriente*] não me limitei a fazer estudos históricos, pus a mão na massa. Fizemos o restauro de edifícios, como o Abel Pereira da Fonseca e o Oriental, e envolvemos todas aquelas associações de cultura e recreio. Eu conhecia toda a gente e fazíamos bailes, exposições... Ao mesmo tempo, estava em negociação com a empresa de construção REFER para acompanhar a reabilitação de uma série de edifícios na zona da Estação de Santa Apolónia. Quando escolhi pintar a estação de comboios com aquele azul foi um escândalo. «Estás doido! Um edifício daquele tamanho azul-cueca?!», dizia-me o Mega. «É a única maneira de passar despercebido, confunde-se com o céu e com o mar.»<sup>76</sup>

E tinha razão. Hoje, quando olhamos a nova cor com que foi pintada a velha estação (vermelho), temos saudades de a ver da cor do céu.

A confirmar todo o seu entusiasmo e o empenho da sua liderança, diria Sofia Costa Pessoa, que com ele trabalhou de perto neste grande projeto:

«A curiosidade movia José Sarmiento de Matos literalmente a passos largos. Liderando o grupo de investigação e executivo (no qual eu estava incluída como técnica da Expo'98 e Helena Caria como técnica da AMBELIS<sup>77</sup>), percorria a pé o terreno, sempre à frente de todos, como um guia, determinado na missão de descoberta do património ao longo do percurso de Santa Apolónia a Marvila, o denominado *Caminho do Oriente*. Tratou-se de um programa de reabilitação e revitalização urbana promovido em parceria com a Expo'98, a Câmara Municipal de Lisboa e a AMBELIS, envolvendo as entidades públicas e privadas da zona oriental de Lisboa.

Após as longas caminhadas, reuníamos na sede no convento do Grilo, instalações contíguas à igreja homónima em alegre convivência com o Sr. Padre, cedidas gentilmente para o efeito pela Secretaria de Estado da Inserção Social (CRSSLVT), onde permanecemos entre 1997-98. Historiador dedicado à cidade de Lisboa, o olhar prospetivo e perspicaz de Sarmiento de Matos aplicou-se plena e adequadamente a este projeto daquela zona com o fim da sua inventariação e estudo, compreendendo um vasto e variado campo de bens móveis e imóveis — palácios, quintas, conventos, unidades industriais, entre outros. Desta pesquisa

<sup>76</sup> Ana Soromenho, *op. cit.*, p. 63

<sup>77</sup> Criada em 1994, a AMBELIS — Agência para a Modernização Económica de Lisboa tinha como acionista maioritário a Câmara Municipal. O seu objetivo era promover a modernização, diversificação e renovação da base económica de Lisboa. Foi extinta em 2007.



---

Exposição Universal  
de Sevilha, 1992.



---

Jantar de homenagem  
a José Saramago.  
Feira do Livro de  
Frankfurt, 1998.



—  
Lançamento da obra  
*Caminho do Oriente*,  
com Maria Calado,  
Carlos Consiglieri  
e António Mega  
Ferreira.  
Lisboa, 1998.

exaustiva revelou-se quer a qualidade arquitetónica e estética deste património quer a sua biografia social e cultural, desde a sua função de origem e proprietários aos novos usos ou abandonos quer por incúria quer por obsolescência.



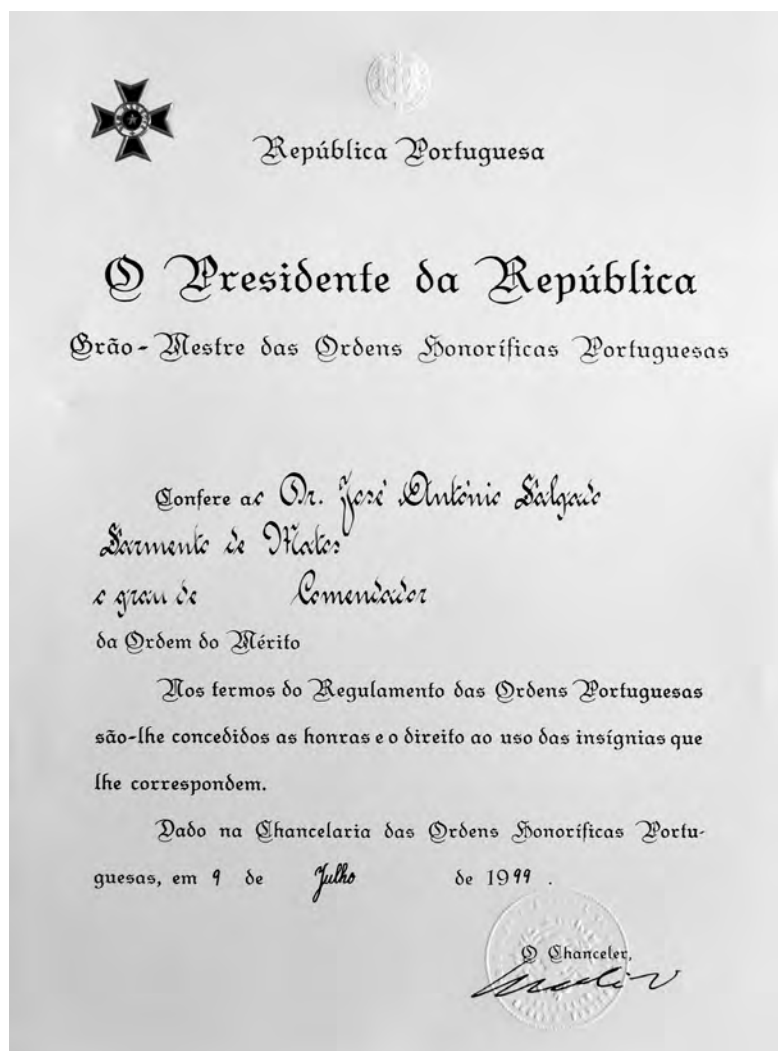
—  
Cerimónia de entrega  
da Comenda da  
Ordem de Mérito  
pelo envolvimento  
na concretização  
da Expo'98, 1999.

Neste âmbito, José Sarmento de Matos assumiu várias responsabilidades — diretor, programador, curador, investigador, editor e escritor, vindo a desvendar um rico património até à data desconhecido, aduletrado ou oculto. Colmatou-se deste modo uma lacuna existente até à data da historiografia patrimonial da olissipo, contribuindo indelevelmente para o conhecimento alargado e aprofundado de um território da cidade há muito esquecido, materializado num conjunto de publicações em formato de coleção de Guias da autoria de Sarmento de Matos e Jorge Ferreira Paulo, Deolinda Folgado e Jorge Custódio e de Luísa Arruda, informando, descrevendo e dando significado às suas valências arquitetónicas, azulejares, industriais, sociais e culturais ali localizadas. [...]

Implementou-se também, como previsto, um programa de dinamização cultural envolvendo as entidades locais realizado em espaços diversificados, tais como exposições e eventos no museu da Água da EPAL, no convento de Santos o Novo, no Clube Oriental de Lisboa, na Sociedade Musical União do Beato, Museu Militar, antiga fábrica Tabaqueira, entre outros.

Saliento o programa de atividades de animação no espaço do antigo armazém de vinho Abel Pereira da Fonseca (APF), num ambiente cenográfico concebido por José Fragateiro, nomeadamente utilizando

uma seleção de bustos provenientes da antiga fábrica de fundição de moldes do Braço de Prata, bem como outras peças de grande escala que integraram o Cortejo Histórico de 1948 dirigido por Leitão de Barros encontradas nos armazéns da Mitra. [...] O exemplo pioneiro e profícuo de revitalização urbana e vivencial continua felizmente a progredir na zona oriental de Lisboa, daí crer que o nome de José Sarmiento de Matos merece ficar inscrito sob alguma forma de memorial, tal como dotar uma das suas artérias com o seu nome na qualidade de olissipógrafo, um procedimento a meu ver justo e que certamente o faria muito feliz.»<sup>78</sup>



Diploma da Comenda da Ordem de Mérito.

<sup>78</sup> Testemunho de Sofia Costa Pessoa, enviado por e-mail a 14 de dezembro de 2021.

Em 1997, ainda no âmbito da Expo'98, Sarmento de Matos ocupou o cargo de administrador da Sociedade Portugal-Frankfurt 97 S. A.<sup>79</sup>, juntamente com José Manuel Lello, Maria Alexandre Lousada e Maria da Piedade Valente. O objetivo desta sociedade era promover a presença de Portugal como país tema na Feira do Livro de Frankfurt. Quando o presidente da Sociedade, António Mega Ferreira, adoeceu gravemente, substituiu-o na fase final do projeto e na cerimónia de inauguração e foi o anfitrião que recebeu o Presidente da República Jorge Sampaio e o chanceler Helmut Kohl no belíssimo pavilhão projetado por Luísa Pacheco Marques.

## OS ÚLTIMOS ANOS

Terminada a Expo'98, Sarmento de Matos desmultiplicou-se em várias colaborações, entre elas como consultor da Comissão de Candidatura da Baixa a Património Mundial<sup>80</sup>, colaborador técnico do Comissariado para a Renovação da Baixa Pombalina, membro do



—  
Visita guiada  
ao palácio da  
Independência.  
*Lisbon Week*, 2013.

<sup>79</sup> A sociedade anónima Portugal-Frankfurt 97 foi criada pelo Decreto-Lei n.º 177/96, de 21 de setembro, com capitais estatais, da sociedade Parque Expo'98, S. A. e da Associação Portuguesa de Editores e Livreiros.

<sup>80</sup> Nesse âmbito, publicou o artigo: José Sarmento de Matos, «Baixa Pombalina, reflexão para definição de princípios e um plano de salvaguarda», *Revista de História de Arte*, n.º 2 (2006), pp. 57-66.

Conselho Consultivo do IPPAR, júri do Prémio Vilalva, diretor da revista *LX Metrópole* (Parque Expo) e coordenador editorial da revista *LXF* (da Câmara Municipal de Lisboa), tendo sido o consultor histórico do centro de interpretação *Lisboa Story Center*.

No intervalo de toda a sua intensa atividade profissional, manteve durante anos uma crónica no jornal *Público*, participou em dezenas de colóquios e encontros sobre temas lisboetas, colaborou em catálogos de exposições e publicou diversos livros de que falaremos adiante.



Inauguração da  
exposição «Maresias,  
Lisboa e o Tejo» no  
Torreão Poente da  
praça do Comércio,  
2014.

Para além disso, orientou cursos e visitas guiadas pela cidade. Foi o caso de cursos sobre azulejaria lisboeta, sobre palácios, quintas e casas nobres e sobre os bairros de Lisboa, o último levado a cabo no espaço polivalente Appleton Square. Ministrou outro no espaço cultura do El Corte Inglés, sob o tema *A arquitectura civil particular em Lisboa*, bem como outros na Universidade Autónoma de Lisboa, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas e na Culturgest.

Trabalhou na sinalética do eixo largo do Caldas-Intendente e participou ativamente no evento cultural anual *Lisbon Week*<sup>81</sup>, de que foi um dos associados.

<sup>81</sup> Este evento, promovido em parceria com a CML pela Actu — Associação Cultural e Turística Urbana, escolhe todos os anos um bairro diferente para dar a conhecer a sua história através de várias iniciativas culturais. Para além de Sarmento de Matos, os associados fundadores são: Alexandra Nunes Ricciardi, António Ricciardi, Carlos Coelho, Clara Braga da Costa, Daniel Matos Fernandes, Filipa Caldeira, Isabel Sarmiento, Pedro Batalha, Ricardo Rodrigues, Stéphanie Araújo e Zohra Alami.

Em 2014, foi comissário científico da exposição *Maresias*.<sup>82</sup>

Contudo, nunca deixou de estudar a cidade que amava, tendo produzido estudos notáveis como *O Palácio Palmela* (1987), *Sons de Lisboa* (1989), *Lisboa, um Passeio a Oriente* (1993), *Uma Casa na Lapa* (1994), *o Guia do Caminho do Oriente* (1999)<sup>83</sup>, *A Casa Nobre de Braço de Prata* (2003), *A Invenção de Lisboa* (2008 e 2009), *Um sítio na Baixa* (2013)<sup>84</sup>, entre outros.

Em 2017, a par do terceiro volume da *Invenção de Lisboa* (que acabou por ficar incompleto), Sarmento de Matos abraçava um novo projeto relacionado com o património histórico da Santa Casa da Misericórdia, que iria ser objeto de reabilitação — a conceção do projeto e a coordenação editorial da coleção *Património*. Nesse âmbito, em 2016, chegou a publicar, em coautoria com Ferreira Paulo, *Palácio Portugal da Gama/São Roque*.<sup>85</sup>

Na introdução do primeiro volume desta coleção escreveria:

Nem por acaso, a primeira incursão deste projecto olissipográfico projecta-se na zona de Lisboa onde se desencadeou, de forma empírica, mas teimosa, a génese da própria Olissipografia, pois o primeiro trabalho de Júlio de Castilho é dedicado ao Bairro Alto.<sup>86</sup>

José Sarmento de Matos foi um amante curioso e compulsivo de Lisboa. Deixou uma obra notável, muita da qual, dito por ele, nunca foi publicada:

Tenho cento e tal estudos sobre edifícios, e nada disto está ainda publicado. Trabalho sobretudo para os arquitetos. Há muita reabilitação para fazer nos edifícios antigos e é necessário perceber a história do edifício e as suas várias camadas antes de se começar a mexer. É sempre muito interessante ler uma planta, tatear as paredes e depois ver a conformação com os modelos sociais das pessoas que os encomendam e tentar apanhar todas as pessoas que lá viveram. A partir dos registos de 1762 já se consegue fazer o bolo e apanhar muita coisa. A partir daí começa-se a fazer a história.<sup>87</sup>

**82** A exposição dividia-se em seis núcleos: Cais dos Aventureiros, Terreiro do Paço, Barcos do Tejo, Cais do Sodré, Arsenal da Marinha e Fantasias Lisboetas. Esteve patente no Torreão Poente do Terreiro do Paço entre junho e dezembro de 2014, sendo comissários Álvaro Costa de Matos e Margarida Almeida Bastos.

**83** Em dois volumes, em coautoria com Jorge Ferreira Paulo.

**84** Em coautoria com Jorge Ferreira Paulo.

**85** Eduarda Napoleão e José Sarmento de Matos (coord.), *Palácio Portugal da Gama-São Roque*, Lisboa, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2016.

**86** *Ibidem*, p. 8.

**87** Ana Soromenho, *op. cit.*, p. 64.

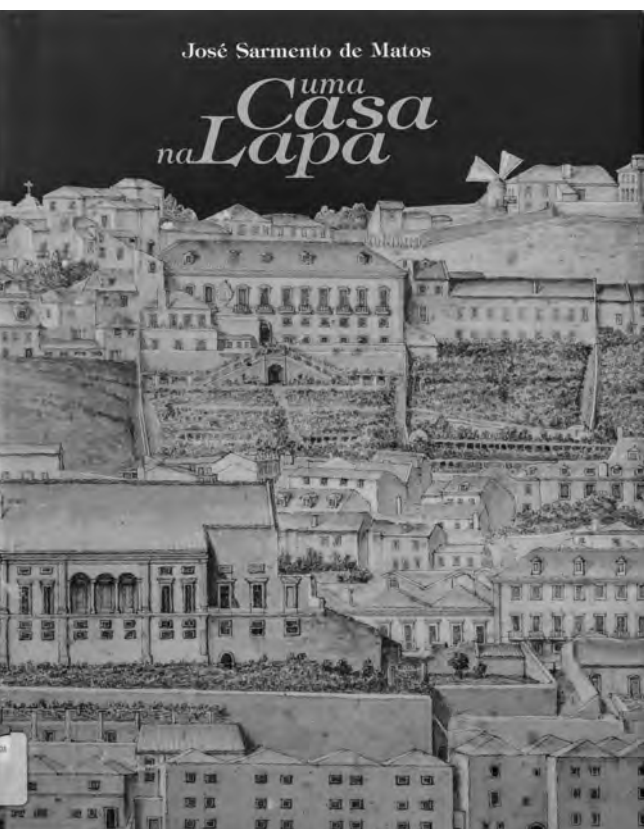
Poucos dias antes de morrer, a Câmara Municipal de Lisboa atribuiu-lhe, em sua casa, a Medalha Municipal de Mérito Cultural. Pena que tenha sido tão tarde, quando ele já se despedia da vida.



—  
Diploma da Medalha  
Municipal de Mérito.

Como referiu Margarida Acciaiuoli: «No Zé havia uma inquietude que não deixava que se acomodasse, e podia tê-lo feito, após a Expo'98, e não o fez. Ele queria sempre saber mais, ir ao fundo da questão. Era a sua grande característica.»<sup>88</sup>

<sup>88</sup> Testemunho de Margarida Acciaiuoli, dado por telefone a 14 de setembro de 2021.



—  
*Uma Casa na Lapa*  
(1994)



—  
Diploma do Prémio Municipal  
«Júlio de Castilho», 1994.



III

*Amar Lisboa*

N I M P R E N S A  
N A C I O N A L

© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

*A cidade é uma entidade intemporal, categoria por norma apanágio dos deuses.*<sup>89</sup>

## ~José Sarmiento de Matos

Júlio de Castilho é considerado o pai da Olisipografia, a disciplina, ainda não académica, que se dedica ao estudo de Lisboa. Filho do escritor António Feliciano de Castilho<sup>90</sup>, foi poeta, jornalista, escritor, político, bibliotecário e olisipógrafo, tendo deixado duas obras fundamentais para o estudo da cidade: *Lisboa Antiga* e *A Ribeira de Lisboa*.

Não ficaria, porém, sozinho na tarefa de estudar e amar incondicionalmente esta cidade. Outros o seguiriam, como Augusto Vieira da Silva, Gustavo Matos Sequeira, Norberto de Araújo ou Luís Pastor Macedo, só para citar os mais importantes. Várias décadas depois, um outro nome, o de José Sarmiento de Matos juntar-se-ia a este rol de apaixonados por Lisboa.

Embora os seus estudos mais importantes tenham sido realizados sobretudo a partir da década de 1990, Sarmiento de Matos começou a escrever sobre a cidade muitos anos antes. São exemplo disso os inúmeros artigos publicados na imprensa. Deixou ainda anotações ou artigos incompletos que acabariam por ficar esquecidos entre os seus papéis.

Nunca é fácil escrever sobre o trabalho dos outros, sobretudo quando é tão rico e extenso e é, para quem escreve, uma temática que não domina, como neste caso. Por essa razão, considere que seria muito mais interessante «ouvir» o próprio Sarmiento de Matos. Assim, neste capítulo utilizei largos excertos do que ele escreveu, tendo-me limitado a «cosê-los», para os tornar num conjunto com sentido para o leitor, incentivando-o a ler as obras completas.

Deu-se prioridade aos textos que pensamos nunca terem sido publicados e aos que se encontram dispersos por jornais, muitos deles difíceis de encontrar. No entanto, não esquecemos também os trabalhos publicados.

Em relação a estes últimos, deu-se destaque às suas duas obras fundamentais, *Uma Casa na Lapa*, onde, pela primeira vez, se torna clara a sua dimensão enquanto olisipógrafo, e *A Invenção de Lisboa*, a obra em vários volumes que deixou inacabada.

<sup>89</sup> José Sarmiento de Matos, *A Invenção de Lisboa — Livro II, As Vésperas*, Lisboa, Temas e Debates, 2008, p. 14.

<sup>90</sup> António Feliciano de Castilho seria agraciado por D. Luís, em 1870, com o título de visconde de Castilho. O seu filho mais velho viria a ser o 2.º visconde de Castilho.

Assim, este capítulo subdivide-se em várias partes, «A Lisboa de trazer por casa», «Um passeio a Oriente», «O bairro da Lapa» e «Derivas». Começamos pela primeira, revisitando lugares que completam um círculo que se inicia na Baixa, desce o Combro, visita o Rato, segue para o Príncipe Real e regressa ao Chiado pela rua do Século.

Mas, antes de iniciarmos este périplo, um conselho do nosso olisipógrafo: na cidade, ande a pé ou de elétrico...

—  
No elétrico 25,  
2022.



Gosto de andar de elétrico. A paisagem urbana desliza à velocidade *quantum satis*: nem tão rápida que elida o detalhe nem tão lenta que enfaste o passageiro; o suficiente para intuir a cidade ao ritmo dos tlintlins.

Compreendo que a ânsia corridinha que tomou conta dos nossos dias seja alérgica à geringonça amarela que atravanca as ruas. É natural. Mas também não esqueço o prazer do olissipógrafo satisfeito quando, por qualquer compromisso, desço no 28 de Campo de Ourique à Estrela, ao Chiado, à Baixa, e subo logo de supetão íngreme às Portas do Sol, primeiro, e à Graça, em seguida. Lisboa refaz-se no requebro das voltinhas.

Deixo aqui um voto: deixem-se de pressas. Reaprendam a cadência ajustada do elétrico, quer porque o mundo não acaba hoje, quer porque é sempre bom carregar a bateria das razões da escolha desta cidade como local onde se gosta de viver.<sup>91</sup>

<sup>91</sup> José Sarmiento de Matos, «Um desejo chamado elétrico», *Público* (21 fev. 2010), p. 2.

Apesar do risco de uma escorregadela na calçada ou o tropeção numa cratera do empedrado do passeio, vale a pena olhar sempre para cima quando se passeia nas zonas antigas de Lisboa. Há placas foreiras a contar histórias, registos de azulejos a exhibir devoções, numa multiplicidade de informações espalhadas nas paredes velhinhas, indispensáveis para quem deseja retirar da cidade mais que o simples prazer de nela viver. Há mesmo nomes de estabelecimentos comerciais que dão pano para mangas, como aquela mercearia acima da Igreja da Memória cuja designação sempre entendi como uma espécie de síntese lapidar da minha própria labuta olisipográfica: *A Abastecedora da Memória*.

Ao entrar no Largo da Rosa, vindo da Rua das Farinhas — nome já de si tão enigmático —, encontra-se logo à direita um vasto edifício, com belas varandas e azulejos, onde outrora viveu Afonso Lopes Vieira, e depois foi amplamente restaurado e valorizado pelo professor João Cid dos Santos. Mostrando-se bom filho de seu pai, Reinaldo dos Santos, a quem a História da Arte Portuguesa tanto deve, Cid dos Santos retirou das entranhas do lugar todo o precioso espólio de cantaria do antigo convento de Nossa Senhora da Rosa — que ocupava anteriormente aquele lugar —, dispondo-o no jardim alto, assim transformado num belíssimo núcleo arqueológico de reminiscências quinhentistas que merece visita demorada. É, no entanto, uma específica lembrança antiga aqui existente que me prende a atenção e o apetite. Cá fora, num contraforte sólido — possível resto do antigo convento (o estudo do conjunto ainda está longe de terminado) —, encontra-se um bonito registo bem singular no panorama alfacinha. Num belo troço de lioz, devidamente emoldurado, está esculpida uma concha marinha, de fino recorte, acompanhada em baixo por uma legenda inscrita numa estreita fita que capricha num volteado elegante, esculpida com ciência e esmero. Para espanto de qualquer um, nessa fita encontra-se escrita uma só frase, na verdade quase um desafo, ainda por cima redigida em língua italiana: *Ora piango, ora canto [...]*. Nada sei — pelo menos por enquanto — da origem desta preciosa singularidade que quase ninguém nota perdida na vasta superfície do edifício. De onde terá vindo? ou quando terá sido ali colocada? [...] É por não se conseguir explicar que esta pequena confidência agarrada à pedra de uma parede ganha foros de enigma, mais um a juntar a tantos outros que pululam por Lisboa. Resta uma consolação. Pelo menos nesse tempo havia alternativas, pois ora se chorava ora se cantava. Hoje nas alucinações da dita crise, não nos restaria mais que escrever em repetição monocórdica: *piango, piango, piango...*<sup>92</sup>

92 José Sarmento de Matos, «Confidências de Lisboa», *Público* (14 out. 2012), p. 38.

# A LISBOA DE TRAZER POR CASA

*O mito é o nada que é tudo.*<sup>93</sup>

~Fernando Pessoa

A 1 de novembro de 1755, um sismo de grande magnitude, a que se seguiram um tsunami e um incêndio, arrasava a velha capital de um império já decadente. No entanto, era ainda uma das principais urbes europeias. A sua destruição fez circular, um pouco por todo o mundo, opúsculos e gravuras que relatavam e ilustravam esta catástrofe. Homens de letras como Voltaire, Kant e Goethe, entre outros intelectuais da época, dedicar-lhe-iam algumas reflexões. Sobre a repercussão que este trágico episódio teve na Europa escreveria, mais tarde, o autor de Fausto: «Talvez que o Daimon do medo jamais tenha espalhado tão velozmente e tão poderosamente o seu terror sobre a Terra.»<sup>94</sup>

Quando, em 2005, se evocaram os 250 anos do «grande desastre de Lisboa», Sarmiento de Matos participou em várias palestras, colóquios e mesas redondas, deixando ainda um extenso artigo publicado no *Público*. Nele, dava conta da evolução histórica da Baixa e do «espírito do lugar» e, tendo em conta o estado de abandono em que esta se encontrava, refletia sobre o seu futuro.

Neste artigo, começa por explicar que uma coisa é a Matéria, «[...] o conjunto urbano, com os seus limites e planos, projectos, globais ou parcelares, e, naturalmente, o seu estado de conservação e as possibilidades de revalorização através da eventual proposta de correcção de distorções ou disfunções [e outra muito diferente é] o Espírito que informa e identifica essa mesma matéria através da caracterização cuidada da sua evolução e do papel dinâmico no conjunto mais vasto da cidade em que se insere.»<sup>95</sup>

Por essa razão, dizia ele, «a chamada Baixa Pombalina de Lisboa é, neste particular, um caso *sui generis*: um conjunto urbano nascido no século XVIII, a partir de um projecto global, radical, nos seus princípios norteadores, decorrentes das condições extraordinárias propiciadas por uma tragédia sísmica de grandes proporções. E esta dimensão invulgar da intervenção setecentista propiciou uma excessiva contaminação

<sup>93</sup> Fernando Pessoa, «Ulisses», in *Mensagem*, Lisboa, Ática, 1986, p. 25.

<sup>94</sup> Johann Wolfgang von Goethe, *Dichtung und Wahrheit*.

<sup>95</sup> José Sarmiento de Matos, «Baixa Pombalina, Matéria e Espírito», *Público* (1 nov. 2005), p. 4.

entre as duas vertentes acima explicitadas — matéria e espírito —, resultando desse facto a sua quase identificação, bem sintetizada na expressão Baixa Pombalina. Ora na verdade, antes de ser pombalina, isto é, antes de ser «a matéria» que conhecemos, a Baixa há muito que era Baixa. Quer dizer tinha um «espírito».

Recuando bem fundo na história lisboeta, poderemos alvitrar que esse «espírito» se encontra estabelecido desde o seu início. Se aceitarmos a leitura de que as estruturas romanas hoje escondidas no seu subsolo constituíam o suporte (criptopórtico) de uma espécie de *Forum* comercial, directamente ligado à actividade marítima, poderemos admitir que nessas épocas a zona baixa de Lisboa, dinamizada pelo esteiro que a atravessava, era já o verdadeiro centro da sua vida comercial, com todas as implicações institucionais — mercado financeiro, bolsas de mercadorias, etc.

Se olharmos para os tempos seguintes, alguns indícios reforçam a permanência deste espírito. No período confuso em que o cristianismo se instala, é curioso notar os oragos das freguesias mais importantes da Baixa. As santas Justa e Rufina são as padroeiras dos mestres oleiros, S. Julião o dos viajantes, e S. Nicolau está ligado às actividades marítimas. Quer dizer que nesta área dessa Lisboa nebulosa se mantinham modos de vida indiciadores de um verdadeiro centro económico. E será de realçar S. Julião, a igreja onde, ao longo dos tempos, se instalam as confrarias estrangeiras, como bem atesta a capela de S. Bartolomeu dos Alemães, pelo menos conhecida desde o século XIII. [...] É esse espírito que não deixa de se reforçar ao longo dos tempos. Para proteger esse universo fulcral, D. Diniz manda erguer a primeira muralha defensiva ao longo da praia, procurando mantê-la ao abrigo do apetite sempre voraz da pirataria berbere.»<sup>96</sup>

Oito anos mais tarde, esta muralha dionisina merecer-lhe-ia um trabalho aprofundado no âmbito do estudo do edifício-sede do Banco de Portugal. Realizado em coautoria com Jorge Ferreira Paulo, foi publicado, em 2013, com o título *Um Sítio na Baixa*. Uma obra documentalmente rica, com informação inédita, e apoiada pela arqueologia, que teve uma segunda edição atualizada em 2016.

Iremos apenas referir alguns pontos que consideramos interessantes para o estudo da cidade, nomeadamente o que ele escreve sobre a muralha mandada levantar por D. Dinis e o cosmopolitismo da cidade.

<sup>96</sup> *Ibidem*.

A escolha do primeiro ponto prende-se com o facto dos autores confirmarem a localização da muralha a partir das conclusões retiradas da intervenção arqueológica desenvolvida durante as obras de requalificação do quarteirão do Banco de Portugal. O troço então posto a descoberto foi posteriormente integrado no percurso expositivo do Museu do Dinheiro.

Em 1294, é assinado um contrato entre o rei e o senado municipal, tendo em vista a construção de muralha que defendesse a Rua Nova [...] Ou seja, o rei e o município estavam seriamente preocupados com a activa pirataria vinda «de fora parte», isto é, em especial do Norte d'África, a qual punha em risco constante quer a segurança da navegação pacífica, quer ainda a própria cidade baixa, presa fácil de razias rápidas dos piratas e corsários muçulmanos. Para a evitar, o governo de D. Diniz toma duas providências de largo alcance. Por um lado, no seguimento imediato deste contrato, dá início à construção do tal «muro», e, mais tarde, contratará o almirante genovês Manuel Pessagno, ou Pessanha como por cá se lhe chamou, entre cujas atribuições se contava exactamente a garantia de dispor de duas galés, de combate à entrada da barra, para dificultar as manobras hostis dos atrevidos provenientes «de fora parte».

Deixando a política naval iniciada com a colaboração genovesa, fixemo-nos na primeira vertente, isto é, na construção do tal muro, ansiada protecção das actividades da borda de água. Como reza o referido contrato, transcrito por Vieira da Silva, o muro devia unir a «minha torre da Escrivaninha até às minhas casas das Galés de contra mar». [...] Vieira da Silva não tem dúvidas. As Tercenas, ou as «Casas das Galés», como o rei lhes chama, eram um edifício fortificado e sólido, perfeitamente seguro, tal como a Torre da Escrivaninha, a maior da Cerca Velha sobre o rio, ajustado para funcionar como porto seguro de entroncamento da nova muralha. E esse conjunto edificado ficava, exatadamente, logo a seguir à Ponte da Galonha, ou seja, nem mais nem menos no limite nascente do quarteirão que nos cabe estudar, aquele hoje ocupado na sua totalidade pelo banco de Portugal. E, de facto, as recentes escavações levadas a cabo no seu subsolo puseram a descoberto um vasto troço da muralha dionisina, correndo longitudinalmente quase a meio, sob o saguão, embora já interrompida nalguns pontos (como se viu até bem recentemente). A mesma que parece continuar por baixo do templo de S. Julião, devendo as tais «Casas das Galés» estenderem-se então até ao

actual larguinho dito de S. Julião. Esta conjectura assenta no pressuposto de, logo a seguir, ter início a forte ravina da colina dos Mártires, segurança natural que evitaria ousadias.<sup>97</sup>

Quanto ao segundo ponto, levantam a questão da antiguidade do cosmopolitismo lisboeta. Contrariando a opinião mais ou menos generalizada de que fora fruto dos Descobrimentos, os autores defendem que existe, pelo menos, desde o período romano, dada a localização geográfica de Lisboa entre o sul e o norte da Europa, que determinou a ativa tradição comercial da cidade.

De tudo isto se depreende que a ideia de a Lisboa cosmopolita e exótica ser uma decorrência exclusiva das grandes viagens a partir de Vasco da Gama não é de forma alguma correcta, pois, como Fernão Lopes tão bem evidencia, este cruzamento permanente de gentes e de rotas, cheiros e matérias-primas é uma constante bem longínqua, sendo possível sem dificuldade encontrar a origem desta ideia no período áureo dos romanos. E a Rua Nova, a regurgitar de pregões e encontrões, piropos e insultos, passos apressados e o polimento arrastado das esquinas, isola-se como a artéria vital onde pulsa, séculos fora, a corrente anímica deste microcosmo debruçado sobre o rio, olhando a barra na ânsia de quem perscruta o *fatum* imediato.<sup>98</sup>

Mas se os Descobrimentos não foram responsáveis por esse cosmopolitismo, em contrapartida foram determinantes para a alteração radical do *status quo* da cidade. Com o avanço da navegação e do comércio ao longo da costa africana, em 1463 foi criada, na zona do futuro Terreiro do Paço, a Casa da Guiné (mais tarde da *Guiné e da Mina*), onde se centralizaram os negócios ligados ao comércio com aquela região africana (e com a feitoria de São Jorge da Mina). Com a abertura do caminho marítimo para a Índia, e a consequente inundação da cidade por produtos exóticos e especiarias, é criada a Casa da Índia. Sem disso ter consciência, é neste contexto que o rei Venturoso acaba por alterar o estatuto da Baixa.

É esse terrapleno arenoso que D. Manuel, nos inícios do século XVI, irá transformar no logradouro das instalações que para ali determina, construídas sobre os muros possantes da dupla muralha. A Casa da Índia,

---

**97** José Sarmento de Matos e Jorge Ferreira Paulo, *Um Sítio na Baixa, a sede do Banco de Portugal*, Lisboa, Museu do Dinheiro, 2013, pp. 23-25.

**98** *Ibidem*, p. 35.

armazém indispensável à sua nova condição de senhor do «Comércio», e, sobre ela, os novos aposentos régios, que, com o correr dos anos e dos acrescentos, ganhariam o nome mais pomposo de Paço da Ribeira.<sup>99</sup>

Com esta decisão de abandonar o Paço medieval da Alcáçova, no Castelo, e ir morar junto ao rio e à poderosa Casa da Índia, o monarca acabaria por associar o poder régio ao centro económico e financeiro da cidade:

A seguir ao encanamento do córrego «imundo» a maior alteração que a Baixa vai sofrer é a construção do Paço da Ribeira e a consequente abertura do Terreiro que lhe ficava fronteiro, por isso chamado de Terreiro do Paço, após a construção de uma muralha ao longo do rio que suportava o terreno e delimitava a sul o novo espaço público. [...] O Paço da Ribeira é, portanto, um edifício, ou, é melhor, um conglomerado de edifícios, de características muito peculiares, sem paralelo na arquitectura palaciana régia europeia.<sup>100</sup>

Assim, o Terreiro do Paço tornar-se-ia no verdadeiro centro nerválgico da capital e do próprio país. A partir dele, a cidade comercial e financeira expandiu-se cada vez mais até alcançar o Rossio, «num dédalo de ruelas, em que se destacava a linha horizontal da Rua Nova dos Mercadores, criação também manuelina, arrumavam-se corporativamente as múltiplas actividades comerciais e manufactureiras, bem como os centros decisórios financeiros, monetários e seguradores, com a presença, dir-se-á discreta, das várias freguesias, que mantinham os mesmos oragos escolhidos já de tempos imemoriais [...]».

Por fim, o velho Rossio ainda informe, a praça cidadina por excelência, mercado e ponto de encontro, e também elo de ligação entre as colinas ocidental e oriental, cujo burburinho diário dos cidadãos o poder se encarregara de moldar. A nascente, a mole do Hospital de Todos os Santos propunha-se a tratar-lhes da saúde do corpo, a norte, as grades sinistras da Santa Inquisição lançava sobre eles um olhar vigilante sobre a saúde da sua alma. Mais ou menos condicionado, pois, o Rossio era, assim, o lugar do cidadão.»<sup>101</sup>

<sup>99</sup> José Sarmento de Matos, «Terreiro do Paço: Espaço e Função», in Miguel Figueira de Faria (coord.), *Praças Reais: Passado, Presente e Futuro*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008, p. 396.

<sup>100</sup> *Ibidem*, pp. 36-38.

<sup>101</sup> José Sarmento de Matos, «Baixa Pombalina, Matéria e Espírito», *Público* (1 nov. 2005), p. 4.

A manutenção desta ligação tortuosa entre os três espaços vitais da vida lisboeta não deixou de causar perplexidade a Sarmiento de Matos:

No contexto de transformação acelerada do novo Terreiro do Paço no centro político/administrativo por excelência, verdadeira capital de todo o reino, e da manutenção da Rua Nova como principal reduto financeiro e comercial — espécie de separação entre o Estado, por um lado, e os privados, por outro —, D. Manuel, ou quem pensava essas coisas por ele, não tenha sentido necessidade de criar uma via ampla que ligasse estas duas realidades fundamentais da vida lisboeta, seguindo naturalmente até ao Rossio. [...] na verdade, a coerência urbana da Baixa de Lisboa teria de esperar ainda alguns séculos para se ver definitivamente implantada a partir da reconstrução decorrente do sismo de 1755.<sup>102</sup>

Para Sarmiento de Matos, entre o final do período manuelino e o terramoto de 1755, apenas outros dois monarcas intervieram verdadeiramente no paço da Ribeira: Filipe I e D. João V.

O primeiro, durante a sua breve estada em Lisboa, encarregou o arquiteto militar italiano Filippo Terzi<sup>103</sup> de renovar o palácio fundado por seu avô. «O modesto fortim manuelino foi transformado em imponente torreão régio, emblema de majestade e referência central futura da imagem lisboeta. E, aproveitando a citada correnteza, um novo corpo palaciano passava a ligar o novo torreão ao velho paço manuelino, dando à Praça e ao Paço a nobreza de uma fachada, forte arquétipo que ainda hoje a marca. A veleidade sebastianista desvaneceu-se, acentuando-se o carácter mais laico que a nascente concepção absolutista do poder iria cultivar daí em diante. [...] Cá em baixo no Terreiro do Paço era o rei e só o rei simbolicamente personificado no imponente torreão com a sua cúpula, coroa indispensável de uma concepção unipessoal do poder, legitimado pela escolha divina.»<sup>104</sup>

A segunda intervenção teria lugar já no século XVIII, quando «D. João V culminaria um processo de integração de diversos edifícios contíguos, caso do palácio do Corte-Real, adquirido aos Marqueses de Castelo Rodrigo, estendendo mesmo o âmbito para fora da área ribeirinha com a aquisição do palácio dos Condes da Ribeira, cá em cima, junto

<sup>102</sup> José Sarmiento de Matos; e Jorge Ferreira Paulo, *Um Sítio na Baixa, a Sede do Banco de Portugal*, p. 40.

<sup>103</sup> Filippo Terzi nasceu em Bolonha e veio para Portugal em 1577. Dirigiu inúmeras obras, nomeadamente em várias fortificações, no mosteiro S. Vicente de Fora e no convento de Cristo, em Tomar.

<sup>104</sup> José Sarmiento de Matos, «Terreiro do Paço: Espaço e Função», p. 396.

aos Mártires (actual Victor Cordon), ligado este conjunto através de uma escada que galgava o acentuado desnível, bem como ampliou a antiga capela régia de S. Tomé, transformando-a em opulenta Patriarcal.

O perímetro palaciano era assim desmesuradamente ampliado, numa amálgama de construções desconexas, unificadas pela simples lógica de dar guarida a todos as díspares funções que volteavam em torno do rei. E nem o comércio faltava, pois no andar térreo do pátio da capela pululavam as inúmeras tendas dos chamados capelistas, designação que se manteria na gíria lisboeta mesmo depois de desaparecida a sua razão de ser. Seu filho D. José prosseguiu na mesma orientação, dotando este conjunto de um imponente Teatro de Ópera, desenhado por Bibiena e inaugurado pouco antes do terramoto.»<sup>105</sup>



Rua do Ouro,  
2013.

<sup>105</sup> *Ibidem*, pp. 396-397.

Este chegaria não «numa manhã de nevoeiro, como dizia a lenda sebastianista, mas na soalheira do dia primeiro de novembro, festa de Todos os Santos. Num ápice, tudo se modificou, numa destruição violenta que o incêndio brutal veio de forma definitiva acentuar. Este local, onde D. Dinis tivera as suas Tercenas, e a sua "Casa das Galés", onde durante alguns anos uns judeus amedrontados se aferrolhavam pela noitinha, onde depois se bateu moeda séculos a fio, onde reis observavam os súbditos do alto das janelas, se calhar invejosos de não poder gozar do mesmo à vontade, onde D. João V enterrou ouro e prata para satisfazer o seu ego de rei absoluto, onde os principais voltearam vaidades e intrigas, tudo desaparecia como por encanto, restando tão só a memória esfiada e ténue que alguns maduros teimam em cultivar. Ou terá restado mais qualquer coisa?»<sup>106</sup>

Passado o choque inicial e as dúvidas sobre a futura localização da cidade, a opção do conde de Oeiras, futuro marquês de Pombal, acabou por ser a de reconstruir a capital no mesmo lugar e de aí, embora noutros moldes, manter o centro comercial e financeiro do país. Quem abandonou o Terreiro do Paço, agora rebatizado de Real Praça do Comércio, foi o poder régio. Apavorado com os efeitos do terramoto, D. José não mais quis habitar palácio de pedra e cal, vivendo a família real durante trinta anos na Real Barraca<sup>107</sup>, construção em madeira erguida no alto da calçada da Ajuda.

Assim, como refere Sarmiento de Matos:

Foi a partir dos escombros calcinados da «Cidade Régia» que o processo de reconstrução do Terreiro do Paço se iria articular. Aproveitando o que era adaptável da construção pré-existente, o entendimento da nova Real Praça do Comércio obedece a três vectores fundamentais:

Em primeiro lugar a sua articulação harmónica com a cidade. [...] ou seja, a nova Real Praça tornava-se um ponto de confluência urbana, acentuada ainda pela abertura directa ao rio, através da escada cais na fachada sul, não deixando esquecer que o rio era ainda o eixo privilegiado de trânsito, quer de gentes quer de mercadorias. [...]

Na nova Lisboa, concebida como um todo homogéneo, todos os caminhos vão dar ao rei, dispensando até a sua presença física, substituída

<sup>106</sup> José Sarmiento de Matos e Jorge Ferreira Paulo, *Um Sítio na Baixa, a Sede do Banco de Portugal*, p. 53.

<sup>107</sup> Projetada por Giovanni Carlo Galli da Bibbiena, o arquiteto da Ópera do Tejo, apenas as fundações eram de pedra. Edifício sumptuoso e ricamente decorado, teve o seu precioso recheio consumido num incêndio que deflagrou na madrugada de 11 de novembro de 1794, já no reinado de D. Maria I.

por uma imagem brônzea, representação idealizada de uma visão hierarquizada e unitária da orgânica social e política. Poder-se-á dizer que, nesta elaborada articulação, a estátua régia funciona como uma espécie de «rosa dos ventos», referente essencial do corpo organizado da «polis», onde tudo conflui e de onde tudo parte. [...]

Em segundo lugar a forma. Dentro de uma concepção influenciada pelos modelos arquitetónicos dominantes, a que não foi alheia, naturalmente, a própria imagem do palácio filipino, a nova Real Praça, carregada da simbologia atrás enunciada, foi pensada como uma unidade formal, geometricamente delineada e simetricamente agenciada. [...]

Em terceiro lugar a função. Numa evidente continuidade com a história pretérita, o conjunto edificado em torno da nova Real Praça do Comércio foi destinado a albergar os variados serviços da máquina administrativa, que o poder absoluto fazia crescer de forma exponencial.<sup>108</sup>

Em 2004, Sarmiento de Matos integrou a equipa responsável pela candidatura da Baixa a Património Mundial, que não se veio a concretizar. Dois anos depois, foi também chamado a participar no Projeto de Revitalização da Baixa-Chiado<sup>109</sup>, sobre o qual escreveu no jornal *Público*:

A candidatura a Património Mundial ou o grupo de trabalho dirigido por Maria José Nogueira Pinto (iniciativas em que tive o prazer de participar), embora sem consequências imediatas, tiveram o mérito de colocar a Baixa de Lisboa no centro das atenções produzindo muitas propostas nascidas de estudo aprofundado.

O anúncio recente da iniciativa camarária de avançar com o plano genérico da recuperação desse centro anímico de Lisboa, integrando muitas ideias então avançadas, tem de ser encarado com júbilo por parte de quem sempre defendeu que não bastaria a reabilitação do edificado ou a regulação do trânsito constrangedor, mas era necessária uma reflexão mais genérica, que permitisse a reformulação de usos e formas de gestão, incluindo a matriz desfasada da orgânica administrativa, bem como o exercício imaginativo de afectação a novos fins de vários edifícios, muitos deles propriedade privada.

A criação do MUDE (no antigo BNU), ou o projecto em curso no Banco de Portugal, destinando a museu o espaço magnífico da Igreja de

<sup>108</sup> José Sarmiento de Matos, «Terreiro do Paço: Espaço e Função», pp. 397-398.

<sup>109</sup> Apresentado em setembro de 2006 pela vereadora responsável, Maria José Nogueira Pinto, numa equipa que integrava Raquel Henriques da Silva, Manuel Salgado, Elísio Summavielle, Miguel Anacoreta Correia, Augusto Mateus e Celeste Hagatong.

S. Julião, vão nesse sentido, criando âncoras seguras para potenciar a ambicionada regeneração vivencial da Baixa como um todo.<sup>110</sup>

Segundo Sarmento de Matos, muito do mérito do que se viria a conseguir deveu-se à forma como os grupos de trabalho tinham sido constituídos e geridos pela vereadora do CDS/PP, Maria José Nogueira Pinto, como veio a reconhecer por ocasião da sua morte:

A comissão de candidatura da Baixa a Património Mundial, presidida por Raquel Henriques da Silva, a qual tive a honra de integrar, por nomeação da então vereadora do Urbanismo, Eduarda Napoleão, após um trabalho porfiado, inúmeros textos e relatórios, chegou-se à triste conclusão que para o processo ter um fim feliz era necessária uma verdadeira «revolução» nessa parte central de Lisboa, pois dificilmente se poderia encaixar nas regras do Comité da Unesco. E essa revolução não era só física, isto é, a reabilitação do edificado, mas também de qualidade social e apetrechos mínimos de vivência, de vontade e motivação do comércio e, diga-se, talvez, sobretudo, de refazer o tecido administrativo, disseminado por um número vastíssimo de pequenos poderes cujas atribuições exclusivas, e por vezes exclusivistas, faziam esmorecer a mais afeita boa vontade.

Assim não o entendeu Maria José Nogueira Pinto, que aceitou o desafio imenso de «pegar o monstro pela frente», como diria, talvez com outros termos, a gíria alfacinha. Aceitou coordenar um grupo de trabalho destinado a propor um projecto global de reabilitação desse monumento nacional, que, apesar da qualificação pomposa, chegara àquele estado aflitivo. Munida de carta branca pela câmara, então presidida por Carmona Rodrigues, para seleccionar pessoas indicadas para integrar esse grupo que deveria ser transversal aos problemas que se colocavam pela frente, escolheu com rapidez, e apresentou um elenco em que não havia sobreposição de especialidades, trazendo cada um dos membros a particularidade do seu olhar profissional próprio, sem qualquer preocupação na cor partidária ou afinidades de cada um.

[...] com nomes tão sonantes e sensibilidades tão díspares, todos por ela escolhidos, Maria José conseguia com extrema elegância e firmeza, com aquele olhinho azul que tanto sabia ser maroto como frio, divertido como cortante, levar sempre a água ao seu moinho, avançando o trabalho produzido a velocidade inesperada, sem quebras na qualidade, nem limites à imaginação. [...]

---

**110** José Sarmento de Matos, «A Baixa, enfim!», *Público* (2 mai. 2010), p. 2.

Como é sabido, o relatório final, substancial e globalizante não foi imediatamente aprovado, mas a verdade é que mais ninguém voltou a olhar a Baixa da mesma maneira. A ideia fundamental de conter o trânsito caótico, a começar no Terreiro do Paço, a necessidade de animação cultural — através do MUDE ou do futuro Museu do Banco de Portugal —, a facilitação dos acessos — caso do elevador para o Castelo (em construção) — são exemplos, entre muitos outros, que mostram bem o trabalho iniciado naquelas reuniões tão imaginativas e, quase sempre, bem-dispostas frutificou e a aura firme e com a visão da Maria José Nogueira Pinto prestou um serviço de monta à cidade de Lisboa, a sua terra, que tanto amava. Por isso, como lisboeta, só me resta, nesta hora triste, endereçar-lhe um sincero Muito Obrigado.<sup>111</sup>

Em 2012, a Baixa a voltou a ser tema de um artigo que publicou, mais uma vez, no jornal *Público*:

Anos a fio a Baixa foi-se lentamente despovoando, consoante desapareciam os poucos idosos que ocupavam teimosamente as trapeiras dos antigos prédios pombalinos. Fervilhante durante o dia, com turistas, comerciantes, bancários e muitos transeuntes simplesmente de passagem, à noite a Baixa tornava-se quase terra de ninguém, entregue às sombras pouco amistosas da iluminação pública. Dir-se-á que foi pecha endémica de todos os centros históricos das capitais da Europa além, mas a verdade é que, no caso lisboeta, o fenómeno tomou proporções alarmantes, constituindo uma dor de cabeça quer para os responsáveis, quer mesmo para qualquer um mais atento à realidade citadina. [...]

A ocupação sucessiva dos andares dos prédios pelo alargamento de bancos, companhias, escritórios, consultórios, armazéns etc. levou aos poucos a reduzir as águas furtadas a único espaço disponível para a habitação, na maioria dos casos em péssimas condições para esse fim. Iam ficando os mais velhos, apegados às suas tradições, e o Lisboeta emigrava para os dormitórios na envolvente urbana, perdendo o contacto com o «espírito do lugar», atractivo primordial de qualquer núcleo antigo de uma cidade velhinha, feita de sobreposições, que, sem se dar muito por isso, se entranham no dia a dia de quem a vive em permanência. Isto é, o lisboeta meramente diurno perdia a sua relação matricial com a sua cidade, tornando-se quase um estranho a deambular pelas ruas animadas enquanto há sol.

<sup>111</sup> José Sarmiento de Matos, «Um adeus agradecido», *Público* (9 jul. 2011), p. 36.

A preocupação patrimonial de corrente da valorização da Baixa como «monumento», exemplar excepcional de um processo urbanístico e arquitectónico posto de pé na sequência do terramoto, começou por não ajudar à sua preservação, uma vez que a ideia da mais pequena alteração era olhada como crime de lesa-património. Esse entendimento, de imediato compreensível dada a fúria destruidora então em voga, acabou por ditar a paralisia de qualquer tipo de renovação, que permitisse tornar atraente a introdução nos prédios de alguns equipamentos modernos essenciais (elevadores, etc.).



—  
Rua dos Douradores,  
2013.

No entanto, as percepções foram evoluindo, em especial no seguimento dos estudos realizados pelo grupo de trabalho para a Baixa dinamizada pela então vereadora Maria José Nogueira Pinto. Houve, de facto, uma alteração significativa do entendimento actualizado deste conjunto excepcional, a seguir materializado por algumas medidas direccionadas para a salvaguarda do edifício, flexibilizando os critérios da intervenção.

Em boa parte, pela focagem na Baixa que todas estas iniciativas foram alimentando, iam-se intuindo à vista desarmada alguns sinais de mudança. [...] e esta mera intuição acabou por ser confirmada pelo censo populacional de 2011. Segundo a amostragem, entre 2001 e 2011, a população residente na freguesia de S. Nicolau passou de 1550 pessoas no primeiro censo para 2230 no segundo. Isto é, pela primeira vez em décadas, a curva descendente da população da Baixa inverteu-se [...].

Dir-se-á que será mais prudente não embandeirar em arco e persistir na definição das atitudes mais acertadas para consolidar esta tendência agora diagnosticada. Com certeza. Mas não deixa de ser animador a percepção do sentimento de viragem «histórica» de uma realidade que muitos temiam como uma espécie de maldição sem retorno.<sup>112</sup>

Antes de terminarmos esta deambulação pela Baixa e de subirmos ao Chiado, seu complemento indissociável, três lugares mereceram de Sarmento de Matos uma atenção muito particular que se traduziu em texto. O primeiro, sem data, está datilografado e é, ao que tudo indica, inédito. Tem como título «Nos Degraus da Madalena».

O prédio é, por excelência, o adorno da cidade. Mais altos ou mais baixos, mais ricos ou mais pobres, mais delirantes ou mais sóbrios nos enfeites, compõem uma tipologia variedade que a cidade revela, e cuja descoberta é um exercício estimulante, sobretudo porque por eles passamos todos os dias um olhar apressado e desatento.

No entanto, o grande prédio de rendimento, com muitos andares e muitos inquilinos, não é presença antiga na paisagem lisboeta. Salvo esporádicas tentativas anteriores — sobretudo no século XVI —, surge principalmente no século XVIII, acompanhando as mudanças sociais por então sentidas, com o alargamento da classe média e a concomitante alteração do viver quotidiano. O prédio burguês, ou prédio de rendimento, vai ganhando peso na definição do prospecto urbano, tornando-se dominante na Lisboa nova engendrada pelo poder pombalino. Esta uniformidade funcional do prédio pós-terramoto, compondo a imagem da Baixa, teve antecedentes e derivados que importa conhecer. Para isso, basta um pequeno passeio pela cidade, ou aproveitar uma pausa no caminho, porque em domingo soalheiro qualquer degrau convida a parar.

À porta da Madalena admiro por momentos o belo portal manuelino hoje encaixado no gosto atípico, mas harmónico, que a sobriedade dos tempos de Pombal espalhou por Lisboa reconstruída. Retempero o fôlego para a subida que se anuncia num degrau à sombra do portal. Reparo nos prédios e, a pouco e pouco, na aparente uniformidade volumétrica ressaltam diferenças, cambiantes decorativas e estruturais que, acordada uma cronologia, enunciam uma evolução.

Mesmo defronte, ergue-se o grande prédio construído em 1749 por João Almada e Melo, no terreno do seu Morgadio da Madalena,

<sup>112</sup> José Sarmento de Matos, «Há mais gente em S. Nicolau», *Público* (12 fev. 2012), p. 37.

esquinando para a Travessa do Almada, J. A. França não hesitou considerá-lo como possível modelo do prédio pombalino. O prédio do Almada, hoje descaracterizado por mais dois andares sem graça, vira a sul, e à Madalena, vários pisos cuja única decoração reside nas sacadas, anunciando uma austeridade funcional que só esse adorno em ferro compõe e anima.

Mais abaixo, na esquina sul da Rua do Comércio, resta ainda intacto, se bem que maltratado, um protótipo pombalino, um dos raros que não foi adulterado nos andares superiores, mantendo ainda as mansardas do desenho primitivo, atribuído a Eugénio dos Santos. Comparando-o com o primeiro, percebo uma evolução, uma simplificação, de facto mais aparente que real. Se desaparece a teoria das sacadas sobrepostas, agora reduzidas ao primeiro andar, introduz-se uma hierarquia subtil entre os pisos, transmitida pelo desenho das cantarias e o jogo de proporções entre a dimensão das aberturas.

Ao lado do prédio do Almada, já no começo de Santo António da Sé, ergue-se o terceiro edifício em que detenho a atenção. Trata-se de um quarteirão inteiro, entre as Pedras Negras, Santo António, a travessa do Almada e o Correio Velho. A propriedade está bem anunciada na pedra de armas que decora duas das fachadas. O brasão dos Carvalhos, com coroa de marquês, indica-nos que Pombal foi o construtor deste bonito conjunto, onde o prospecto da Baixa se viu adornado pelos telhados duplos, que Mardel, sucessor de Eugénio dos Santos, introduziu como enfeite e assinatura no modelo predial que desenhou para o Rossio.

Apesar das cambiantes que os diferenciam, une estes três edifícios a valorização das linhas horizontais, marcadas pela diferenciação entre os andares. É esta horizontalidade dominante que é posta em causa no grande prédio que esquina com a Madalena para a Rua da Conceição (esquina norte). Ergueram-no, cerca de 1805, os Quintela, grande fortuna da época. A primeira impressão liga-o naturalmente à tradição pombalina, mas, vista com atenção a fachada principal, sobre a Madalena, ressalta o eixo vertical que une os andares, definido pelos elementos decorativos, já neo-clássicos, que interligam as aberturas centrais de cada piso. É um pormenor que altera profundamente o sentido estético da construção e, sobretudo, afasta a sóbria austeridade percebida nos modelos anteriores.

Quatro prédios, quatro modelos, quatro atitudes. Terminou a pausa e espera-me a subida para a Sé.<sup>113</sup>

<sup>113</sup> José Sarmento de Matos, «Nos Degraus da Madalena» (manuscrito), APJSM, s/d, s/p.

O segundo texto, um excerto de um artigo publicado em 2003 na revista *Egoísta*, é uma reflexão sobre o beco do Maquinez, ruela que liga Alfama ao Jardim do Tabaco.

Tal como Cesário Verde, também gosto, de quando em vez, de andar por «boqueirões e becos». Há melancolia a desprender-se da volumetria assimétrica, esguia, que nos encerra num dédalo ordenado por um pragmatismo sem regra aparente, como se andássemos por encanto a brincar às escondidas com a cidade, entre muros altos, vãos escuros e portas entreabertas, de onde se esgueiram gatos furtivos, sombras sugestivas e os sons estridentes de uma rádio barata. Palpita gente por ali. Não, claro, os nomes sonantes que a História registou, inscritos na arquitetura solene de palácios, praças arejadas ou ruas amplas, mas gente anónima, vidas difíceis, constrangidas naqueles espaços que se foram ajeitando, retorcendo, estreitando à medida dos sucessivos desejos ou, mais naturalmente, da imposição das necessidades. Mas atraí-me, talvez sobretudo, a carga sugestiva dos topónimos fixados a branco na singeleza de um letreiro negro, pintado na patine do lioz de um cunhal intemporal, *grafittis* de outras sensibilidades em que se podem entreter as pausas dedicadas às memórias de Lisboa. Quando, pelo cair da tarde, o cheiro da maresia sobe do rio e um tom dourado se impregna nas pedras, apetece aceder ao convite que a cidade nos faz e desbobinar no lusco-fusco da imaginação todos esses filmes lisboetas por fazer, pois, tal como a Nau Catrineta, esses becos, com os seus nomes e as suas razões, têm sempre, também eles, muito para contar.

Ali mesmo, junto ao rio, nas franjas íngremes da velha alfama mourisca, a descair sobre o Jardim do Tabaco, permanecem pintados nas esquinas alguns nomes tão sugestivos como o traçado informe das vias que dominam. Um deles, imagine-se, chama-se o Beco do Penabuquel, nome que, por mais voltas que se dê, será difícil alguma vez sabermos quais as razões que determinaram tal baptismo. Outro, logo a seguir, ostenta o nome meio fantástico de Beco do Maquinez, também ele um desafio para a curiosidade. Ambos sobem, íngremes, em escadinha, desembocando noutros becos, como o da Lapa — reminiscência, talvez, de alguma gruta na rocha —, ou o das Mil Patacas, ou o da Maria Guerra, até se chegar à via principal que, lá no topo, corre enviesada do Chafariz de Dentro até às Portas da Cruz, limite oriental da antiga Cerca Fernandina. [...] Diga-se, em jeito de introdução, que o facto de se dizer do Maquinez indica a alcunha de alguma personagem [...]. Ora na verdade, houve em Lisboa, nos finais do século XVII, uma figura bem real que, por razões que adiante entenderemos, teve por bem

algunha «o Mequinês». Chamava-se Gaspar da Costa de Ataíde e foi intrépido marinheiro, cujas façanhas por terras magrebinaas levaram a essa estranha designação, que perdurou nos seus descendentes. É bem provável, pois, que tenha sido ele a causa directa da denominação do Beco, embora, nenhuma certeza, repita-se, informe esta mera intuição. [...] Resta perguntar se Gaspar da Costa aqui terá vivido, antes de herdar de seu irmão a casa da Rua da Palma, ou, também possível, se aqui, bem junto ao rio, teria armazéns alugados para albergar os carregamentos sucessivos que ia trazendo das andanças pelos mares, depois espalhados pelos mercados da cidade.

Já não sentimos por aqui esses odores exóticos, mas, mesmo assim, o filme do beco levou-nos a uma viagem pelo interior de um tempo que conhecemos tão superficialmente. Sabemos os nomes de uns reis, de umas guerras, mas estamos bem longe de ter presente que a gente comum viveu sempre com o credo na boca, quer pela ameaça da pirataria muçulmana, transformando numa aventura qualquer viagem de barco, quer pela sombra maléfica do Santo Ofício, que uma denúncia anónima podia projectar sobre a vida de qualquer pessoa. Tempos difíceis, inseguros, íngremes como os degraus e apertados como as paredes deste beco, cujo nome fantástico nos convida a sentir mais perto esses vagos avós de quem somos herdeiros.<sup>114</sup>

Por último, apresentamos um texto que publicou no *Público*, com o título «A Rua dos Douradores». Em parte autobiográfico, nele entrelaçam-se as suas memórias de infância com esta rua e com o desassossegado Bernardo Soares:

Por condicionalismos cruzados da vida, tenho tido desde miúdo uma relação especial com a Rua dos Douradores. Primeiro, nos já longínquos anos cinquenta, ela era o local de trabalho de meu pai. Advogado da casa comercial Alves Diniz, cujas instalações eram na dita rua, meu pai tinha o escritório na sobreloja da mesma, com a muito especial condição que esse piso tem, quer no atarracado pé-direito, quer na relação tão próxima com a via pública, apercebida no entanto de plano ligeiramente superior. Isto é, observando de perto sem na verdade ser visto. Lembro-me bem das muitas vezes que lá fui, da fruição sôfrega infantil dessa espécie de janela indiscreta, absorvendo os odores variados das especialidades instaladas em redor, dos ainda subsistentes douradores, as lojas de ferragens e, mesmo debaixo, a emergência variegada dos cheiros

**114** José Sarmiento de Matos, «O Beco do Maquinez», *Egoísta* (set. 2003), pp. 35-37.

próprios do comércio de mercearia por atacado. Depois deliciava-me a tipologia característica das pessoas — logistas, marçanos, operários, funcionários ou meros transeuntes —, homens e mulheres desfilando, entre murmúrios e um outro levantar de voz, à cadência dos pregões, ao bambolear sugestivo das varinas e à melancolia da luz escassa refletida em feixes desencontrados nas vidraças das janelas. E, lá por cima, passavam em ziguezague os bandos de andorinhas ou, no inverno,



—  
Beco do Maquinez,  
2022.

o piar das gaivotas anunciava tempestade no rio, que se sentia na humidade da maresia impregnada no ar. Toda essa imagética se reavivou quando li o *Livro do Desassossego*, de Bernardo Soares. A já longínqua rua deixava de ser o local da memória infantil para passar a ser, por obra e graça de um poeta genial, o mundo todo, assim reduzido à percepção

total pela simples mirada do empregado triste lançada da janela da sobreloja do restaurante onde saciava a fome, matava o ócio e observava o universo resumido em seu redor. Por mais que o não quisesse, a sobreloja de Bernardo Soares era a mesma que me deliciara na juventude, e aquela gente que o poeta ia percepcionando em nada se afastava da outra que em tempos me prendera a atenção. Com uma diferença de monta: num caso tratava-se de uma memória que só a mim dizia respeito, no outro na mitificação de um universo em que qualquer um, em qualquer lugar, se podia rever. Aprendi a reparar nos efeitos de luz reflectida nas fachadas, agora já não como um mero enfeite que divertia o garoto espigadote, mas como descrição perfeita de um tipo de pintura luminosa e volumétrica que a Baixa sugere, que na verdade só existe no Livro de Bernardo Soares. A obra de Pessoa desassosseguou-me a relação com a cidade e espicçou a vontade de uma aprendizagem mais atenta e esmiuçada desse universo específico que, tantos anos volvidos, ainda tem o condão de surpreender à mais cuidada abordagem.

Regressei recentemente à Rua dos Douradores, da qual, sem dar muito por isso, nunca me tinha afastado, pois sempre a sentira como um zumbido de fundo nos trabalhos sucessivos sobre edifícios da Baixa, incluindo mesmo um ao lado da mítica sobreloja de infância. Por razões de trabalho visitei o prédio recuperado nas traseiras da «minha» sobreloja afora impecável na nova função de apartamentos para estadias de curta duração. Mais dado a «casa de hóspedes», Bernardo Soares nunca imaginaria este tipo de aproveitamento dos prédios pom-balinos, mas decerto que acabaria por não o surpreender dada a capacidade de intuir a largueza do mundo a partir do olhar de esguelha de uma sobreloja sobre a estreiteza da Rua dos Douradores.<sup>115</sup>

Deixando para trás as memórias de Sarmiento de Matos, subamos ao Chiado, desde sempre um dos lugares mais amados pelos lisboetas. No verão de 1988, um incêndio provocado por um curto-circuito numa casa alastrou rápida e violentamente aos edifícios contíguos. Com a rua do Carmo atravancada de floreiras que impediam a passagem das viaturas de combate ao fogo e as bocas de incêndio com pouca pressão, o trabalho dos bombeiros, nem sempre coordenado, foi muito complicado, e uma parte importante do Chiado acabou por desaparecer. Com a raiva à flor da pele, Sarmiento de Matos escreveu então n'O *Independente*:

<sup>115</sup> José Sarmiento de Matos, «A Rua dos Douradores», *Público* (1 abr. 2012), p. 34.

Ao escrever estas linhas arde ainda uma boa parte da Baixa lisboeta. É cedo para fazer balanços dos estragos. E a emoção à mistura com uma raiva surda atrapalha a fluência das palavras e a clareza da memória. [...] Apaga-se assim, sem mais nem menos, uma fatia grossa da memória do nosso quotidiano. Não são monumentos dos grandes momentos que desaparecem, como a Sé ou os Jerónimos. São a envolvimento do dia a dia, os monumentos anónimos erguidos com esforço e ânimo por toda a gente e para toda a gente. Lembro o Grandela, o primeiro grande armazém lisboeta [...]. Lembro os grandes Armazéns do Chiado, que os Nunes dos Santos fundaram em 1905, no velho convento do Espírito Santo da Pedreira [...]. Lembro a Ferrari, templo de tradições gastronómicas. Lembro a Casa José Alexandre, orgulhosa das suas tradições. Lembro a Casa Batalha, anunciando na tabuleta a sua condição de mais antigo estabelecimento lisboeta. Lembro a Perfumaria da Moda, com os seus arrebiques Luís XV [...]. E lembro o Eduardo Martins, o Jerónimo Martins onde o Alexandre Herculano vinha vender o seu azeite de Santarém, e a Artex, a Livraria Luso-Espanhola e tantas outras. Com especial ênfase recorro à Casa Valentim de Carvalho, neste ano em que se comemorava o centésimo aniversário do seu fundador [...], tudo isto desapareceu... Resta perguntar, com alguma raiva, como e porquê. Como é possível que tudo se apague assim, tão facilmente, do horizonte que nos faz sentir nós próprios, diferentes dos outros, porque lisboetas e portugueses? É inelutável esta espécie de malapata do destino alfacinha, construindo sucessivos futuros sobre os escombros do passado, como se, de tempos a tempos, uma encoberta culpa pedisse chamadas purificadoras? «Lisboa ficou mais pobre», exclamaram os ânimos mais dados à conformação. Mas não é tempo para superlativos nem para contabilizações. É tempo sim de reflexão.

Há culpas de quem plantou aqueles ignóbeis muretes ao longo da Rua do Carmo, dificultando os acessos? Com certeza! Mas há culpas também de uma atitude colectiva, que com tanta facilidade encolhe os ombros e aponta os alvos que lhe aliviam a consciência.

De facto, tudo isto é muito estranho. No ano em que Lisboa comemora o centenário de Pessoa, o seu maior poeta, deixa-se arder uma parte grande da Baixa que ele cantou. Ele andou por ali, sentiu tudo aquilo, como poucos antes ou depois voltaram a sentir. Por isso, não será despropositado neste momento de aflição recordar a Lisboa revisitada por Álvaro de Campos:

«Partiu-se o espelho mágico em que me revia idêntico,  
E em cada fragmento fatídico  
Vejo só um bocado de mim  
Um bocado de ti e de mim!...»<sup>116</sup>

No rescaldo da tragédia e enquanto se discutia o futuro do Chiado, este olisipógrafo escreveria à mão, num bocado de papel, porventura uma anotação para um futuro texto:

A Baixa é um monumento. E os monumentos não admitem conversas. A Baixa é um todo, do Terreiro do Paço ao Chiado, que não tolera excertos despropositados.

A Baixa é nossa. Por isso não admitimos que a desfigurem. Queremos a mesma volumetria. Queremos as mesmas fachadas. Guardem-se as novidades para dentro.<sup>117</sup>

O espírito do lugar seria respeitado no plano de recuperação do Chiado, desenvolvido pelo arquiteto Siza Vieira.

Deixando o Chiado para trás, avançamos para a castiça calçada do Combro. Com os seus cerca de 300 metros de extensão, começa junto ao largo do Calhariz e termina agora no de Dr. António Sousa Macedo. A partir deste, entramos na controversa rua do Poço dos Negros.

Sarmento de Matos escreveu sobre estas duas ruas. Do primeiro texto (que teve duas versões), apenas dactilografado, sem data e inacabado, retiramos alguns excertos:

Visto de relance, o Combro não parece grande espingarda. Nascida talvez dos solavancos do piso, dos rancos subindo e da chiadeira descendo, ou do ar desleixado que Lisboa arvorou em tempo de dúvidas, é, no entanto, injusta essa ideia negativa. Visto com atenção, o Combro nada tem para ser feio. Poucas são as ruas alfacinhas que com ela compitam na qualidade dos edifícios, na vista rasgada sobre a Estrela, na vertigem súbita da descida, na mescla de popular e aristocrático, que Lisboa doseia como mais ninguém. Tem graça tanta sapataria — o calçado na calçada —, os embates de tantas pressas nos passeios estreitos, o gaveto empedrado lá em baixo, onde arvorezitas sombreiam uns banquitos de psamocera e uma cabine telefónica, esforço de data

<sup>116</sup> José Sarmento de Matos, «Partiu-se o Espelho Mágico», *O Independente* (26 ago. 1988), p. 10.

<sup>117</sup> José Sarmento de Matos, manuscrito sem título, APJSM, s/d, s/p.

em cenário sem tempo. Tem graça o escorrega da Bica, onde o elevador aproveita, oportuno, a falha aberta na falésia em dias filipinos. O Combro é, mesmo, um bom pedaço lisboeta!...

Antes de ser Combro, foi Congro. E foi, séculos a fio, o acesso à cidade de quem por terra vinha do Ocidente. No esforço da subida aguçavam-se os apetites citadinos, resguardando seu decoro as delícias do Chiado para lá da porta de Santa Catarina. E, porque na cidade nunca se sabe, ladeavam-na as benzeduras do Loreto e da Encarnação.

No século XVI, as aventuras de além-mar inundaram Lisboa de ouro, pimenta e muita gente. A cidade cresceu a olhos vistos, e o Combro, via principal, arvorou-se em fronteira: a norte nascia o Bairro Alto e a Sul o de Santa Catarina. Larga e desafogada, a calçada viu-se escolhida por gente da alta e, depressa, se habituou ao desfile aparatoso das entradas dos Reis e Embaixadores. Era uma festa! Levantavam-se arcos alusivos, penduravam-se colchas e colgaduras, tocavam charamelas, ataviavam-se coches a preceito e brilhavam as vestes douradas da fidalguia. Um regalo! E Lisboa plantava-se de janela porque sempre adorou estes estadões...

Com a gente chegou a arquitectura. Mais erudita ou mais popular, mais robusta ou mais frágil, mais duradora ou mais precária, consoante albergavam Deus e a aristocracia ou o simples plebeu, a arte de construir depressa debruou o Combro. [...]

Mas nem só por nobres suspira o Combro. Lembra também, por exemplo, o José Pedro das Luminárias. Tinha botequim aberto no Rossio, vizinho do Nicola. A todo o pretexto cobria a loja de luzes, fazendo rejubilar Lisboa, que logo lhe inventou alcunha apropriada: o das luminárias.<sup>118</sup>

O segundo texto é uma desmistificação do significado, geralmente propagado, do topónimo Poço dos Negros. Oíçamo-lo:

É mais difícil contrariar uma ideia errada, repetida como suporte de uma leitura do passado «ideologicamente» correcta, que transmitir a realidade tal como foi. Há «mentiras» cujas velas enfunam aos sopros da ocasião, tomando foros de «verdades» indesmentíveis.

É indiscutível que a escravidão foi um flagelo que dominou por milénios a história da Humanidade (e, em muitos casos, ainda o é), mas isso não justifica que para lhe carregar nas cores se «inventem» leituras

<sup>118</sup> Deste texto dactilografado e emendado, sem data, de que se conhecem duas versões bastante próximas. Escolhemos esta por nos parecer ser a mais recente.



—  
Calçada do Combro,  
2022.

erróneas. Vem isto a propósito do topónimo lisboeta da Rua do Poço dos Negros. Repete-se sem critério — e às vezes por quem deveria ter mais cuidado — que a designação provém de existir outrora aqui um poço para onde eram atirados os escravos mortos como cães vadios.

Antes de se esmiuçar a origem do topónimo, convirá lembrar que a primeira preocupação com os escravos era baptizá-los, percebessem ou não o significado, e só depois eram trazidos para servir em Lisboa. Portanto os escravos eram membros da comunidade cristã. Ora, como é sabido, todo o cristão tinha de ser sepultado em terreno sagrado, ou seja, então dentro das igrejas, quando havia posses para tal, ou nos

adros respectivos, para os mais carenciados. Logo, atirar corpos de cristãos para poços não era prática legitimada, pelo que tal ideia não tem fundamento.

No entanto, no século XVI, por exemplo, quando Lisboa era assolada por epidemias de peste, sabe-se que o rei D. Manuel mandou abrir valas comuns para recolher cadáveres pestíferos, quer por as igrejas estarem sobrelotadas, quer para evitar contágios. Sabe-se mesmo que uma dessas valas foi aberta não longe desta zona do actual Poço dos Negros, então área erma na periferia da cidade.

Após o concílio de Trento, os dois ramos dos beneditinos, ordens então cingidas ao mundo rural, instalaram conventos dentro das cidades.[...]

Quanto aos cluniacenses, chamados os Negros, por ser dessa cor a sua larga capa, vieram de Tibães e Santo Tirso para a capital. Adquiriram uma enorme propriedade na encosta que hoje chamamos a Estrela, limitada em baixo pelo vale que rapidamente se chamou de São Bento.

No princípio da encosta, construíram, a partir de finais do século XVI, o seu enorme mosteiro, dito claro de São Bento, que ainda hoje mantém o nome, mas que os «recolhidos» professam ordens bem diversas: é a nossa Assembleia da República, que já foi Cortes e Nacional. [...] Acontece que os padres Negros, como todos lhes chamavam, dispunham, no limite sul da propriedade, de um poço farto que rapidamente — talvez até para ganhar simpatias — puseram à disposição da vizinhança. Daí, agradecidos, os beneficiários usufruíam a água preciosa que os padres lhes ofereciam, chamando-lhe por isso o Poço dos Padres Negros ou, para encurtar, o Poço dos Negros.

É esta, simplesmente, a origem do topónimo que tanta indignação tem gerado em espíritos de certo pesarosos pelas práticas menos humanas dos seus antepassados. Só que neste caso não há razão para tal, pois os Negros são meros padres disponíveis a ajudar o próximo.<sup>119</sup>

Mais tarde, num dos textos previstos para o III volume de *A Invenção de Lisboa*, Sarmiento de Matos desenvolveria esta investigação, ironizando com a ideia deste topónimo estar relacionado com um cemitério de escravos africanos.

Do lado sul do Largo da Esperança, com ancoradouro e larga vista sobre o rio, situam-se as casas que o Duque de Aveiro possui em Lisboa, para se aboletar quando vem à corte. Em 1561, o duque escamba com o Mosteiro de Santos umas courelas mais distantes por outras junto às

<sup>119</sup> José Sarmiento de Matos, «O Poço dos Negros», *Público* (16 set. 2012), p. 36.

suas casas da Esperança, portanto à data já existentes. Já sei que Rui Fernandes de Almada constrói as casas magníficas sobre a Boavista, ligadas à Calçada do Combro por uma travessa que hoje se chama Rua das Gaivotas. E, pegadas a estas, correndo ao longo da Rua dos Mastros até à referida Calçada do Combro, são construídas as casas nobres que depois foram dos Barões de Alvito, família ainda hoje lembrada no topónimo do Largo do Conde-Barão, fronteiro ao edifício. Mais, no término desta parte final da Calçada do Combro, antes de entroncar na Esperança, situam-se as vastas casas-nobres depois conhecidas por Palácio da Flor da Murta. E, no meio disto tudo, lá exala o seu cheiro fétido o Poço/enterro dos escravos negros.

Em 1619, poucos anos depois da citação de Pastor de Macedo relativa a Fernão Rodrigues de Almada, Filipe II (III de Espanha) vem a Lisboa para reunir Cortes. Nessa breve estadia alfacinha, o monarca visita o Mosteiro da Esperança, e, em seguida, atravessa a pé o Largo com o seu cruzeiro, e dirige-se às casas do Duque de Aveiro para visitar a duquesa D. Juliana de Lancastre, que o recebe no *primeiro patamar do saguão*, como conta D. António Caetano de Sousa, seguindo a *Relação* [...] coeva de João Baptista Lavanha. Imagine-se o enxame de vaidades em torno do rei e dos duques, tudo cintilante de jóias, adereços e golas farfalhudas engomadas, com os coches a cruzarem-se com as carretas que trazem os escravos mortos ao seu enterro, por certo já a transbordar ao fim de tantos anos. Francamente, tudo isto roça o delírio. A Esperança é zona chique, o que pouco se coaduna com a permanência vizinha do sinistro poço de enterramento.<sup>120</sup>

Arrumado este assunto, sigamos lesto até ao largo do Rato, que foi objeto de um artigo publicado n'O *Independente*:

Um destes dias desaguei no Rato. Desaguar é o verbo indicado para transmitir a estranha sensação de lá irmos, assim, na enxurrada do trânsito. Comanda-o agora uma transcendência nova, Gertrudes, de seu nome, debitando desígnios na repetição monótona de três cores. Muito lacónicas e desinteressantes estas divindades de hoje em dia! Não se humanizam, nunca as veremos a decorar empenas, lá no alto como a Fortuna ou a Justiça. Não espicaçam a imaginação... são frias!

Em compensação o Rato está quente. Um autêntico caldeirão infernal, escoando os intervalos de um dia de trabalho num vaivém contínuo

<sup>120</sup> José Sarmiento de Matos, «Onde se alonga a conversa sobre as "leituras" de Lisboa no século XVI» (manuscrito), APJSM, s/d, s/p.

e desgastante. Tornou-se o paraíso do movimento fumarento, esquecido de ser o largo enfeitado de jacarandás, de lembranças tropicais.

Em boa verdade, desnivelado e filho do acaso, o Rato nunca foi bem em praça. Era um terreiro amplo, encontro de azinhagas trilhadas por pé posto, apontando todos os pontos cardeais. Um destes sítios que a sabedoria popular designa por «quatro caminhos».

No lento remanso do lá-vai-um se arrastou a vida sem história deste vestíbulo do vasto arrabalde de Campolide, só verdadeiramente individualizado no século XVII. Por 1614, um ricoço cristão-novo, Manuel Gomes de Elgas de sua graça, empreendeu por aqui construir um convento. Ergueu-o entre a Rua do Sol e a estrada para Campolide, destinando-a a casa condigna das Religiosas da Santíssima Trindade.

Sabe-se lá porquê, os seus descendentes, padroeiros do convento, tiveram Rato por alcunha. Deles lhe passou a designação e, por extensão, a todo o terreiro fronteiro, num desses fenómenos que só o tempo entende. O novo nome, de que Lisboa gostou, resultava da profissão de uma fé recente, que muitos desconfiavam sincera, principalmente os inquisidores, domiciliados lá mais para baixo no topo do Rossio. Mantinham-se as dúvidas: comprando o esquecimento, os interessados faziam jus das suas crenças, abriam os cordões à bolsa, construindo mais um conventozinho para gáudio da religião, sossego das meninas sem dote e delícia dos gulosos de barrigas de freira ou papos de anjo. Gostosuras!

Mas minguava a água por aqui. [...] Só D. João V, repleto de ouro brasileiro, fez face ao problema. Pôs de pé um projecto antigo: trazer água de Caneças, fazendo-a jorrar nas fontes de Lisboa. Meu dito, meu feito. Em poucos anos galgando ligeiro montes e vales, o aqueduto lá estava golfando água no reservatório que Mardel construíra a cavaleiro do Rato. [...]

Depois, Brhum!!!! Veio o terramoto. Por aqui foi só tremuras: o verdadeiro chocalhar foi a euforia posterior, de que o cataclismo fora um sinal de partida. Tropeçando nos planos megalómanos, o Marquês de Pombal não esqueceu o largo prometedor. Destinou-lhe manufacturas necessitadas de água, como a seda e a cerâmica, tornando o Rato numa espécie de Parque Industrial *avant la lettre*. Junto ao aqueduto plantaram-se amoreiras, alimento indispensável aos bichinhos vorazes, num instante tornado nome de sítio. [...] Na face oposta, mesmo por baixo da Mãe-de-Água, ergueu-se a Real Fábrica do Rato, aproveitando rico filão de barro. [...]

O tempo escorre e tudo esquece à sua passagem. Apesar de, no fundo, continuar igual a si mesmo, sempre torcido, sempre desnivelado,

o Rato viu calar-se o sino e calarem-se também os apitos das fábricas; viu abrirem-se novas artérias espaçosas, adornadas de nomes célebres — Álvares Cabral e Alexandre Herculano —, viu apagarem-se os sinais de arrabalde, sentindo chegar-se ao coração da cidade: já era até praça do Brasil. Mas não gostou do baptismo tardio — teve saudades do Largo do Rato.

Já praça, assistiu a revoluções e intentonas, por ele silvando balas e troando a artilharia. E manteve essa aura, mesmo sem o ribombar dos canhões, na atitude inconformista que reuniu católicos numa vigília contra a guerra, ali na antiga capela dos Marqueses de Viana.

Pronto. A calada Gertrudes, a actual manda-chuva invisível do nó rodoviário que, ao fim e ao cabo, sempre foi, fez-me sinal. Urge andar depressa... lá está o bonito chafariz, é isso, viro para a Escola Politécnica.<sup>121</sup>



—  
Rua de S. Marçal,  
à Cotovia, 2022.

<sup>121</sup> José Sarmiento de Matos, «O Rato da Gertrudes», *O Independente* (20 mai. 1988), pp. IV-22.

Como Sarmento de Matos, vamos também nós virar para esta rua que outrora correspondia às terras da Cotovia:

Em tempos que já lá vão, cantava de alto a Cotovia. Estirada entre muros de quintas, debruçava-se soberba sobre os vales. A um lado Valverde (hoje avenida), do outro S. Bento, ambos remoendo ressentimentos antigos de tanta estopinha suada para chegar lá cima. Trepam mesmo o Salitre e a Alegria, ou a azinhaga modesta do Pombal, agora pomposa rua da Imprensa Nacional!

Depois as tremuras pombalinas abriram a caça a uma certa ideia de Lisboa. A Cotovia voou para o esquecimento e o urbanismo foi-se às quintas, cortou-as de ruas, e plantou palácio aqui, prédio acolá. Ficou a nascente o Colégio dos Nobres e a poente a Fábrica das Sedas, até que o liberalismo tudo de novo unificasse sob a nomenclatura positiva de Rua de Escola Politécnica. Lá está atafalhada e barulhenta, piscando os olhos quando, ao fim da tarde, o sol que cai se reflecte forte nas vidraças. É bonita ainda! Da vista larga sobre o Tejo guarda umas nesgas esguias e súbitas, talhadas por aí a baixo entre volumetria rígida dos prédios, que se penduram na nossa memória como quadrinhos pintados por um Pousão lisboeta que nunca existiu.

Mesmo crismada de Escola Politécnica, a Cotovia palra que se desunha. Conta do Noviciado dos Jesuítas e da enorme quinta corrida até ao Rato; e como Pombal o fez Colégio dos Nobres; e como no restante se plantou o Jardim Botânico, surpresa escondida na prega da encosta. Desfila a crónica dos fastos do Morgadio dos Soares da Cotovia; e mostra-nos os alicerces do seu antigo palácio, sustentando agora a mole comprida da Imprensa Nacional; e explica-nos, tim-tim-por-tim-tim, o lento traçado do urbanismo que escorrega para S. Bento. Saudades? Nem por isso... Pieguices do vazio da noite, sombreada de vultos inquietos por solidões pesadas.

Grata pela atenção que é rara, refastela um sorriso ladino na frescura dos plátanos de São Mamede. «Já agora venha cá... vou-lhe mostrar cinco das minhas casas. Depois dir-me-á se a História — a verdadeira, a das pessoas... — não tem muito ainda para dizer».

Ali onde o vê, bem maltratado, era o casarão do Alagoa. [...] Preso à ruralidade do sítio, construiu ao sabor da via, com capela ao extremo como era dado em casa de campo. [...] já nos anos 60, foi a vez de Rebelo de Andrade preencher o talhão comprado na Quinta da Cotovia. A casa ficou harmónica e bonitinha porque ainda não tinha aquele segundo andar que a torna pesada e quadradona. [...] Sem interromper a prédica, ei-la postada defronte do Palácio Palmela: «Aqui tem um poço de História

e de histórias» [...]. Saltando uns anos, aqui tem como se adornava uma fortuna nascida à sombra da Regeneração fontista. O palacete de António Ferreira dos Anjos é sóbrio e sem pretensões. [...] Aliás como aquela do outro lado do largo, já bem do nosso século. Ergueu-a, assim sólida e vistosa, um dos primeiros craques do nosso futebol, autor também de bons golos na indústria cervejeira. [...] Pronto. Cinco casas e cinco retratos de cinco fortunas de épocas sucessivas. [...]»<sup>122</sup>

As terras da Cotovia não se restringiam apenas à Politécnica, espalhando-se até ao lugar da praça/jardim da oitocentista praça do Príncipe Real, oficialmente designado jardim França Borges.

Diz-nos Sarmento de Matos que, ao longo dos tempos, este local teve várias designações: Alto da Cotovia (no século xv), Patriarcal, Erário Régio (ambas durante o século xviii), Príncipe Real (1859), Rio de Janeiro (durante uma parte da I República), regressando, depois de esfriados os sentimentos antimonárquicos, à designação de Príncipe Real.

Em 2010, aquando das obras da sua requalificação, Sarmento de Matos alertava para o facto de que, sendo o Príncipe Real uma «marca forte de uma época»<sup>123</sup>, era preciso ter muito cuidado com a intervenção, nomeadamente com «abates a eito, limpezas excessivas, conformações a estéticas alheias às coordenadas iniciais»<sup>124</sup>. E concluía, explicando que «a riqueza da cidade faz-se do respeito mútuo dos diversos "presentes" que nela ainda coabitam, pelo que se impõe o uso de pinças em qualquer nova intervenção, mais reverente pelo que lá está do que desejosa de exibir soluções mais à moda»<sup>125</sup>. A intervenção foi mais ou menos comedida mas, três anos depois, uma obra polémica no antigo palácio dos condes de Penhalva d'Alva, onde estava instalada a Embaixada dos Emiratos Árabes, levá-lo-ia a publicar um violento artigo:

Não vou discorrer, como gosto, sobre a evolução histórica de um lugar especial de Lisboa que os nossos avós chamavam Cotovia e hoje conhecemos por Príncipe Real. Ficará para outra altura a deriva sobre esse espaço de eleição, cuja história é tão inesperadamente rica como plena de peripécias, limitando-me de momento a chamar a atenção para o facto bem sensível que, do ponto de vista patrimonial, o Príncipe Real constitui um dos mais preservados conjuntos de arquitectura «nobre»

<sup>122</sup> José Sarmento de Matos, «Como Palavra a Cotovia», *O Independente* (30 set. 1988), pp. iv-19.

<sup>123</sup> José Sarmento de Matos, «Príncipe Real», *Público* (4 abr. 2010), p. 2.

<sup>124</sup> *Ibidem*.

<sup>125</sup> *Ibidem*.

oitocentista. Na verdade, dispõe-se em redor um manancial inesgotável para se entender o gosto eclético dominante na alta burguesia da segunda metade do século XIX, perfeitamente espelhado no vasto logradouro central, então transformado num dos belos jardins/praças de Lisboa, um *must* da sensibilidade romântica à inglesa, com o seu cedro/caramanchão ou aquela araucária esguia e pontiaguda, espécie de *Empire State* verde a cortar esganiçada o *Sky line* de Lisboa.

Não, ao contrário do habitual venho juntar a minha voz a tantas outras para clamar contra o atentado inaceitável, perpetrado impunemente à vista de todos, atingindo o património material e imaterial da cidade, pois o respeito pela harmonia da propriedade dos vizinhos constitui igualmente uma componente essencial da defesa desse mesmo património. Aliás, na verdade, e como um mal nunca vem só, trata-se, sim, de dois atentados: um à imagem global do próprio espaço público e o outro, mais brutal, à integridade da propriedade vizinha. [...] Tudo correu, pois, *sobre rodas* até à instalação na residência dos condes de Penalva d'Alva da Embaixada dos Emiratos Árabes Unidos. [...] a ânsia de engrandecer o edifício *tragou* — é a expressão mais adequada — o espaço entre as duas casas, pondo e dispondo a seu bel-prazer, com total desrespeito pelo vizinho, o atónito proprietário da antiga casa do conde de Penha Garcia [...]. Cumpre-me juntar a minha voz de olisipógrafo, se tal vale de alguma coisa, ao coro já audível de pessoas que se indignam com este comportamento inesperado dos representantes de um Estado soberano que deveriam dar o exemplo de respeito pelas leis e os costumes de boa vizinhança dos países junto dos quais estão acreditados [...]. Assim nada mais resta que exigir às autoridades responsáveis cá da terra, sejam governamentais ou judiciais, caso necessário, para ser reposta a legalidade e se resolverem a bem as questões litigiosas, pois o património lisboeta dispensa a presença deste manifesto exemplo de um *Elogio da Prepotência*.<sup>126</sup>

Felizmente, a voz do olisipógrafo e de todos os que a tinham levantado em defesa do património do Príncipe Real foi ouvida. E António Costa, então presidente da Câmara Municipal de Lisboa, obrigou a Embaixada a demolir os acrescentos de metal e o elevador de vidro e a repor tudo como estava antes.

Retemperadas as forças à sombra do centenar cipreste que ornamenta a praça/jardim, regressamos ao Combro e ao Chiado para terminarmos esta peregrinação. Um dos caminhos possíveis é pela rua do Século, uma das mais interessantes do Bairro Alto, que já se chamou rua Formosa.

<sup>126</sup> José Sarmiento de Matos, «O Elogio da Prepotência», *Público* (26 out. 2013), p. 45.

Em tempo de igualdade e fraternidade, entenderam os sisudos vereadores municipais que ter Formosa por nome era presunção de o ser mais que as outras. Daí, já crescida, crismaram-na de Rua do Século. Foi-se o nome das esquinas, mas ficou a vaidade das formosuras.

E, nem de propósito, caiu a matar o letreiro do Snob.<sup>127</sup>

É um gostinho tomar-lhe balanço logo cá de cima. «Formosa e não segura», serpenteia encosta abaixo, guardando o desfrute dos encantos ao sabor dos requieiros. Não inveja as ruas modernas, de vida traçada por um lápis, porque há muito sabe que no recato dos segredos reside a alma do negócio.

De pequena não tinha maiores ambições que simples azinhaga, bambuleante caminho de pé-posto ligando o Combro à Cotovia. Cresceu por meados de quinhentos, ao ver-se escolhida como fronteira pelo Bairro Alto, caindo sobre ela por vezes quase a pique. Ficou meio rua, meio caminho, perdendo-se os ecos urbanos entre o restolho e os Cardais. Para poente eram quintas e baldios. Num deles, já avançado o século XVIII, aquartelou-se o Regimento de Peniche, dando o abarracamento lugar à travessa, que levava para a Palmeira e o Jasmim. Bastam os nomes: são salpicos de água fresca, aromas de boa fruta e, claro, derriços de magalas penicheiros, arrastando a asa às criaditas empoleiradas nos muros dos quintais.

Como boa filha de Lisboa, fez gala em misturar pobreza e opulência. Cá em cima é modesta. [...] Depois do aperitivo típico desse modesto renque de casinhas, logo a travessa do conde de Soure anuncia a presença de outras gentes. [...] <sup>128</sup>

No final de outubro de 2012, Lisboa viu nascer a primeira edição da *Lisbon Week*<sup>129</sup>, um projeto cultural e turístico anual que, durante uma semana, dá a conhecer um bairro da cidade através de rotas temáticas que incluem gastronomia, moda, concertos, espetáculos de rua, visitas históricas, etc.

Sarmento de Matos esteve, obviamente, envolvido neste aliciente projeto. A primeira edição foi à volta do Bairro Alto, e o percurso por ele liderado, a que chamou «Rota da Rua Formosa», começou com uma introdutória no miradouro de São Pedro de Alcântara. Quem o acompanhou nesse dia teve o privilégio de deambular por entre as velhas ruas, visitando e conhecendo as histórias do convento dos Cardais, com a sua

<sup>127</sup> Bar/restaurante que existe na rua do Século desde 1964.

<sup>128</sup> José Sarmento de Matos, manuscrito inacabado sem título, APJSM, s/d, s/p.

<sup>129</sup> Este projeto foi criado pela XN Brand Dynamics, em parceria com a Câmara Municipal de Lisboa.

magnífica igreja, das belas salas da Academia das Ciências, do surpreendente Museu Geológico (considerado por muitos como o «museu dos museus») e do palácio dos Carvalhos.



Rua Formosa  
(atual rua de  
O Século),  
2022.

Durante o percurso, uma das saborosas *petite histoires* foi a de Isabel Juliana de Sousa Coutinho Paim. Sabendo-a herdeira de grande fortuna, o ministro de D. José obrigou o pai de Isabel, então ministro de Portugal em Paris, a aceitar o casamento da filha com José de Carvalho Melo e Daun, seu filho segundo. Apaixonada por outro, e utilizando estratégias vários e muito criativos<sup>130</sup>, a menina recusou-se a consumir

<sup>130</sup> Conta-se que a desesperada menina teria mandado fazer um grande saco com lençóis, dentro do qual dormia para que o marido não tivesse hipótese de a tocar.

o casamento, que acabaria por ser anulado. Despeitado, o então conde de Oeiras, futuro marquês de Pombal, que, pejorativamente, a chamaria de «bichinho de conta», vingar-se-ia enviando-a à força para o convento do Calvário, em Évora, onde a abadessa, sua irmã, lhe fez a vida negra. Mas a vida dá muitas voltas, e, com a subida de D. Maria I ao trono e o exílio do marquês de Pombal, Isabel acabaria por ser resgatada pelo seu amado. Finalmente, após a saída do convento, casou com o eleito do seu coração: Alexandre de Sousa Holstein. Seriam os pais de Pedro de Sousa Holstein, primeiro duque de Palmela. Sarmento de Matos contaria também uma outra história, a do generoso e leal José Pedro das Luminárias, transcrita pela jornalista Alexandra Prado Coelho, na cobertura que fez sobre esta edição da *Lisbon Week*:

Vou contar-lhe uma história, diz [Sarmento de Matos]. Bocage estava já no final da vida, muito doente com um aneurisma, apesar de ter apenas 40 anos. No seu quarto, naquela casa (na Travessa André Valente), desesperava sem dinheiro para comer. Valeram-lhe alguns amigos, entre os quais um que era conhecido por José Pedro das Luminárias, proprietário de um botequim no Rossio que, às vezes, gostava de enfeitar com luminárias. Era ele quem vinha visitar Bocage e recolhia os poemas que este fazia para tentar vender na rua e, com o dinheiro, trazer comida ao poeta.<sup>131</sup>

No ano seguinte, Sarmento de Matos e Delfim Sardo seriam os «embaixadores» da História e da Arte da 2.ª edição da *Lisbon Week*. Desta vez para dar a conhecer edifícios simbólicos da cidade, prepararam uma rota ligada às Artes, como se de uma exposição itinerante se tratasse. A de 2015, em que também participou, centrou-se na zona do Campo Grande. E, na de 2017, na última em que esteve presente, preparou três visitas maioritariamente pelos núcleos históricos de Telheiras e Paço do Lumiar, nelas dando a conhecer as quintas, os palácios e as igrejas. Dessas extraordinárias visitas ficam a memória e o sabor da saudade.

<sup>131</sup> Alexandra Prado Coelho, «Crocodilos, freiras, poetas e índios — A história de Lisboa ao descer uma rua», *Fugas, Público* (20 out. 2012).

## UM PASSEIO A ORIENTE

Em 1993, no ano em que arrancavam os trabalhos da Expo'98, Sarmento de Matos publicou um livro/álbum sobre a zona oriental da cidade que viria a ser intervencionada. A ilustrá-lo, fotografias de António Sacchetti.

Dele apresentamos excertos do texto introdutório, onde o autor, mesmo que em *vol d'oiseau*, traça a história da parte oriental da cidade:

A partir do núcleo inicial em torno do castelo, delimitado pela velha cerca dita moura, Lisboa foi crescendo ao correr da história. A princípio essa expansão foi relativamente balanceada nos dois sentidos. Se, para ocidente, a cidade escorria pela encosta, pela Achada e os termos das freguesias de São Cristóvão e de Santa Justa, espalhando-se na zona plana e ribeirinha, para oriente a gente de mar regurgitava nos arrabaldes de Alfama, que cresciam colina acima, por São Tomé, Santo André e São Vicente até à Graça. Era assim, *grosso modo*, a cidade até D. Dinis, tempo em que o grande comércio atlântico ia dar a Lisboa outro movimento e outra função.

De facto, uns anos depois, quando D. Fernando entendeu dotar a cidade ameaçada com uma nova cerca de muralha, esse equilíbrio já se tinha rompido. Para poente, o novo muro abraçava toda a colina de São Francisco e Mártires, os morros do Carmo e da Trindade, definindo uma cidade imensa para os parâmetros do tempo.

A nascente, no entanto, os limites pouco se alteravam. As Portas da Cruz fechavam o perímetro urbano e, para lá delas, o povoamento era esparso. Para o provar bastará comparar a formação de novas freguesias a poente — como Santa Catarina e as Mercês —, com as duas solitárias paróquias de Santa Engrácia e Olivais, que foram suficientes até ao terramoto para pastorear as ovelhas dispersas por estas bandas rurais. A faina marítima acentuava, assim, esse caminhar contínuo da cidade para ocidente, ao sabor do sol e da espera sofrida das naves distantes.

O rei dava o exemplo ao instalar-se na Ribeira, sobre a Casa da Índia. [...] Lisboa revia-se de vez para lá da Barra. A cidade do Tejo tornava-se a capital das rotas atlânticas e do Índico.

Foi, pois, o deslumbramento com um Oriente longínquo que levou Lisboa a privilegiar o Ocidente, deixando o seu próprio Oriente entregue à pacatez sem tempo das hortas, ritmada só por uma falua enfunada deslizando no rio, o chiar morno de uma nora, a cadência sorna dos carros de bois e o repicar certo e dolente dos sinos de um ou outro convento.

Do fervilhar agitado da vida urbana, cosmopolita e variada, só ali chegavam ecos dispersos ou a corrente constante dos que largavam o amanho da terra distante e demandavam a cidade em busca de um futuro promissor nas miragens de além-mar.

Tal como na zona ocidental, também a oriente as casas monásticas pontuavam os esparsos aglomerados. Era em seu torno que as populações se iam anichando, a meias com as quintas férteis em que a nobreza enriquecida nas lides de além-mar, descansava de fadigas e recolhia para seu sustento os produtos frescos das hortas bem regadas. [...]

A fé das gentes fez seu o bom do santo [S. Félix], e a lenda e as romarias depressa se agarraram a esse lugar sagrado, revivendo se calhar velhos ritos de paganismo romano. Dizia-se que por ali houvera recolhimento de vestais. Verdade ou não, a tradição manteve-se e as lisboetas desses tempos bárbaros elegeram S. Félix como patrono do seu retiro. O mosteiro de Chelas é, de facto, o mais velhinho dos cenóbios alfacinhas.

Mais tarde, outros lhe vieram fazer companhia. Pontuavam com espírito acolhedor o caminho sinuoso e longo que, passados os Olivais e Sacavém, levava o transeunte para as terras largas das lezírias de Riba do Tejo. [...]

Aos conventos depressa se juntaram as quintas de recreio. Tinham, aliás, uma dupla função. Serviam para os seus proprietários gozarem o fresco nas calmarias e desempenhavam o seu papel numa economia pautada pelo auto-abastecimento, que dispensava os senhores da vulgaridade do recurso ao mercado popular. Uns carros ronceiros encarregavam-se de fornecer de fruta suculenta e hortaliça viçosa as mesas exigentes, carregados a meias com vasilhas de azeite e umas pipas de vinho, galinhas cacarejantes e os enchidos do porco acabadinho de matar.

Numa primeira fase, estas quintas não têm história. Eram courelas de terra bem regada que pequena gente sem ambições cultivava numa rotina intemporal. O ambiente só mudou no momento em que a corte se instalou em Lisboa, trazendo consigo a aristocracia cortesã, sempre ansiosa de bons poisos e réditos fartos. [...]

Nascida também nesses terrenos do Cabido foi a Quinta do Braço de Prata, de que resta o nome designação de fábrica de material de guerra. As mudanças acabam por ganhar o seu sentido. António de Sousa e Meneses foi um guerreiro intrépido que deixou fama de violência, que lhe custou o posto com que coroou a sua carreira brilhante. Foram tais as queixas dos Brasileiros que o rei se viu obrigado a substituí-lo como governador-geral.

As façanhas militares custaram-lhe também um braço, perdido nos confins do império por onde exercitou a espada. Mas, como militar

prático, António de Sousa Meneses não se deu por achado. Com um braço de prata substituiu o que a guerra lhe levava. Assim, no fim da vida, recolheu-se a esta sua quinta à beira-rio, instituindo nela um morgadio a que o seu braço de prata deu o nome. [...]

Aliás é significativo o número de propriedades nesta zona oriental que podemos considerar entre os bons exemplares da arquitectura civil portuguesa. Considerando-as em conjunto, são um imprescindível filão para se conhecer a história da evolução dos critérios construtivos no sul de Portugal. [...]

Aos conventos, palácios e quintas juntamos o único núcleo urbano encravado nesta zona rural. Referimo-nos aos velhos Olivais, reminiscência anichada em torno da sua igreja, a única freguesia que senhoreava boa parte desta vastíssima zona lisboeta.

Sem preocupações exaustivas, reunimos, assim, alguns exemplos que nos permitem ganhar consciência desse património riquíssimo que urge saber integrar no nosso presente. Importará, sobretudo, perceber que nesta zona oriental sobrevivem, entre o lixo e o desleixo, alguns edifícios religiosos e civis que constituem momentos importantes da história de Lisboa. [...] <sup>132</sup>

Na obra *Casa Nobre do Braço de Prata*, publicada em novembro de 2003, Sarmiento de Matos fez o estudo aprofundado de uma casa singular, o antigo palácio Coimbra, hoje propriedade das Infraestruturas de Portugal S. A. (antiga Refer).

Na impossibilidade de nos referirmos a todos os conteúdos deste e dos outros livros que se apresentarão em seguida, mencionamos apenas como Sarmiento de Matos chegou à datação desta casa, mesmo indo ao arripio do seu mestre Castilho. Começemos pelo que escreve no primeiro capítulo, a que chamou «O olhar da gaivota»:

Certas intervenções urbanas, em especial algumas mais recentes, que à partida poderão até levantar alguma controvérsia, têm por vezes o condão de gerar efeitos inesperados. É o caso, por exemplo, de uma espécie de colina artificial — ou sobe-e-desce, como se lhe queira chamar —, que a necessidade de deixar o comboio chegar ao cais fez erguer no traçado bem plano da Avenida Infante D. Henrique, quase a chegar à Estação de Santa Apolónia. Uma vez que o viaduto se impunha por necessidade ferroviária, aproveitou-se o seu topo, mesmo

**132** José Sarmiento de Matos, *Lisboa, Um Passeio a Oriente*, Lisboa, Ed. Parque Expo'98, S. A. e Metropolitano de Lisboa, 1993, pp. 9-12, 14.



—  
Porto de Lisboa,  
2017.

à altura da ravina velha da cidade, para lançar outra ponte sobre as linhas do comboio, ajudando-se, sem saber, a cerzir melhor dois tempos bem diversos da história lisboeta. E, quando se poderia esperar que os tirantes enviesados da moderna ponte amesquinhassem o fundo antigo em que se recortam, ter-se-à de admitir que afinal de contas tudo acabou por se harmonizar — artes mágicas, talvez, da lógica empírica do fazer da cidade —, permitindo mesmo que surgissem novos pontos de vista ou novas perspectivas.

A verdade é que quem circula na referida avenida, habituado já por cerca de dois quilómetros a uma paisagem saturada pela silhueta recortada dos armazéns, mais uns silos bojudos e umas fábricas compridas, de repente se vê obrigado a subir para descobrir, lá num topo, num *flash* momentâneo, que uma outra lógica arquitectónica se esconde por

detrás dessa imediata barreira de instalações portuárias e industriais, bastando um simples pisca à direita para a desvendar.

Mais para mais, naquele exacto local o cenário de fundo é bastante bem composto. À direita, a mole maciça e imensa do Recolhimento de Santos-o-Novo, impondo em redor uma escala inusitada em Lisboa, em nada de acordo, aliás, com o modesto portão de esguelha que abre para a velha Calçada da Cruz da Pedra. À esquerda, a fachada estirada e arqueada do Palácio hoje dito Pancas/Palha, antiga quinta dos senhores de Pancas, tendo por detrás, em plano um pouco mais elevado, o Recolhimento de Lázaro Leitão e, por cima ainda, a mancha verde dos jardins do Museu da Água, logo ao lado do antigo Convento dos Barbadinhos Italianos, cuja igreja serve hoje de sede à freguesia de Santa Engrácia.

Mesmo na queda da ravina, servindo-lhe de contraforte, um outro edifício, de aspecto apalaçado nas suas linhas nobres e sossegadas, restaurado de fresco em tons de verde-água, como que fecha esta espécie de quadro vivo que por momentos o alto do viaduto nos permite agora contemplar. [...] A elevação do viaduto permite uma leitura quase, dir-se-á, à *vol-d'oiseau*, mais propriamente à altura de uma dessas gaivotas que planam baixinho sobre a cidade em dias menos risonhos. [...] <sup>133</sup>

Recolhimento de  
Lázaro Leitão,  
2013.



<sup>133</sup> José Sarmiento de Matos, *A Casa Nobre do Braço-de-Prata*, Lisboa, Refer, 2003, pp. 13-15.

A casa verde-água, que pertencera, entre outras pessoas, a um governador de Pernambuco, ao general Silveira, ao conde de Amarante, ao conde de Vila Flor, ao marquês de Vagos e mais prosaicamente a um negociante alemão de nome Schalch, antes de ter sido também um depósito de pólvora, será o objeto deste magnífico estudo. Datada por Júlio de Castilho como sendo da segunda metade do século XVII, pouco ou nada sofreria com o terramoto. Sarmento de Matos discorda:

Teremos que admitir que Castilho não dispôs do parapeito do recente viaduto, onde aquilo que nos é dado observar vai insinuando algumas brechas de dúvida nas certezas adquiridas na leitura feita a partir da Rua de Santa Apolónia, hoje a fachada principal, na qual se abre a entrada nobre. Repare-se que as janelas do primeiro andar sobre o rio, rés-do-chão para o lado da rua, são também sacadas, com gradeamentos de desenho mais simples e mais antigo, além de apresentarem um traço mais modesto no desenho e menores dimensões que as do andar superior. Além disso, a distância de parede, acima das janelas, que separa esses dois andares é pouco vulgar, permitindo a existência de um alto pé direito nas divisões desse piso hoje intermédio.

Ora nem era muito costume que as casas nobres ou palácios seiscentistas dispusessem de dois pisos de sacadas, nem, muito menos, que o piso inferior ao andar nobre apresentasse tão amplo pé direito. Mais, menos natural seria que ao disporem-se dois pisos de sacadas sobrepostos, as respectivas aberturas não se aproximassem nem no desenho, nem nas proporções. Somos levados, por isso, a admitir que esses dois pisos da casa não foram construídos de uma mesma assentada, tudo parecendo apontar para o piso inferior ser na verdade bem mais antigo.

A dúvida instala-se aos poucos e não tarda a impor-se uma hipótese: haveria uma casa anterior, virada ao rio, com rés-do-chão e primeiro andar, à qual seria acrescentado mais tarde um piso nobre e um amplo portal sobre a via pública, alterando a orientação do conjunto, primitivamente com entrada pelo tal ancoradouro, actualmente substituído pela linha do comboio?

Seria assim?<sup>134</sup>

Era. No interior do edifício, um belo portal manuelino ao nível do rés-do-chão acabaria por provar que o nosso olisipógrafo estava certo.

<sup>134</sup> *Ibidem*, pp. 27-29.

## O BAIRRO DA LAPA OU A DESOBEDIÊNCIA DAS TRINAS

*Se o poder engendrou a Baixa, podemos dizer que o alfacinha ergueu a Lapa.*<sup>135</sup>

~José Sarmento de Matos

Em 1994, por encomenda da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD), José Sarmento de Matos publicou o seu primeiro grande trabalho olisipográfico, *Uma Casa na Lapa*, editado pela Quetzal.

Logo na Introdução fica claro que estamos em presença de uma obra diferente, que não se vai restringir ao estudo do edifício ocupado pela FLAD, mas que vai entrelaçar a sua história com a dos que nele viveram, com a construção do bairro e com a tragédia de Lisboa que o determinou.

E para que não restassem quaisquer dúvidas, as suas primeiras palavras são para a olisipografia e para todos os outros estudiosos de Lisboa que o antecederam.

Lisboa é uma cidade especial. Sem que saiba ao certo como nem porquê, a sua história personalizada criou um género próprio para a contar, com bem vincada autonomia no seio da historiografia portuguesa.

Talvez por herança romana, o lisboeta sempre se mostrou atreito ao cultivo nostálgico do seu passado, projectando nele a capacidade de ficção com que o dotou a mãe natureza. E é pecha antiga. Não é o ambiente agitado de Lisboa a personagem principal das crónicas vivas de Fernão Lopes?<sup>136</sup>

Não esqueceria de lembrar os trabalhos de Luís Mendes de Vasconcelos, Júlio de Castilho, Matos Sequeira, Pastor de Macedo, Vieira da Silva, os historiadores de Lisboa que considera os seus mestres olisipógrafos, mas também o historiador da Arte José-Augusto França. De caminho, aproveita ainda para clarificar a diferença entre a historiografia propriamente dita e a olisipografia:

<sup>135</sup> José Sarmento de Matos, *Uma Casa na Lapa*, Lisboa, Quetzal, 1994, p. 29.

<sup>136</sup> *Ibidem*, p. 9.

Os seus trabalhos [o dos olisipógrafos citados] dificilmente se encaixam em qualquer género histórico. Se usam métodos historiográficos e se atêm à lição documental, a sua visão nunca deixa de ser pluridisciplinar. Há pedaços de história social, económica, institucional, ou de arte, que acorrem às páginas não por atitude previamente pensada, mas por imposição da dinâmica da realidade em apreço, que se tenta abarcar no seu conjunto. [...] Assim, sem grandes preocupações de índole teórica, se gerou um género próprio, que a necessidade decorrente da diferença crismou Olissipografia. Como imagem de marca, resulta dos seus múltiplos estudos uma História feita como quem passeia, deambulando no labirinto das ruas um saber que não nasce só da poeira dos documentos. Brota, sim, também, de um entendimento vivido da realidade que se observa, sempre um tudo-nada estimulado por uma pitada de paixão. «Peregrinações» chamou Norberto Araújo à sua notável obra de divulgação. E é disso mesmo que se trata. De um verdadeiro peregrinar através de um passado sempre intuído como envolvimento do presente, conformando-o nas escolhas e nas opções.

[...] Ao escrever-se sobre a história de Lisboa é impossível, de facto, separar as temáticas, como tanto gosta hoje a historiografia mais na moda, espalhada em especializações que não se ajustam quando o prisma é a realidade multifacetada da cidade.<sup>137</sup>

Sarmento de Matos estava, contudo, ciente de que é impossível «abarcar todas as malhas complexas que estruturam todas as vivências de uma urbe»<sup>138</sup> e que, seguindo este caminho, se pode correr o risco de ignorar certos aspetos e/ou de cometer imprecisões. Mas isso não o preocupa, já que, segundo ele, é com a experiência que se aprende «que é sempre preciso enrodilhar muitos enganos para se poder desfiar, com algum à vontade, a linha sempre frágil das certezas.»<sup>139</sup>

Assim, *Uma Casa na Lapa* é simplesmente «o registo dos tais "ruídos" personalizados, gravados no silêncio quente das pedras alfacinhas, já que se acredita que erguer paredes é um gesto voluntarista carregado de sentidos.»<sup>140</sup> Ainda nesta introdução, refere as vantagens de este ter sido um trabalho que o escolheu e não o contrário. E, a esse propósito, relembra a frase do pintor Pablo Picasso: «Não procuro... Encontro.»

E ambos tinham razão. É por vezes nestes meandros insondáveis do destino que acabamos por ser encorajados a trilhar um caminho que

<sup>137</sup> *Ibidem*, pp. 10-11.

<sup>138</sup> *Ibidem*, p. 12.

<sup>139</sup> *Ibidem*.

<sup>140</sup> *Ibidem*.

não tínhamos escolhido, mas que sempre fora o que verdadeiramente quiséramos.

Aborda também a importância do minucioso trabalho de investigação realizado por Jorge Ferreira Paulo nos Cartórios Notariais, fundamental para a consecução deste projeto. Seria através dessa pesquisa que «desencantou» documentos fundamentais para a compreensão deste bairro, de entre os quais um dos mais importantes foi o contrato de aforamento do terreno da casa datado de 1757, que permitiu a Sarmento de Matos começar a «desembaciar as lentes e se entreabriu o caminho»<sup>141</sup>. «Logo se encadearam outras dezenas e dezenas de contratos [...], [e, graças a todo esse material,] a claridade foi deixando perceber a lógica que articulava essas resmas inertes de papel.»<sup>142</sup>

Os novos dados e a capacidade de os entrelaçar com todo o seu conhecimento anterior levaram-no a conseguir desembaraçar uma meada complexa, cuja ponta acabaria por ser o edifício que inicialmente se propusera estudar.

Uma casa concreta se tornava na ponta de um fio que, uma vez puxado, deslindava toda uma história por saber. Por outro, fez-se claro que tudo isso se desenrolava cronologicamente paredes meias com a renovação da Baixa, o mais importante processo urbanístico que a história de Lisboa conheceu. Desembocava-se, pois, de repente, no vasto campo de um tempo chave, mas com a consciência desconfiada de quem entra pela porta lateral.<sup>143</sup>

*Uma Casa da Lapa* é composta por três grandes capítulos: «Do Sítio de Buenos Aires ou a Invenção da Lapa», «Cintilações Brasileiras» e «No tempo dos Viscondes». Este estudo completa-se com um extenso apêndice documental e dois textos dos responsáveis pelas intervenções realizadas na casa aquando da aquisição pela FLAD, em 1986 (o arquiteto João de Almeida e o paisagista Francisco Caldeira Cabral).

Para explicar o que era o sítio de Buenos Aires antes da «invenção» da Lapa, Sarmento de Matos vai apoiar-se em duas representações daquela parte da cidade. A primeira, a azul e branco, pertence a um painel de azulejos<sup>144</sup> então datado das primeiras décadas do século XVIII<sup>145</sup>.

<sup>141</sup> *Ibidem*.

<sup>142</sup> *Ibidem*.

<sup>143</sup> *Ibidem*.

<sup>144</sup> Este painel encontra-se no Museu Nacional do Azulejo.

<sup>145</sup> Investigações posteriores revelaram que a sua datação será de 1699, e a sua autoria foi atribuída a Gabriel del Barco.

A segunda é um desenho aguarelado<sup>146</sup> que deverá ter sido elaborado por volta de 1767-1769.

A análise comparativa destas duas representações leva Sarmento de Matos a concluir: «Se olharmos para a encosta de Buenos Aires a diferença é imensa. Em pouco tempo, num intervalo de trinta anos, presenciamos já uma activa urbanização com ruas traçadas, edifícios erguidos, apagando de vez o antigo tom bucólico do sítio, que só alguns talhões ainda não construídos deixam entrever»<sup>147</sup>. Ou seja, em poucas décadas, o que até aí era uma simples paisagem bucólica de terras de pão e pastagens transformou-se, após o terramoto, num território urbanizado.

Num subcapítulo a que chamou «Nas vésperas de mudanças», fala sobre proprietários destes terrenos. Alguns pertenciam à nobreza, como D. Rodrigo de Noronha, D. Francisco Xavier Pedro de Sousa, condes de São Lourenço, condes de Sabugosa, condes de Redondo. Outros eram de ordens religiosas:

Na área de Buenos Aires, não destoando da regra, a maioria das terras era também propriedade religiosa. Dois proprietários dominavam a encosta: o Convento de Nossa Senhora da Soledade, das freiras da Santíssima Trindade, mais conhecidas por Trinas, e o Real Mosteiro das Comendadeiras da Ordem de Santiago [...].<sup>148</sup>

Ao longo dos séculos, a paisagem do sítio de Buenos Aires tinha-se mantido praticamente inalterável, mas isso iria mudar radicalmente após o violento terramoto que destruiu parte de Lisboa e outras regiões do país.

Assim corria serena a vida nesta encosta arejada até à agitada manhã do 1.º de Novembro de 1755, dia de Todos os Santos. Rezam as crónicas que Lisboa acordou nesse dia radioso de sol. Mas dizem que não durou muito a alegria soalheira desse apetecido Verão de S. Martinho. Logo pelas 9 horas, a terra sacudiu e o rio, desvairado, galgou a cidade baixa. Em breve um pavoroso incêndio, começando perto da Anunciada, consumiria durante dois dias a obra de devastação que o sismo iniciara.

Atordado pela magnitude da tragédia, o lisboeta viu ruir em seu redor a imagem da cidade que a história construía.<sup>149</sup>

---

<sup>146</sup> O desenho encontra-se na Academia Nacional de Belas Artes.

<sup>147</sup> José Sarmento de Matos, *Uma Casa na Lapa*, p. 23.

<sup>148</sup> *Ibidem*, p. 24.

<sup>149</sup> *Ibidem*, p. 26.

E, enquanto o poder régio, através do futuro marquês de Pombal, decidia como e em que moldes iria reerguer a cidade destruída, os lisboetas avançavam por sua conta e risco.

Entretanto, o lisboeta não ficou à espera. Enquanto no mundo da corte, entre conjuras, intrigas e até patíbulo, o nascente poder emergente da tragédia consolida a sua força e delinea as linhas mestras da sua cidade ideal, o cidadão deitou o olho para os locais onde o sismo pouco se sentira e foi tratando da vidinha, já que em Portugal sempre se desconfia do Estado e, cada qual com sua manha, o importante é saber cuidar de si.

[...] ao mesmo tempo que o espírito militarista dos engenheiros de Pombal concebia no estirador a cidade do futuro, noutras áreas mais distantes nasciam urbanizações igualmente pragmáticas nas soluções, mas mais individualistas nos desígnios e mais empíricas nos valores. Um pouco por todo o lado, esse angustiante vazio.<sup>150</sup>

—  
Rua da Lapa,  
2022.



Assim, Sarmiento de Matos diz-nos que, enquanto na Baixa as ruínas imperavam e só muito lentamente se reerguia a nova cidade, em pouco mais de dez anos a apetecível encosta de Buenos Aires ficaria

<sup>150</sup> *Ibidem*, p. 28.

praticamente toda urbanizada. No subcapítulo «Fazer a cidade», é explicado como o processo se desenrolou.

Avaliadas as hipóteses do terreno, esquadrihavam-se as indispensáveis ruas, tão retilíneas quanto o relevo e os limites da propriedade o permitiam, e devidamente hierarquizadas pela sua importância dentro da economia do projecto — mais largas as principais, mais estreitas as secundárias, ou travessas. Depois a cordel, marcava-se o alinhamento dos edifícios que cada um ergueria a seu modo, no talhão que as disponibilidades do bolso tinham permitido aforar.

Em seguida, invariavelmente, erguiam-se quatro paredes mestras, encostadas ao vizinho, definindo um simples quadrilátero, de altura variável, que cada um adornava a seu contento. Mais janela menos janela, mais arrebique menos arrebique, eram os distintivos de uma arquitectura de raiz imemorial, primária nos pressupostos, mas indiscutivelmente funcional. Chamar-lhe-iam uma arquitectura eficaz, própria de uma gente que as duras condições da vida tornavam pouco atreitas ao devaneio. Para trás um pequeno logradouro — o mítico quintal — permitia o desentorpecer das pernas ao fim da tarde, à sombra escassa das árvores de fruto, enquanto umas galinhas com os seus pintos debicavam grainhas espalhadas pelo vento. [...] Assim, nasceu o Bairro Alto; assim, nasceu Santa Catarina; e assim nasceu também o Mocambo ou Madragoa. Assim ia nascer agora a sua vizinha Lapa.<sup>151</sup>

Para Sarmento de Matos, as religiosas Trinas pensaram em urbanizar as suas terras logo após o terramoto. Só assim se explica a razão de terem começado a remir foros antigos logo a partir de 1 de janeiro de 1756. Nesse primeiro documento, as freiras não deixavam margem para dúvida sobre as suas intenções, já que referiam explicitamente a pretensão de aforar vários «chãos de terra» que implicariam arruamentos. E o autor conclui:

Anote-se, pois, a rapidez com que, mal abafado o ronco surdo do cataclismo, arregaçaram as mangas e se lançaram à tarefa que as iria distrair da rotina sem história do convento. Lestas, pois, as prestimosas religiosas. Lestas e atentas.<sup>152</sup>

<sup>151</sup> *Ibidem*, p. 30.

<sup>152</sup> *Ibidem*, p. 36.

A 16 de fevereiro, as Trinas celebravam o primeiro contrato e tinham já «dividido o terreno em talhões devidamente numerados, cortado ruas e escolhido os seus futuros nomes, traçando-as a cordel para garantir "que fique uniforme"». <sup>153</sup>

Quem não terá achado graça a esta iniciativa foi o futuro marquês de Pombal. Contudo, a documentação apresentada por Sarmento de Matos demonstrou que as Trinas ignoraram as várias determinações reais que proibiam a construção de casas sem autorização. Assim, «enquanto Manuel da Maia elaborava a sua meticulosa "Dissertação", terminada em 31 de março de 1756, as Trinas desencadeavam o processo de urbanização das suas vastas propriedades, sem grande consideração pelas directrizes do poder. Urbanizaram à sua maneira, fazendo fé na bondade das velhas tradições lisboetas em que se haviam criado. Limitaram-se a agir como sempre o tinham feito seus avós. Enfim, um clandestino à moda do século XVIII... e este carácter clandestino é bem acentuado pelo Engenheiro-Mor na segunda parte da sua Dissertação. Escolhendo o sítio entre São João dos Bem-Casados e a Estrela para localização do futuro Paço Real, Manuel da Maia afirma que: "[...] se vai edificando sem ordem nem simetria [...]". Embora a futura Lapa seja um pouco desviada em relação ao local citado, parece evidente que o velho Engenheiro-Mor do Reino a engloba nessa leitura depreciativa.» <sup>154</sup>

O processo foi complexo e cheio de peripécias, mas o bairro acabaria por ser construído. Em jeito de conclusão, Sarmento de Matos afirma:

Enredado o poder nas teias da sua ânsia de tudo abarcar, as piedosas irmãs fizeram-se moucas a decretos e proibições, desdenharam das penas e passaram a vias de facto o seu mapa que, decerto, bem irritara os pruridos absolutistas do futuro Pombal. [...]

O que este processo nos mostra é alguma insegurança do próprio poder que, em desespero de causa, até invocava São Francisco de Borja, um jesuíta, imagine-se, para patrono contra os terremotos. Nestes anos em que o poder vai definir os seus futuros contornos, entre 55 e 61, Sebastião José não era ainda o Pombal que a história feita se tem esforçado por nos dar a conhecer. E, pelos vistos, as Trinas sabiam-no. <sup>155</sup>

<sup>153</sup> *Ibidem*, p. 37.

<sup>154</sup> *Ibidem*, p. 39.

<sup>155</sup> *Ibidem*, pp. 41-42.

# A REINVENÇÃO DE LISBOA OU OUTRA FORMA DE OLHAR A HISTÓRIA DA CIDADE

Sarmento de Matos não foi um homem linear, nem na vida nem na escrita. A ideia geral de *A Invenção de Lisboa* remonta à década de 1990. Por essa altura, ainda sonhava com uma obra em oito volumes. As ideias fervilhavam na sua cabeça, e sonhar em grande nunca foi um problema para ele. Mais tarde, porventura refreado por outras questões práticas, estabeleceu como limite apenas quatro livros, dos quais se publicaram *As Chegadas* (Livro I) e *As Vésperas* (Livro II). Em 2008, deu então início à publicação da sua grande e última obra sobre a história da cidade.

No prólogo do Livro I, Sarmento de Matos coloca logo as cartas na mesa, dando a entender que a sua abordagem iria ser bem diferente da habitual:

Tal como escreveu D. Francisco Manuel de Melo a propósito de uma das suas obras, também julgo ser possível dizer que este livro «tem seus modos». Começou por ter, desde logo, um modo singular de nascer e crescer, pois ganhou corpo e espírito no decurso dos trabalhos sucessivos sobre edifícios de Lisboa, campo naturalmente fértil para as mais variadas congeminações sobre a história da cidade. Uma formação específica em História da Arte, seguida da escolha das casas velhas como objecto físico a estudar, fizeram-me aproximar da cidade pelo seu cenário material, aprendendo aos poucos a decifrar marcas e trejeitos nas paredes das casas, sinais que em certo momento do passado alguém desejou com a carga afectiva que todo o desejo em si acarreta.

Essas pedras arrumadas tornaram-se, assim, a base do meu trabalho, ou seja, ganharam foros de documentos que se impunha aprender a ler para as compreender. [...] Por detrás das paredes surgiam sempre sombras de gente à espera de apresentação que, consoante crescia a familiaridade, sobreavam na transpiração das pedras uma outra confiança. Personagens para mim, na sua maioria totalmente anónimas, que só de passagem afloravam nos manuais da História, em cuja companhia aprendi a deambular pela cidade que essa gente marcara pelo simples exercício de construir a sua casa. [...]

Caso a caso, era-me dado assistir a uma parcela do desfile sem fim da história lisboeta, que me surgia, assim, de uma perspectiva nova, pois não a via agora do balcão do rei, sobre o Terreiro do Paço, como me

ensinaram, mas sim de uma sacada emprestada de uma casa qualquer, deitando sobre uma rua qualquer, sempre com uma nesga do Tejo ao fundo, casa essa onde entrara como intruso, à socapa e pela porta das traseiras.<sup>156</sup>

O fascínio desta proposta, conjugada com a forma fluida e elegante a que já nos habituara, onde não faltavam leves toques de ironia e de alguma irreverência, faz-nos abraçar a leitura destes dois volumes. Neles, é-nos apresentada a sua narrativa lisboeta e a forma como encara o conceito de Cidade.

A minha Lisboa desenhava-se aos poucos como um articulado de pedras engendrado por gente e cimentado por palavras, gostos, vontades, sonhos e ambições, moldura irremediável da vivência de quem vem depois e, claro, também, do olhar curioso de quem teima perceber a trama complexa da evolução da cidade. Ou seja, senti-la como criação exclusiva da vontade humana. Mas será criação a palavra certa para resumir a ligação entre o Homem e a Cidade?

Criar, criou Deus o Universo, mas por gesto arbitrário e voluntarista. Criar, cria também ciclicamente a Natureza, mas por desfastio da rotina. Quanto à Cidade, ela nem se cria, nem é criada. Inventa-se no correr das gerações, das sensibilidades, das modas, das saudades... e de muitas coisas mais. A Cidade é a invenção resultante de um sem-número de gestos pessoais e colectivos, usando-se quase só pedras e palavras.<sup>157</sup>

No final do prólogo do Livro I, Sarmiento de Matos confessa-nos como ele próprio se vê: «Ao começar a escrever, a pôr regra nessas conversas, depressa me apercebi da minha própria função nessa nova realidade de que página a página ganhava corpo e se desprendia de mim. Não era mais que um agitador de ideias feitas, um provocador das imaginações, na verdade uma espécie de intermediário entre os praticantes dos gestos de hoje e aqueles que ergueram o cenário que me habituara a chamar meu, povoando-o com o calor dos mitos, lendas, histórias e historietas, tudo mais ou menos repetido de geração em geração. Competia-me dar sequência narrativa a essas conversas desencadeadas pela cidade, aventurando-me até, se necessário, pelos desvios sempre escorregadios a que a intuição tem tendência a encaminhar quem se atreve de peito

<sup>156</sup> José Sarmiento de Matos, *A Invenção de Lisboa — Livro I, As Chegadas*, Lisboa, Temas & Debates, 2008, pp. 9-10.

<sup>157</sup> *Ibidem*, p. 14.

feito a entrar pelas veredas»<sup>158</sup> da sua cristianização, da ocupação muçulmana até à chegada de Afonso Henriques e dos cruzados. E de como o futuro rei de Portugal utilizou a seu favor a «chegada» das relíquias de São Vicente.

Sobre este livro, disse o autor, em entrevista a Alexandra Gago da Câmara e Teresa Campos Coelho:

A Essência de uma cidade como Lisboa, e o facto fundamental para se conhecer qualquer aglomerado urbano, é o seu lugar... o seu sítio geográfico. As condições geográficas, o estuário do Tejo, a sua relação com o rio e como porto da maior importância entre o Atlântico e o Mediterrâneo fazem dela uma referência. Sítio de fronteira entre o mundo conhecido e as trevas, é um ponto de abertura para o mundo... O sítio de Lisboa determina uma história de chegadas e partidas. O livro que escrevi chama-se precisamente *A Invenção de Lisboa, As Chegadas*.<sup>159</sup>



—  
Cais das Colunas,  
2018.

Um ano depois da publicação deste primeiro volume, chegava às livrarias o Livro II, *As Vésperas*.

<sup>158</sup> *Ibidem*, pp. 14-15.

<sup>159</sup> Alexandra Gago da Câmara e Teresa Campos Coelho, «Entrevista a José Sarmento de Matos. "Em Lisboa, as coisas ajeitam-se..."» *Cadernos do Arquivo Municipal*, n.º 9 (jan.-jun. 2018), pp. 189-191.

Saltando no tempo vários séculos, Sarmento de Matos levava-nos agora para um momento único da história de Lisboa: a Crise ou Revolução — consoante o ponto de vista dos historiadores — de 1383-1385. Apoiando-se em Fernão Lopes, cronista de D. João I, mostra-nos como, com o apoio inestimável dos lisboetas, se «inventou um rei e uma nova arquitectura de poderes».<sup>160</sup>

Apesar de esgotados, estes dois volumes estão em vias de ser reeditados e ainda é possível encontrá-los em bibliotecas e alfarrabistas. Vamos, por isso, deixar que o leitor os procure e apontamos agora a nossa atenção para os textos inéditos que deveriam ter feito parte do Livro III.

A sua morte prematura deixou-o pouco mais que esboçado. Um grupo de trabalho constituído por Madalena Martins, Luísa Sarmento de Matos e António Mega Ferreira avaliou os seus textos inéditos e, no final dessa difícil tarefa, chegou à conclusão que os três primeiros capítulos<sup>161</sup>, por terem «uma coerência, embora não definitivos, poderão ser publicados como monografias mais ou menos desligadas, mas com um fio cronológico sustentável»<sup>162</sup>. Os outros, ainda em fase de reescrita, só poderiam ser publicados na condição de inéditos. Assim, sem essa continuação, fica-nos uma sensação de perda e de saudade desse seu olhar, que espreitava sempre de ângulos insuspeitos e que nos abria caminhos inesperados de pensamento.

Como ele próprio afirmou, a sua escrita era morosa por ser muito trabalhada:

Essa foi uma das minhas grandes lutas. Quando as pessoas me dizem «percebe-se tudo tão bem», não fazem ideia do trabalho envolvido. Aprendi comigo próprio a escrever. Não tenho esse dom. A minha escrita é completamente construída. Foi um trabalho muito obsessivo. Horas e horas a escrever, a ler em voz alta, a emendar e a voltar a escrever.<sup>163</sup>

Por outro lado, quando se sentava à secretária para escrever, tanto podia começar pelo primeiro como pelo último e depois passar ao terceiro ou ao sexto; e, no final, eliminar alguns capítulos ou reescrever

<sup>160</sup> José Sarmento de Matos, *A Invenção de Lisboa — Livro II, As Vésperas*, Lisboa, Temas & Debates, 2009, p. 17.

<sup>161</sup> «A janela de Sintra» (42 págs.), «Onde se entra em Lisboa na companhia de Damião de Góis» (48 págs.) e «Onde se passeia sem pressas na Rua Nova dos Mercadores» (30 págs.).

<sup>162</sup> Carta de Luísa Sarmento de Matos a Raquel Henriques da Silva após o parecer de António Mega Ferreira, datado de maio de 2020.

<sup>163</sup> Ana Soromenho, *op. cit.*, p. 63.

outros. Era assim o seu processo criativo. Por esta razão, apesar de ter deixado seis capítulos do Livro III, num total de mais de 250 páginas, não pode ser olhada como uma «obra inacabada». Sendo ainda um *work in progress*, não é evidente qual o seu fio condutor ou a baliza temporal, embora pareça ser claro que iria até à Restauração. Optámos, por isso, por dar aqui a conhecer algumas passagens de cada um desses capítulos. Acreditamos, no entanto, que todo esse conjunto será um dia publicado num volume de *Inéditos*, juntamente com outros textos não concluídos.

Como nos dois livros anteriores, Sarmento de Matos também conjurou para o acompanharem, nestas derivas, figuras incontornáveis na nossa Cultura. Referimo-nos principalmente a Damião de Góis, Francisco d'Holanda e João de Barros.

Sobre o primeiro poderemos dizer que foi um humanista com obra publicada em vários países europeus onde viveu. Privou de perto com os maiores humanistas do seu tempo, tendo sido amigo pessoal de Dürer e de Erasmo de Roterdão. Entre outros escritos, deixou-nos a *Crónica do Sereníssimo Senhor Rei D. Manuel* e *A Descrição da Cidade de Lisboa*, publicada em 1554. Por morte de D. João III, perdeu a proteção régia e ficou na mira da Inquisição, que o acabaria por condenar à prisão, em condições extremamente duras. Morreria pouco depois de ter sido libertado e de forma pouco clara.

A segunda figura escolhida foi o arquiteto, pintor e desenhador Francisco d'Holanda. Nome maior do nosso Renascimento, foi amigo pessoal de Miguel Ângelo, de quem fez um dos dois únicos retratos que se conhecem. Deixou uma obra notável, da qual se destaca *Das Idades do Mundo* e *Da Fábrica que Falece à Cidade de Lisboa*. Por último, embora em menor escala, Sarmento de Matos também se apoiou em João de Barros, considerado por muitos o primeiro historiador português e o autor das *Décadas da Ásia*. Irá por vezes também chamar à narrativa nomes como Luís Mendes de Vasconcelos, um olisipógrafo *avant la letre* que em 1608 publicou *Do Sítio de Lisboa*, e Júlio de Castilho.

Apresentados os seus acompanhantes, passemos agora aos textos que Sarmento de Matos deixou. No primeiro, que o autor apelidou de «introito sintrense», parte de Sintra, da sua história, da arquitetura das suas casas e palácios, levando-nos através de uma narrativa fascinante que termina em Lisboa. Pelo caminho, detém-se no teto da Sala dos Brasões do palácio de Sintra e explica-nos a importância que ainda hoje tem a heráldica para o estudo da cidade. Ouçamo-lo:

## A JANELA DE SINTRA



Janela do antigo  
quarto de José  
Sarmiento de Matos,  
*Villa Roma*, Sintra,  
2022.

Mal abro de par em par a janela do meu quarto de Sintra, faça chuva ou o sol me encandeie pela manhã, a vista que se alarga de chofre, como quem não quer a coisa, aviva sempre entreténs para espicaçar a curiosidade. A vista é, de facto, muito ampla, diversa e rica de detalhes. [...] No entanto, a amarra mais forte a esta vista larga não são tanto as belezas naturais, próprias, aliás, de terrenos acidentados, mas os acrescentos materiais com que a mão humana foi engalanando os caprichos da Natureza, definindo no correr das eras um cenário único, com castelos e paços alcandorados nos sítios certos, convite à viagem no tempo sem sair do mesmo sítio e desafio perene às imaginações. A coroar os penhascos do topo desta parte da serra, bem maciços e informes por

sinal, alguém se lembrou de espalhar, sabe-se lá quando, uma muralha acidentada, como que enroscada, qual cobra, nos refegos incertos do terreno. [...]

É deambulando por estes penhascos graníticos que D. Manuel espera, calcula-se com que dose de frenesim ansioso, a entrada na Barra da primeira armada de Vasco da Gama, no regresso da Índia. Se a História mítica portuguesa entrevê D. Fuas Roupinho a cavaleiro das arribas da Nazaré, ou o infante D. Henrique a cismar no promontório de Sagres, não vejo razão para não acrescentar ao rol esta vigília tensa do *Venturoso* nos píncaros de Sintra, perscrutando no Oceano a concretização das visões do tio *Navegador*, nas derivas solitárias pela costa algarvia. Bela cena a explorar num filme por fazer. Uma espécie de registo das imagens evocadas por cada sugestão da viagem no tempo, aquele que na verdade interessa e me entretém, desbobinando-se sem guiões pré-escritos ou preocupações cronológicas, no ecrã colorido da minha janela. Como se verá, são tantas as deambulações possíveis que facilmente dão corpo e alma a uma espécie de narrativa fílmica aos retalhos, em que cada dia se escolhe, vá-se lá saber por que opção prévia, o episódio mais à mão da curiosidade, o alvo do foco que o isola para com proveito o deslindar. [...]

O Paço de Sintra enquadra-se na velha matriz mediterrânica, revigorada pela prática muçulmana na Andaluzia e Norte de África, segundo a qual as várias dependências, encaixadas umas nas outras, cobertas de telhado de quatro águas que visualmente as autonomizam, se refrescam e iluminam pela alternância de pátios, terraços e alpendres de várias dimensão e forma, estímulo de uma vivência de fora e dentro que as calmarias impõem e o fio contínuo da água nas taças dos pátios tenta amenizar, induzindo um modo de estar refinado que seduz e convida. Bem insiste Raul Lino na coincidência de a construção da parte mais relevante deste Paço ser iniciada por D. João I após a conquista de Ceuta, em 1415, levantando mesmo a hipótese de algum material utilizado em Sintra pelo monarca, em especial os colunelos de mármore das janelas da Sala dos Cisnes, serem de lá provenientes. [...]

É, pois, a Corte, esse mundo complexo à espera que o decifrem, que apela à focagem destas páginas no Paço de Sintra. E, como a Corte é um alfobre doentio de hierarquias e etiquetas, impõe-se uma consideração mais atenta da mensagem de D. Manuel ao construir o sólido torreão para revestir a opulência dourada da Sala dos Brasões. [...]

A heráldica é um código complexo, uma escrita gráfica peculiar com regras muito rigorosas, nem sempre fáceis de decifrar. Esta disciplina auxiliar da História, cuja carga informativa é pouco explorada — julgada

até por vezes descartável —, constitui uma excelente *base de dados* para se entrar no universo de representações de qualquer Corte, ao qual empresta colorido, anima despiques de vaidades e regula precedências. [...] Para quem tem Lisboa como objecto central de estudo, a familiaridade com este código difícil é uma inevitabilidade, pois na parte antiga da cidade as pedras de armas exibem-se com fartura ao virar de cada esquina. E a tentativa da sua leitura facilita muito, pois através desses pesados ornamentos em pedra consegue decifrar-se à primeira mirada a mensagem histórica que elas carregam.

Se hoje a exibição desta antiga simbologia nobiliárquica é anacrónica numa sociedade que se pretende democrática e igualitária, mera saudade passadista, é bom ter em atenção que o universo social que gerou esta escrita simbólica não fazia ideia do que era democracia e tinha como forte alicerce a desigualdade entre as camadas sociais, tão estanques quanto possível. Convém não esquecer igualmente que, apesar da mudança de nome — de brasão de armas para logótipo —, é ainda a mesma função diferenciadora que conduz nos dias de hoje tudo quanto é instituição, pública ou privada, a apressar-se a encomendar a um gráfico imaginativo o sinal que à primeira vista a distingue e identifica.

[...] Fecho a janela de Sintra. Avanço a passos largos para Lisboa, onde não faltam balcões ideais para incentivar do alto a conversa e alimentar a narrativa, mais ou menos filmica, consoante os ângulos de visão disponíveis e as sugestões imagéticas que resultem do galope das palavras. Será saltando de janela em janela, de texto em texto, de imagem em imagem ou de documento em documento, inscritos em papel ou em pedra, que desejo descortinar a lenta evolução de Lisboa até ao momento definitivo em que a monarquia, senhora de uma máquina burocrática cada dia mais complexa, traz consigo de Sintra para Lisboa a multiplicidade de representações que aos poucos infestam de pesadas pedras de armas as ruas da cidade. Isto é, acompanhar a par e passo o processo arrastado que irá permitir que a partir de dado momento Lisboa e Corte se transformem em sinónimos com total naturalidade.

Deste introito sintrense fica, no entanto, uma linha mestra a prosseguir por diante. Há uma matriz condutora, com certeza, a complexificação e ampliação sucessiva das matérias susceptíveis de integração na ideia genérica de Corte, mas todas as derivas são possíveis e bem-vindas, sejam os detalhes da Arquitectura, os segredos da Armaria, os meandros dos jogos de poder entre os variados protagonistas, as hierarquias sociais e a constatação das dificuldades colocadas à gestão da *coisa pública* pelos inúmeros poderes paralelos ainda vigentes. Basta invocar o nome sonoro de Vasco da Gama para, num ápice,

se entenderem as limitações que tem ainda a monarquia perante a teimosia de um vassalo de peso. Ao partir de Sintra para chegar a Lisboa, não faço mais que seguir as pisadas de Damião de Góis que, na *Descrição de Lisboa*, se atarda pela entrada na Barra, seguindo costa fora até à cidade, mais propriamente até Belém. Tal como ele, também estou consciente de que o universo lisboeta é bastante mais vasto que os limites restritos da cidade, alargando-se por um território amplo que a tradição consagra sob a designação de o *Termo de Lisboa*.

O livro de Góis é, como irei descobrir, uma espécie de gazua essencial para traçar um retrato de uma cidade que define etapa a etapa a sua orgânica, preparando as condições essenciais para se assumir de vez como capital de um reino que alarga às *Sete Partidas* as fronteiras do seu imaginário. Abro, desperto e impaciente, a obra do famoso humanista, e antevejo Lisboa através da sua eloquência latina, campo fértil que tem, como se verá, muito que se lhe diga.<sup>164</sup>

No segundo capítulo, Sarmento de Matos debruça-se sobre o reinado de D. Manuel I e as inúmeras obras então publicadas, acompanhando mais de perto os escritos de Damião de Góis.

## ACOMPANHANDO DAMIÃO DE GÓIS

[...] Mas, por agora, partilho consigo a leitura de *Urbis Olisiponis Descriptio*, de Damião de Góis, cujo título resumo na versão traduzida e simplificada de *Descrição de Lisboa*.

Para quem se interessa pela evolução da cidade, a principal novidade deste século XVI é dispor de textos focados na realidade urbana, testemunhos de viva voz de contemporâneos do momento único de deslumbramento vivido pelo universo alfacinha. A pujança exótica que a cidade experimenta, com o rio coalhado de navios vindos tanto do Norte europeu e do Mediterrâneo, como dos Brasis e dos Orientes faiscantes, a carga e descarga das mercadorias mais inesperadas, a estupefação frenética com a variedade dos produtos inusitados, a Babel de línguas que se atropelam na malha apertada das ruas criam uma espécie de fervor

---

<sup>164</sup> José Sarmento de Matos, «Introito sintrense» (processado em computador), APJSM, s/d, s/p.

colectivo, de fé inquebrantável num futuro cada dia mais risonho, onde tudo é permitido entrever, até o brilho perene dos sóis da felicidade. Nada melhor sintetiza esta espécie de tremelique vibrante de entusiasmo que o título escolhido por João Brandão para a sua obra sobre Lisboa: *Tratado da Majestade, Grandeza e Abastança da Cidade de Lisboa* [...]. As Grandezas surgem como a mais trivial das caracterizações de Lisboa, com foros de durar, pois ainda em 1624, já um tanto fora de época, o trino Frei Nicolau de Oliveira titula o seu escrito como *O Livro das Grandezas de Lisboa*. Na verdade, só se cantam as *Grandezas*, poucos se lembrando da face negra da moeda das novidades, as epidemias de peste quase cíclicas, ceifando as gentes, mas, pelos vistos, sem o condão de esfriarem as euforias.

São quatro os títulos que se debruçam especificamente sobre Lisboa. Por ordem cronológica, são eles: *Sumário de Lisboa em 1551* (embora só efectivamente publicado em 54/5), de Cristóvão Rodrigues de Oliveira; o referido *Tratado da Majestade, Grandeza e Abastança da Cidade de Lisboa*, na 2.<sup>a</sup> Metade do Século XVI (*Estatística de Lisboa de 1552*), da autoria de João Brandão, manuscrito só publicado em 1923, por iniciativa de Anselmo Braamcamp Freire; a *Descrição de Lisboa*, de Damião de Góis, dada à estampa na versão original latina em Évora em 1554; e, por fim, a missiva que Francisco de Holanda escreve a D. Sebastião sob o título de *A Fábrica que Falece à Cidade de Lisboa*, redigida em 1571, só publicada em 1879, por Joaquim de Vasconcelos, mas que corre ao tempo em cópias avulsas. São quatro títulos de enorme importância no panorama cultural português — e até europeu —, quer por sinalizarem o relevo que as cidades protagonizam no cômputo das preocupações, quer pela insinuação da ideia de que cabe ao poder régio a sua valorização programática, quer, ainda, a exaltação de Lisboa como referência momentânea da pretendida unidade portuguesa. [...]

«Há duas cidades que, nesta época, poderíamos com razão chamar senhoras e rainhas do Oceano, pois, por sua direcção e domínio, as naus percorrem, hoje em dia, todo o Oriente e todo o Ocidente.

A primeira, Lisboa, situada na boca do Tejo, arroga-se domínio daquela parte do Oceano que, num abraço imenso de mar, rodeia a África e a Ásia. A outra, Sevilha, voltada para o ocidente, desde o rio Guadalquivir, patenteou à navegação a parte do orbe que hoje se chama Novo Mundo.»

Com esta entrada, Góis não deixa grandes dúvidas sobre as suas intenções, determinado em realçar perante os pares europeus os horizontes abertos pelas navegações oceânicas a partir de Lisboa e Sevilha. As restantes cidades europeias estão como que condenadas a olhar embevecidas para as congéneres ibéricas, detentoras da chave das riquezas

incontáveis que baralham as redes comerciais tradicionais: quem quer prata das Américas vai agora a Sevilha, e a busca de especiarias — mais a cauda exótica que arrastam — passa obrigatoriamente por Lisboa. Mas, ao mesmo tempo, ao colocá-las assim lado a lado no pedestal mítico, Góis subentende a rivalidade surda entre as duas cidades, destinada a vir à tona quando estalar o verniz.

Refaço, com a necessária ligeireza, o itinerário proposto por Góis. Franqueada a entrada no estuário e vistos *en passant* os lugares espalhados pela costa norte a partir de Cascais — com incríveis particularidades fantásticas de tritões, sereias e congéneres e a inevitável evocação de Ulisses, tão cara a um humanista encartado —, chega a Belém, primeira paragem obrigatória para uma visita aos Jerónimos [...].

Exaltação da opulência e boa índole dos lisboetas, capazes por si só de suportar tão avultado encargo. Para Góis, a *grandeza* de uma cidade não reside somente na *sumptuosidade* dos seus edifícios e na *magnificência* dos *nossos* reis, mas também na vontade inequívoca dos habitantes de cultivarem o orgulho colectivo de serem cidadãos de parte inteira, contribuindo à medida de cada qual para o engrandecimento físico e humano da urbe. Se, como disse, não lhes particulariza as construções, não deixa de os enquadrar como complemento indispensável das iniciativas régias. [...]

Portanto, neste retrato contemporâneo, tudo o que cidade tem para mostrar no seu casco mais antigo se situa nos dois polos estruturantes: o Rossio e a Ribeira. Ora esta organização da cidade, em torno desses dois vastos logradouros informes, não é então muito antiga, pois se o futuro Terreiro do Paço resulta da vontade de D. Manuel em ocupar o aterro ribeirinho já solidificado, consolidando-o através de um paredão, o Rossio só é aproveitável como *plaza mayor*, à maneira da maioria das cidades ibéricas, após o encanamento das duas ribeiras que ali confluem, seguindo em esteiro a céu aberto até ao rio, através da Baixa. Esta evolução urbana ao longo dos séculos XV e XVI, criando as condições para a funcionalidade de uma capital, cabeça futura da Corte portuguesa, é um processo fulcral que impõe atenção muito particular. Atendendo à cronologia, começo pelo Rossio.

Falar hoje do Rossio constitui, para qualquer lisboeta, a convocação de inúmeros sentimentos desencontrados. É evocar o indiscutível centro anímico da cidade, onde tudo e todos se cruzam ao longo dos séculos, numa animação em que os mais fortes valores urbanos se impõem a quaisquer outras considerações. No entanto, como tudo, o Rossio tem o seu início como coração lisboeta num lento processo de ocupação, cujo início se pode *grosso modo* apontar a meados do século XIII. É então que

os recém-chegados Dominicanos escolhem um dos limites do local, à beira do esteiro que corre do Regueirão dos Anjos, para erguer o seu convento, em breve local animado de frequência dos alfacinhas embevecidos com a fluência retórica dos frades pregadores. [...]

Volto ao núcleo original do adro de São Domingos, embrião do futuro Rossio. Apesar de tão periférico em relação à cidade tradicional, torna-se rapidamente um sítio bem palpitante, quer pelo lugar cimeiro que os frades aí recolhidos depressa desempenham na cena lisboeta, quer por nele desembocar a velha via romana que segue até ao Andaluz, Palhavã e Benfica, então dita a Corredoura — pois ainda serve para correr cavalos —, estrada que constitui uma das mais activas fontes de abastecimento de frescos à cidade, trazidos pelos típicos saloios em filas de carros de bois ou nas albardas de um ou outro jumento das hortas disseminadas por esses arrabaldes mais ou menos distantes. [...]

A fazer fé nesta hipótese, é ao malogrado infante D. Pedro que Lisboa fica a dever a estruturação definitiva da sua Praça Maior, então igualmente decorada pela presença solene da mole do Paço dos Estaus. Esta focagem em D. Pedro surge quase como legitimadora, ou melhor, perfeitamente consequente com a acção de D. João II. Sempre tão preso à memória do avô materno, o *Príncipe Perfeito* mostra-se desde cedo determinado a compor com dignidade e imponência a obra de vulto que o avô inicia, pedra mestra na ideia da orgânica futura da cidade [...].

Com a atitude decidida com que a história o consagra, D. João II decreta, neste mesmo ano, dar corpo definitivo a uma ideia que já anda na forja. Como todos os inúmeros hospitais particulares de Lisboa, na maioria de pequenas dimensões e sem suficientes recursos médicos e de camas, não dão conta do recado de prover as necessidades da população da cidade, mas em simultâneo todos dispõem, por força da doação que os institui, de uma considerável soma de recursos, a solução parece evidente a um espírito prático e sem grandes pruridos face ao cumprimento das deliberações explícitas dos antigos fundadores. Como a necessidade impõe, fecham-se assim esses inúmeros hospitais, juntam-se todos os bens e rendas que lhes pertencem e, com esses recursos nada negligenciáveis, constrói-se um único hospital de dimensões adequadas para responder aos desafios que os novos tempos colocam. Se bem se pensa, melhor se faz. [...]

Nesta conformidade, e com algumas excepções, como o Hospital das Merceeiras, certamente por respeito à memória do avô D. Afonso IV, os existentes são encerrados, reúnem-se as rendas fartas sob uma única administração e com elas se dá início à construção da nova instituição, escolhendo-se o Rossio, ainda tão despovoado, para a localização de um

empreendimento a necessitar de muito espaço. E, para não ferir susceptibilidades, pois cada um dos antigos hospitais evocava um santo próprio, tudo se resolve na escolha da mais óbvia das designações: Hospital Real de Todos-os-Santos. [...]

Apesar de ter desaparecido da paisagem urbana nos fragores do grande terramoto de 1755, não sendo hoje possível reter mais que uma ou outra imagem da frontaria, ou apreciar com prazer a interessante maqueta que foi possível refazer do plano geral da obra, o Hospital Real merece uma atenção cuidada pelo que a sua simples existência revela da grande viragem que a realidade urbana de Lisboa experimenta a partir deste exacto momento. [...]

Com os Estaus na cabeceira norte e o Hospital na frente nascente, o Rossio torna-se o local de afirmação do poder civil que a monarquia cada vez mais corporiza, transformando-se na praça de referência da cidade. E, confirmando esta concentração no Rossio dos poderes laicos, até lá irá funcionar a espaços o Senado da Câmara, embora nunca tal pressuponha uma escolha alicerçada na imagem física de um edifício próprio, imponente e condigno na representatividade da instituição. É de facto estranho que, ao longo dos séculos, a Câmara de Lisboa, o Leal Senado, nunca tenha merecido a atenção de ser dotada com um paço *comme il faut*, andando sempre um tanto aos baldões até à reconstrução pombalina erguer em lugar nobre os indispensáveis Paços do Concelho. Janela aberta interessante para outras congeminações. [...]

Nada se sabe, mas fica a conjectura, que é por hábito meu o que mais anima a narrativa. Que o Hospital Real de Todos-os-Santos segue os parâmetros definidos para outras edificações congêneres em Itália é uma constatação evidente, restando a incógnita de saber a forma mais ou menos ínvia como aqui chega essa influência tão manifesta — e tão bem assimilada em todas as suas complexas componentes —, aliás como acontece em tantos outros momentos mal destrinchados da história portuguesa.<sup>165</sup>

No terceiro capítulo, Sarmiento de Matos convida-nos a passear na rua dos Mercadores. Nada melhor do que aceitar o seu generoso convite e partir com ele nesta viagem no tempo.

---

**165** José Sarmiento de Matos, «Onde se entra em Lisboa na companhia de Damião de Góis» (processado em computador), APJSM, s/d, s/p.

## A RUA NOVA DOS MERCADORES

Finalmente respiro ares mais sãos. Chego à Rua Nova dos Mercadores, também chamada dos Ferros, espaço mais desafogado, amplo, até, pelo menos comparado com as vias da Baixa de onde chego, apesar de não ultrapassar os cerca de doze metros na sua parte mais larga. O suficiente, no entanto, para permitir que encane por ela aquela brisa de fim-de-tarde que todo o alfacinha bem conhece. Essa largueza é reforçada pelas passagens cobertas em ambos os lados nos pisos térreos dos edifícios, sustentadas por colunas, anteparo às intempéries quando as trocas se prolongam. A largura desses espaços varia entre os dois e os três metros, ampliando assim o campo visual de quem circula.

Estirada paralelamente ao rio, a rua corre entre o Largo do Pelourinho Velho, na base da colina do Castelo, e a mais estreita Rua da Calçetaria, sendo a junção entre ambas no término da ainda recente Rua Nova d'el-rei, ou só Rua do Ouro. Como disse, esta última, de onde provenho, resulta do encanamento do esteiro da Baixa, pelo que até à finalização desse processo se encontra neste local a chamada ponte da Galonha, indispensável para galgar o esteiro malcheiroso e ligar a opulenta Rua Nova com a mais modesta da Calçetaria, através da qual se acede à parte ocidental da cidade. Isto é, quer à depois chamada Ribeira Nova — Corpo Santo, Cata-que-farás e a mais tardia freguesia de São Paulo —, quer, caracoleando a colina, à parte superior da freguesia dos Mártires. Portanto, o traçado longitudinal de Nascente para Poente da Rua Nova exalta a estreita ligação entre a cidade e o rio, correndo paralelamente a este e abrindo nos inícios sobre a praia através de qualquer espécie de cais mais ou menos improvisado, com pontões de madeira para acostagem, como se intui de alguma informação de tempos mais recuados. Tudo em boa parte sustentado nas reminiscências do primitivo cripto-pórtico romano, cujos restos enterrados ainda ali permanecem.

Esta relação tão directa com as águas do Tejo torna este animado pólo comercial perigosamente exposto às investidas da pirataria, sobretudo magrebina, especializada nessa espécie de *toca-e-foge*. Ataca fulminante, pilha e desanda com incrível rapidez. Já atrás, no Livro II [*As Vésperas*], recordo os cuidados do senhor D. Dinis em atalhar ao desplante, levando coisas e pessoas, estas resgatadas a peso de ouro pelos frades Trinos, detentores da Redenção dos Cativos. O monarca acorda com a Câmara a construção de uma muralha protectora, que só o rei cumpre, permanecendo aberta a parte mais oriental ao cuidado do Senado Municipal, faltando o troço até à avançada Torre da Escrivaninha, ligando-a à Cerca Velha. A falha camarária será suprida pelo contrato entre o rei e o seu

novo Almirante, o genovês Manuel Pessagno (ou Pessanha, como por cá se generaliza), que nele se obriga a ter de plantão à entrada da Barra duas galés manobradas pelos marinheiros experientes que traz consigo. Estas provas de força, aliadas ao incremento acelerado da navegação para Norte e para Sul, desvanecem audácias, e não se torna a ouvir falar de piratas nas águas do estuário.

Assim, a Rua Nova, e a cidade com ela, atarefa-se a lidar em sossego com a euforia comercial que se incrementa ano após ano. Sai sal, azeite, vinhos e salga de peixe; entram panos e cereais, vindos de Norte; e, do Sul, dos confins mediterrânicos, aportam metais, sedas, especiarias e alguns exotismos, que vão entranhando na Rua Nova os odores sugestivos das lonjuras do Oriente. Neste aligeirado deve e haver, recorde um produto essencial: o biscoito. Produzido sobretudo nos fornos de Vale do Zebro, alimentados pelos moinhos de maré espalhados nas áreas alagadiças da Outra Banda, o biscoito é o alimento base — o pão, dir-se-á — da marinhagem das armadas que demandam o mar largo, e, claro, dele se reabastecem igualmente os navios estrangeiros que zarpam de Lisboa. O biscoito tem, por isso, ao longo dos séculos, uma importância fulcral no complexo económico do estuário do Tejo, forte indício da porosidade entre as margens do rio. Registada esta lembrança diluída no tempo, regresso à Rua Nova. [...]

A relação tão próxima com o rio, com o seu cheirinho a maresia, contida tão-só por uma meia muralha ao longo da fachada Sul, desvanece-se de vez com a construção da Cerca Nova, a partir de 1383, o ano seguinte ao desaforo de Henrique II, que faz gato-sapato da cidade. A nova muralha avança sobre a praia uns metros largos adiante da de D. Dinis, criando uma folga de terreno logo preenchida por uma nova via tão paralela quanto calha, mais estreita e mais curta que a Rua Nova, depois denominada Rua da Confeitaria, ambas interligadas por duas passagens estreitas nos baixos dos edifícios, conhecidas respectivamente por Arco dos Pregos, mais a poente (originalmente dito dos Açougues), e o Arco dos Barretes, mais a nascente. Daí, a Rua Nova substitui o *chap-chap* das águas pela algazarra quotidiana, separada agora do rio por terrenos de pronto urbanizados, em conformidade com a obsessão de ocupar um tanto às três pancadas todo o espaço disponível, espécie de *cabe-sempre-mais-um*, evidente no emaranhado irrespirável da restante Baixa. Atitude desenrascada apregoada como virtude inscrita nos genes do gentio, por vezes, é certo, com efeitos surpreendentes, e outras nem tanto, ditada na verdade pela escassez atávica de meios. Os ricos não se desenrascam. [...]

Já mais enquadrado na geografia urbana local, passeio de olhos bem abertos pela Rua Nova dos Mercadores, prestimosamente calcetada desde os tempos de el-rei D. João II, cuja descrição ao longo das décadas é tema farto para alimentar todo o género de ficção mais ou menos verista. Nestes tempos do senhor D. Manuel há cor, há cheiros, há muares a aliviarem-se, há exotismos, há especiarias raras e tecidos de encantar, há linguajares diferenciados, há trânsitos desencontrados, há papagaios a esvoaçar e saguins a saltitar e cãesitos a ladrar e gatos a vadiar, há pregões, há empurrões, há impropérios, há dichotes, há piropos e, claro, para tudo empolgar, há dinheiro, muito... dinheiro. E, claro, obras... muitas obras. Há tudo o que se queira ou se possa imaginar, nesta espécie alongada de bazar onde converge o maravilhado olhar europeu com as bizarras feéricas e inesperadas chegadas de fora parte, seja das Áfricas, seja das Índias, seja agora dos futuros Brasis. E há, sobretudo, gente, muita gente, clara, escura e assim-assim, num virote sem parar de cá para lá, animada como quem se sente a viver tempos como nunca se viram e que, quase de certeza, pressente que não se repetirão. A euforia anda à solta nesta rua de Lisboa a rebentar pelas costuras.<sup>166</sup>

Como se disse, os capítulos que se seguem estavam em fase de reescrita e são, por isso, mais difíceis de analisar. *Grosso modo*, todos se referem à Lisboa quinhentista. No primeiro, compara a visão da cidade de Góis com a de Holanda, no segundo, apresenta as cidades em números estatísticos e, no último, despede-se de nós com um passeio pelo Tejo, no qual acaba também por piscar o olho ao realizador italiano Federico Fellini. Sarmiento de Matos sempre imbatível com estas conjugações improváveis.

Seguimos com mais um excerto de cada um destes três capítulos.

<sup>166</sup> José Sarmiento de Matos, «Onde se passeia sem pressas na Rua dos Mercadores» (processado em computador), APJSM, s/d, s/p.

## LEITURAS QUINHENTISTAS DE LISBOA

Ao instalar-me de armas e bagagens de escrita no universo lisboeta do século XVI, adquiero aos poucos a sensação cómoda de já me sentir em casa. No itinerário atribulado pelo mundo medieval, vasculhei lendas, intui sinais, coligi informações desgarradas ou cingi-me sem grande alternativa a interpretações mais tardias, tentando a decifrar as razões de gente tão distante, na contagem dos anos como nas coordenadas mentais. Com recurso à imaginação, estiquei as redes analíticas mais à mão, caminho tacteado na beira do abismo entre formas tão diversas de agir e pensar, pois averbar à partida a vontade de fazer tábua rasa de ideias feitas não ilude a consciência de fracasso anunciado na identificação almejada com os produtores das informações escassas de que me fui socorrendo. Não é fácil — é impossível, mesmo — partilhar com eles a cem por certo o feixe anímico que lhes move os gestos e sustenta as decisões. Agora, no século XVI, as coisas mudam um tanto de figura. Além das crónicas, sempre oficiosas, já lido com testemunhos escritos de outra ordem, produtos de uma atitude mais analítica e programática, em que o discurso racional se substitui lentamente ao registo do maravilhoso. Ao folheá-los, escorre alguma cumplicidade de olhares, desfiam-se laivos de afinidade nos pressupostos que os estruturam, entendo-os sem necessidade de recurso a decifrações de sentidos: ou seja, o pensamento que os alimenta contém alguns tópicos ainda bem sensíveis nos dias que correm. Tomando a palavra no sentido mais lato, direi que, neste particular, franqueio o limiar do «tempo moderno».

Esta proximidade acentua-se na abordagem da «Cidade». Mero aglomerado em que o «Acaso» ganha foros de urbanista, as preocupações medievais com a urbe não vão além da componente defensiva — as cercas de D. Dinis e D. Fernando —, a garantia de controlo político e a colecta eficaz das rendas. Ora agora a cidade passa a ser alvo do crivo estatístico, a esmiuçá-la como um todo orgânico; é objecto de descrições que a exaltam como território primordial da acção da monarquia; e presta-se a conceitualizações teóricas, antepassadas tímidas dos planos de intervenção.

A cidade transforma-se no laboratório por excelência do «Homem Novo», menos subjugado aos temores superiores ou da mãe natureza que o débil sujeito anterior, arrogante até na partilha divina de pensar as coisas passíveis de modelação, de conformação a critérios de razoabilidade, funcionalidade ou monumentalidade. Para o observador

quinhentista a urbe é o indicador privilegiado de *grandeza e majestade*, atributos de qualquer poder político com pretensões, e é através dela que se toma verdadeiramente o pulso a sucessos e fracassos. Como era de mudança, o século XVI balança entre a herança viva de um «tempo de Cidades» e a germinação em fundo rouco do novo parâmetro «nacional», aliás com anúncio estrondoso no registo épico: N'Os *Lusíadas*, Camões apresenta a «alma portuguesa», projectada para já à escala da dispersão de andanças «do peito ilustre lusitano». Quando a «Nação» ainda está na forja, é a «Cidade» que corporiza a identidade dos projectos de poder. [...]

Encafuado durante séculos nos recônditos de um arquivo — ao invés da *Descrição* de Góis bem conhecida em virtude da impressão —, o manuscrito de Holanda transmite um retrato bem menos «maravilhoso» de Lisboa, que hoje se torna achega fundamental para me aproximar da cidade. Não como um lugar mítico, é verdade, mas como um aglomerado urbano sobre o qual se debruçam olhares que, apesar de tão díspares, a desejam exaltar entre todas as outras urbes europeias que julgam bem mais modestas, menos «presunçosas», diz Holanda, pois «não dominam Oriente nem Poente como Lisboa.» [...]

Se Góis é indiferente às particularidades de gosto dos edifícios que enaltece, sejam manuelinos ou, mesmo, anteriores, já Holanda esquece-os deliberadamente como produto de uma arte carregada ainda de reminiscências «bárbaras», epíteto que cobre tudo aquilo que não obedece à norma clássica que lhe baia o entendimento. Um exagera nos adjectivos, no intuito louvaminheiro, indiferente às variedades estilísticas que pouco ou nada lhe dizem, enquanto o outro empola acintosamente o desdém que professa por tudo que não lhe cheire aos ditames renascentistas de Alberti ou Sérlio, bebidos no romano Vitruvius, endeusados como única moldura credível do ansiado espelho «imperial» alfacinha.

Presos às opções previamente definidas, ambos se irmanam na distorção voluntária da realidade, pois a «verdadeira» Lisboa que o meu olhar distante intui nem é a «cidade maravilhosa» que Góis enaltece, nem a urbe quase «pindérica» que Holanda desdenha. A presunção de *Grandezas* que Lisboa deve reflectir como imagem convincente de um poder com ambições planetárias, alimento matricial destes dois escritos, lança um véu condicionador da *Descrição* hiperbólica de um e da ilusão convicta *Da Fábrica que*, para o outro, *Falece*. E «ser» e «dever ser» são categorias que por definição nunca coincidem. É dos livros.<sup>167</sup>

<sup>167</sup> José Sarmento de Matos, «Onde se visita o escritório de Luís Mendes de Vasconcelos para prosseguir as "leituras" quinhentistas de Lisboa» (processado computador), APJSM, s/d, s/p.

## AINDA LISBOA DO SÉCULO XVI

Cosmopolita, culto e viajado, tratando o latim por tu e amigo de Dürer que o retrata, Damião de Góis regista na *Descrição de Lisboa*, aqui mesmo no Pelourinho Velho onde me encontro, esta curiosidade alfacinha de homens sentados diante de mesas que redigem, mediante um pagamento *conforme o assunto, cartas, mensagens amorosas, elogios, discursos, epitáfios, versos, louvores, orações fúnebres, petições, notas e coisas deste jaez que se lhes pedem*. Fico um tanto perplexo perante este *intermezzo* lúdico algo desfasado entre a descrição das maravilhas de Lisboa em pedra e cal, desconfiado mesmo se não existe alguma dose de ironia *snoob* na classificação deste dado como o espelho mais acertado para o humanista *avaliar a grandeza de Lisboa* e das suas gentes. A verdade, é que afirma que *nunca vi fazer coisa semelhante noutras capitais da Europa*. Ou me engano muito, ou está a evidenciar os costumes inesperados de uma cidade onde a maioria esmagadora da população não sabe ler nem escrever.

Registo este detalhe insólito dos hábitos lisboetas pois é ideal para fazer o *racord* entre a consideração exclusiva da cidade *monumental*, que preenche a maior parte do texto de Góis, e a gente multifacetada que ciranda pelas ruas, os seus hábitos e as suas instituições administrativas, matérias que preenche o *Sumário de Lisboa em 1551*, de Cristóvão Rodrigues de Oliveira. [...]

É uma espécie de relatório *avant la lettre* de um serviço de estatística, onde enumera exaustivamente as freguesias existentes, com todas as ruas, fogos e número de habitantes, mais as casas religiosas, estas acompanhadas de curta sinopse histórica, os múltiplos serviços públicos, instituições assistenciais, como o Hospital de Todos-os-Santos e a Misericórdia, as confrarias e, contribuição inestimável, a listagem da *Gente de Ofícios que há em Lisboa*, com especificação de profissões, sejam masculinas ou femininas. Enfim, um manancial inesgotável para o retrato físico e social da cidade quinhentista, elaborado mesmo no meio do século, que aliás serve de guia de leitura para o contemporâneo *Tombo da Cidade de Lisboa*, levantamento restrito à propriedade municipal, já estudado por A. Vieira da Silva. No fim do livro, o autor reúne uma curta síntese da história citadina, sob o título «Do Sítio e Descrição de Lisboa». [...] Quanto à população geral da cidade, a estimativa dada pelos róis de confessados aponta para cem mil habitantes, número que de facto a isola como verdadeira metrópole à escala europeia. No entanto, o quantitativo peca por defeito pois não abrange a constante população flutuante — sejam estrangeiros mais ou menos fixos ou mareantes

em trânsito —, nem as freguesias limítrofes, e fica-se por saber se todos os que habitam portas adentro do paço régio e das grandes casas fidalgas são efectivamente contabilizados. Só um exemplo. Apesar de o Duque de Bragança ter por *capital* Vila Viçosa, são bem conhecidas as suas estadias frequentes em Lisboa, onde dispõe de vasto paço na zona das Portas de Santa Catarina, com largas dependências. A envolvência do duque, organizada à imitação da casa real, é composta por centenas de pessoas, entre fidalgos e serviçais. Ora, em cada uma dessas deslocações, acompanham-no boa parte delas, sobrecarregando a densidade humana efectiva de Lisboa. O mesmo se diga do duque de Aveiro, que embora em menor escala que o émulo brigantino, se rodeia de uma multidão sempre que passa de Setúbal a Lisboa, e se instala nos seus paços junto à Esperança. Não contabilizados igualmente são os religiosos: clérigos extravagantes, cônegos e beneficiados, frades e freiras, num total de mais de duas mil e quinhentas almas bentas, acrescidas da gente de serviço que cada casa alberga, que por certo não andarão longe de outro tanto. Portanto, a realidade vivida ultrapassa em muito a percepção mais estática decorrente do somatório simplista dos róis de confessados.

Uma outra ausência se evidencia, embora talvez difícil de levantar com precisão. O *Sumário* não refere nunca os escravos, quer africanos, quer ainda muçulmanos, em especial berberes do Magrebe, cativos das rusgas punitivas na pirataria tão activa. É descabido, com certeza, lançar para o ar qualquer estimativa, mas os primeiros, provenientes do activo comércio na costa de África, contam-se adstritos ao serviço de casas fidalgas ou de gente de bolsa farta pelos tratos ultramarinos e os segundos, muito numerosos, focados sobretudo em tarefas de marinharia. É chique ostentar pujanças nas tonalidades variadas dos serviçais.

Por falar em africanos, muitos deles remidos da escravatura por liberalidade dos respectivos proprietários — fundando mesmo um bairro, como adiante refiro, como activas confrarias —, há dois apontamentos a merecer atenção, para tornar mais nítida a percepção do terreno em que me movo. Ao entrar na Igreja da Conceição-Velha, antiga sede da Misericórdia de Lisboa, salta à vista a actual capela-mor — antiga do corpo lateral, pois o templo é reorientado no pós-terramoto —, de carácter elegante e sóbrio, na linha da interpretação vulgarizada dos valores renascentistas por cá difundidos — aliás em contraste com a exuberância manuelina da fachada —, obra de Jerónimo de Ruão, o arquitecto da capela-mor dos Jerónimos. Mas o que a capela tem de mais curioso é a personagem que a manda edificar. Simoa Godinho, mais conhecida na gíria por *preta Simoa*, mulher riquíssima, cujo afã construtor não se limita a esta capela, destinada a sua sepultura, mas funda igualmente,

em 1595, a Cartuxa das Laveiras, para os discípulos de São Bruno, em local então pouco mais que ermo, solidão adequada aos rigores eremíticos da congregação. Com muito dinheiro contado, Simoa Godinho, sem filhos, aplica-o como é hábito antigo em fundações pias, garantia prometida do desejo primordial de salvação da alma.

A senhora personifica um caso de sucesso da activa miscigenação em curso na pulverização portuguesa pelas margens oceânicas.



Igreja de N. Senhora da Conceição Velha, 2015.

Em trabalho recente lido de perto com esta personagem, e fico então a saber que é neta materna de um tal Godinho, reinol de gema, que angaria cabedais em São Tomé, nos tratos dos açúcares, pois o arquipélago é neste período fonte inesgotável do produto, origem certa para grandes fortunas. Deixa duas filhas mestiças, sendo uma delas a mãe de Simoa Godinho, herdeira da enorme fortuna que o avô iniciara com a produção do açúcar.

Esta herdeira cobiçada casa com Luís de Almeida, capitão-donatário da ilha vizinha do Ano Bom. Reluzente, o casal instala-se com estardalhaço em Lisboa, na Ribeira Velha, perto da Casa dos Bicos, indiferente aos olhares de esguelha que a condição da senhora por certo concitam, e, uma vez viúva, Simoa Godinho ganha créditos pela largueza benemérita com que investe em obras religiosas. Com tanta matéria-prima para distribuir, está-se a ver que não lhe falta séquito de clérigos, volteando

em seu redor em busca de uma esmola para a casa tão carenciada. Este caso singular desencadeia reflexões pertinentes, além de reforçar o carácter exótico do panorama humano lisboeta, colorido na mistura racial pelas ruas da cidade, com papagaios e macaquinhos de estimação, sedas dos orientes, joalharias indianas e fragrâncias especiosas provindas dos confins do mundo. E a essência reflexiva resume-se numa simples pergunta: será que o caso de Simoa Godinho, aventura de uma mulata rica em Lisboa, com a clerezia à babugem da mínima agitação da bolsa recheada, é verosímil então noutras sociedades europeias? Duvido. Na verdade, exceptuando a acrimónia militante contra as diferenças religiosas, as heréticas e, sobretudo, os judeus mais próximos, intuo o meio alfacinha bastante tolerante, capaz até de tirar partido da boa receptividade face ao inusitado, com receptividade reforçada quando nos bolsos tilintam as moedas ansiadas. Diga-se que no testamento, em que a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa é herdeira principal, Dona Simoa dá carta de alforria a todos os inúmeros escravos de São Tomé que com ela vivem, deixando-lhes quantias suficientes para fazer pela vida como cidadãos livres. [...]

Visto tudo isto, está aberto o apetite para saborear a parte mais curiosa do *Sumário*, dedicada a *Gente de Ofícios que há em Lisboa*, expurgada já das categorias indefinidas acima isoladas. Isto é, fixo-me exclusivamente nos denominados *oficiais mecânicos*. À cabeça cumpre dizer que a vasta listagem se encontra dividida em duas partes: *Homens* de um lado, *Mulheres* de outro. Esta dicotomia, à primeira vista natural, desperta algumas questões no respeitante à posição da mulher na sociedade de então. Embora muitas senhoras das classes superiores desempenhem papel determinante em questões relevantes, com ênfase nos assuntos de propriedade e gestão de bens familiares, como a instituição de morgadios e capelas — sobretudo se bem herdadas —, já duvido que qualquer estatística sobre esses estratos elevados se divida de forma tão nítida entre um universo masculino, de uma banda, e o feminino, da outra. As fidalgas estão inseridas numa malha em que o referente é sempre o marido ou o pai — o homem, pois —, não sendo fácil autonomizá-las no seio dessa realidade como produtoras independentes do seu próprio sustento. São sempre esposas e filhas, ou então freiras, categoria mais difusa que só ganha realce no caso das abadesas, detentoras da carga suplementar de dar atenção a rendas e terras nos intervalos dos horários estritos da clausura.

Ora, no respeitante às pessoas do sexo feminino enumeradas no *Sumário*, é evidente que a maioria são igualmente casadas e mães de filhos, mas são aqui individualizadas à margem da estrutura familiar,

consideradas exclusivamente pela actividade profissional que exercem por sua conta e risco. Não se trata de mera curiosidade, mas sim, como tudo indica, uma forte componente da estrutura social, ditada com certeza pela necessidade primária de aumentar os réditos do agregado familiar. Mas se o hábito não faz o monge, a verdade é que este protagonismo cria a consciência, se calhar ténue, de alguma independência, só presente nas esferas mais altas em casos de senhoras muito ricas, viúvas abastadas ou herdeiras solitárias — de qualquer forma, uma minoria no cômputo global.

Este não será o lugar indicado para me alongar sobre este tema tão interessante, que surge, inesperado, da consideração esmiuçada de uma mera estatística. Mas verdade, verdadinha, é que esta singela separação de estatutos concede a estas *mulheres de ofício* um lugar específico na mundivivência da época. Valem por si sós, materialmente independentes de pais e maridos, em certa medida disputando com eles, taco a taco, um papel vital na orgânica do grupo em que se inserem.

E são muitas, bem como os ofícios, pois só *lavradeiras* (hoje dir-se-á *bordadeiras*), a primeira categoria enunciada, são nada menos de mil, cento e setenta e três. Depois há dezenas de especialidades para todos os gostos e sonoridades, entre as quais as seguintes: *esparavelheiras* (dezoito), *gibiteiras* (dezassexis), *Mulheres que fazem alfeloas* (vinte e três), *Mulheres que fazem zevezinhos* (vinte e quatro), *Farteleiras* (vinte e seis), *Cuscuzeiras* (vinte e três), *Estopeiras* (trinta), *Adelas* (quarenta e uma), *Cambadeiras de ceitis* (dez), *Mulheres que dão camas* (trinta e seis), *Mulheres que rapam púcaros* (treze), *Mulheres que perfumam luvas* (oito) e, para terminar em algararra saudável, as *Regateiras da Ribeira* são seiscentas e sessenta, e as *Regateiras de porta* atingem a bela soma de novecentas. Um chinfrim!<sup>168</sup>

**168** José Sarmento de Matos, «Onde se alonga a conversa sobre as "leituras" de Lisboa no século XVI» (processado em computador), APJSM, s/d, s/p.

## UM PASSEIO PELA RIBEIRA DO TEJO

Quando, em 1991, se escolhe o limite ribeirinho da Zona Oriental para implantação da Expo'98, não haverá por certo a consciência que essa decisão desencadeia uma dupla celebração histórica. É claro que a comemoração do quinto centenário da primeira viagem de Vasco da Gama constitui o motivo central da festa desejada e, como tal, abafa qualquer outra lembrança, dada a ruptura que esse feito imprime no curso da história. A Toynbee fala mesmo das épocas *pré e pós gâmica*, antes e depois da consciência prática da unidade geográfica planetária, que o sucesso dessa viagem acarreta. Mas será de lembrar também que, na dimensão mais comezinha da relação de Lisboa com o Tejo, esse momento de euforia ir-repetível, que a cidade vive em 1498, aberta assim a todos os quadrantes do planeta, contagia tudo e todos. Leva-a a esquecer-se de muralhas e medos, escancarando-se ao rio de forma progressiva e consistente.

Senhora das rotas dos mares, ponto de chegada de gentes e produtos de origens desvairadas, ou seja, bem segura de si e da posição cimeira na galeria aberta ao desenrolar da história, Lisboa oferece-se descarada ao desfrute com o Tejo. Permita-se o floreado desta imagética libertina, mas, de quando em vez, calha bem colorir a escrita *com aquela licença que Horácio dá a pintores e poetas*, como sentenciava João de Barros. [...]

Ora, nem por acaso, é esta leitura globalizante da relação da cidade e do rio, através da exaltação dos pólos que a equilibram — ao centro, a poente e a nascente —, que ganha foros de celebração do processo vivido no século XVI, na sequência da euforia de 1498. É tempo, pois, de tomar o batel e iniciar o passeio ribeirinho indispensável para dar *espírito de vida às letras* e ensaiar o relato do *que fizeram* [...] *os primeiros que foram no princípio dele*.

*E la Nave va...* Poderia, como Fellini, acolher na passeata no Tejo uma mão-cheia de personagens quinhentistas e estabelecer entre elas um *Diálogo* à maneira clássica, género que o século XVI tanto cultivava pois Platão é mais que nunca uma matriz. [...]

Uma vez escolhidas as personagens representativas do universo quinhentista, a barca derivaria de cá para lá, ao capricho das marés, com a cidade como cenário vivo que as deixas da conversa esmiuçariam a pouco e pouco. No entanto, tenho que admitir que, apesar de rumo apetecível, talvez seja exíguo o engenho para tarefa de tal monta.

Qualquer tirada mais delirante de algum dos comparsas, ou qualquer fantasia, um aparte certoiro, ou, até, uma gargalhada sadia, tal como

as inevitáveis discussões mais vivas e acaloradas — imagine-se se me dava para juntar a bordo Damião de Góis e o Padre Simão Rodrigues de Azevedo, jesuíta acalorado — imporiam desvios à conversa, correndo até o risco de ir atrás das temáticas que rasgam a ferro e fogo o panorama cultural, empurrando para segundo plano o tema central que pretendo focar. Isto é, entender, com a possível precisão, o processo lento de ocupação da margem, desde a Praia do Restelo até aos confins de Xabregas, passando com certeza pela novidade da Baixa e o novo Terreiro do Paço. Por isso, embora *La Nave va*, ela seguirá atafulhada tão-só de notas, apontamentos, lembranças, referências, documentos, opiniões, plantas, imagens e canhenhos, além do olhar tanto quanto possível fixado em nada deixar escapar. Conto, claro, com a capacidade imaginativa do leitor para intuir eventuais virtualidades fotográficas — filmicas será, talvez, pedir muito — que o correr da viagem de letras consiga desencadear. [...]

Tomo o barco no pontão frustre sobre o rio que serve o mosteiro de São Bento de Xabregas, que nos finais deste século XVI e inícios do seguinte irá assistir a profundas transformações e, inclusive, à mudança do nome por que é conhecido. A teimosia iluminada do Padre António da Conceição, o depois dito Beato António, insiste em fazer de novo o grande convento a partir dos parques sete tostões de que dispõe. Enlevado no fervor, dá largas à imaginação miraculosa e, tal como Cristo no tocante aos pães, também ele transforma a quantia ridícula na soma choruda que permite levar a cabo o seu sonho construtivo. Graças a muitas e boas ajudas, muita fé do Beato e algumas fezadas de outros intervenientes — com destaque para o já conhecido Vice-Rei D. Cristóvão de Moura e D. Joana de Noronha, com os quais adiante voltarei a conversar —, a verdade é que o convento hoje dito do Beato, em lembrança desse religioso teimoso, pertinaz e convincente, cresce desmesuradamente, passa a exibir uma das maiores igrejas de Lisboa, hoje infelizmente tão maltratada, e desdobra-se em claustro magnífico e amplas dependências, mais uma escadaria aparatosa mais tardia, feita por obra e graça do futuro D. João V, quando ainda Príncipe do Brasil.

A minha visita de raspão dá-se, no entanto, anos antes de estas paragens se extasiarem com o fulgor da verve do Beato, exuberante e convicta, quando o modesto convento ainda apresenta a frugalidade quatrocentista original — com um ou outro acrescento, como a fábrica por D. Manuel de um quarto à parte destinado a *desenjojar-se* na companhia dos cónegos *das suas maiores penas e aflições* [...], como escreve o cronista adiante mencionado — bem longe portanto da euforia das *grandezas* arquitectónicas exaltadas pela paixão do Beato António. [...]

A protagonista desta inesperada fundação de uma casa religiosa em lugar ao tempo tão despovoado e longínquo desperta alguma atenção, pois é uma daquelas personagens que a história feita facilmente quase esquece, citada somente como filha de um desafortunado infante e regente, D. Pedro, mulher fugaz de um rei, D. Afonso V, e mãe de um outro, D. João II, que deixa órfão à nascença. A Rainha D. Isabel, de sua graça (1432/55), é pois uma figura que passa breve na história, mas que apesar desses sucintos vinte e três anos de vida encarna a pacificação política da vida portuguesa. Após o desenlace trágico de Alfarrobeira, consegue minorar a sanha persecutória e, inclusive, que o rei e marido autorize que o malogrado infante seu pai seja finalmente sepultado na Batalha. Cerimónia a que já não assiste, pois morre pouco após o nascimento do único filho varão, o futuro Príncipe Perfeito, sempre tão marcado pelos rancores de estimação dos íntimos de sua mãe que o criam, não deixando nunca perecer a memória ensanguentada do avô, D. Pedro. [...]

Desviar, ou melhor, recorrendo a fórmulas ferroviárias, fazer agulha para um ramal inexplorado é tentação atraente a que a curiosidade não consegue resistir.

O leitor reserve alguma da sua condescendência para esta vertigem que amiúde assalta a narrativa, acedendo ao desafio de desvendar trilhos que estão mesmo à mão de semear e, tantas vezes, escondem mensagens pontuais, finas e certeiras, que a história feita só de generalizações, nomes, datas e factos quase sempre cilindra, nem sequer as remetendo para o território miudinho das irritantes notas de pé de página. Há certas informações — ou desabafos, como se queira — expressas há séculos que, se bem reflectidas, conduzem ao âmago da dimensão cultural de uma época, ajudando na tentativa de captar perspectivas inesperadas. E, sobretudo, diminuem a tendência natural para se focarem sobre o passado, entendimentos e sentidos vivenciais que marcam a actualidade de quem olha. No fundo, como desabafa Júlio de Castilho em passagem já citada, é difícil fugir à atracção *de tão boas amoras ao longo das sebes do caminho*.

[...] Todavia, a mais atraente constatação que esta deriva por Xabregas permite é o facto inesperado de toda esta azáfama construtiva à beira-rio se dever à iniciativa desassombrada de três mulheres. A frágil Rainha D. Isabel, lembrada em São Bento, a astuta e sabida Condessa D. Guiomar, à espregueira do seu sarcófago de São Francisco, e a sóbria e onnipresente D. Leonor, figura cimeira deste tempo charneira da história portuguesa, ligada para sempre à sua Madre de Deus. Esta forte presença feminina, já detectada noutras épocas portuguesas, mantém-se

inalterada neste tempo em que aos varões compete SEREM HOMENS e às senhoras cabe a tarefa prosaica de arrumar e gerir «a casa», formar as sucessivas gerações, fundar mosteiros e paços familiares, abrir ruas e actuar na penumbra da história para que tudo corra a contento. Completam-se: eles agem e elas velam.

*E la Nave va...* E o passeio continua. Como a maré desce com força, aproveita-se a embalagem e, sem se deter a viagem, segue-se directo a Belém, esperando depois a subida das águas para um regresso ao ponto mais emblemático desta definitiva tomada de posse da Ribeira de Lisboa: o novo Terreiro do Paço. Enquanto a embarcação segue acelerada pela impetuosidade da corrente, o perfil da margem desenha-se em linha nítida, saltando ainda à vista as altas barrocas a pique sobre o rio, coroadas no alto por um ou outro edifício atrevido, as pedreiras sempre activas em época de tanta construção, e até algumas furnas que entram rocha dentro, sempre atractivas para os mais afoitos na senda de aventuras. Destacam-se para já duas construções pouco mais que solitárias a cavaleiro das águas, alcandoradas nas fragas da margem. Uma delas é recente, pontuando o percurso de quem vem de Xabregas. Isto é, situa-se no ponto exacto em que a estrada oriental, romana nos seus primórdios, então mais se abeira do rio, olhando-o da altura da forte barroca. Trata-se de uma singela ermida, de cruz alçada na empena a santificar a paisagem, destinada a baptizar toda uma activa área futura da cidade. O seu fundador — ou fundadora, já que por aqui, como se nota, pontificam senhoras —, cuja identidade é uma incógnita, dedicou-a à mártir Santa Apolónia, por certo sua especial devoção. A data da fundação é igualmente desconhecida, mas poderá dizer-se ao certo que já está de pé em 1485, pois neste ano é referido num emprazamento [...] o caminho público onde está a ermida de Santa Apolónia.

Mais tarde nela se instala a confraria dos Confeiteiros, até à sua transformação seiscentista em Recolhimento, depois mosteiro de Clarissas, bem apertado no trato de terra entre a via pública e a barroca, com igreja sempre *combatida das ondas*, imagem sugestiva constante de um documento de 1728. Junto à ermida, mas mais abaixo, ergue-se agora uma casa ribeirinha, com cais de pedra sobre o Tejo — hoje irreconhecível no casarão que alberga a sede da *Refer* —, outrora integrada no morgadio seiscentista instituído por António de Sousa e Meneses, dito o *Braço-de-Prata*, pela prótese em metal precioso que substitui o membro superior direito levado por uma bombarda holandesa nas refregas do Brasil. Lá dentro, ainda se guarda um belo portal manuelino, neste tempo talvez abrindo sobre o cais, a despertar a atenção de quem segue na boleia da corrente. De quando data? É segredo bem guardado,

mas atendendo ao desenho caprichado da pedra, aponta para este primeiro quartel do século XVI, inserido, pois, na euforia de conquista segura da margem baixa do rio. Mais um ancoradouro convidativo para acostar. [...]



—  
Santa Apolónia,  
2012.

A narrativa alonga-se, perde-se nos meandros que ela própria enleia, mas o curso do dia não se compadece dos seus atrasos. O passeio, que se desejaria rápido, arrasta-se em derivas e a-propósitos e, sem se dar por isso, o dia esvai-se em rasgões vermelhos além da Barra. No lusco-fusco arribo à praia da Junqueira, alongada e quase deserta, animada somente, já em meados do século, pela bela ermida de Santo Amaro, casulo redondo a coroar a arribalá no alto, com seu escadório a descer em lanços até cá baixo, à beirinha da praia. Se calhar ser dia de romaria da gente

de marinhagem a animação em redor será intensa, com devotos, escada-abaixo/ escada-acima, no empenho sincero de cumprir promessas, dar graças por mais uma viagem trazida a bom porto.<sup>169</sup>

Da sua vida privada poder-se-à dizer, como Alberto Caeiro, que todos os dias foram dele. Do seu percurso como olisipógrafo, nada melhor que o resumo que o próprio Zé nos quis deixar:

Um percurso que fui construindo por vontade e por intuição. Talvez mais por intuição do que por vontade, não sou um grande voluntarista. Às vezes, pareço até preguiçoso. Há coisas que demoram muito tempo a chegar. Andam aqui, e eu ando pelo jardim de um lado para o outro até a perspectiva exacta sair. Tenho muitos estudos feitos que ainda não foram publicados. Espero que um dia mais tarde, quando eu desaparecer, alguém pegue nesses estudos todos e faça alguma coisa com eles.<sup>170</sup>



—  
Zona ribeirinha,  
2020.

**169** José Sarmiento de Matos, «Onde se inicia o passeio pela Ribeira do Tejo» (processado em computador), APJSM, s/d, s/p.

**170** Ana Soromenho, *op. cit.*, p. 64.

—  
Zona ribeirinha,  
2020.





# IV

## *Último ato*

N I M P R E N S A  
N A C I O N A L

© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

*[...] um dia deu-me o sono como a qualquer criança.  
Fechei os olhos e dormi.*<sup>171</sup>

## ~Alberto Caeiro

A partir da década de 1990, a saúde de Sarmento de Matos sofre vários reveses fortes. Primeiro, o rebentar de uma úlcera obriga-o a receber uma transfusão de sangue. Seria um dos muitos doentes que nessa época recebeu sangue contaminado, facto que lhe provocou uma Hepatite C que fragilizou a sua saúde.

Anos mais tarde, teve um problema de coração que só seria resolvido com uma intervenção cirúrgica. A operação correu bem, mas uma bactéria multirresistente obrigou-o a ficar internado no Hospital de Santa Cruz durante cerca de três meses.

Posteriormente, ser-lhe-ia diagnosticado um cancro. Numa primeira fase, o «bicho», como ele lhe chamava, foi controlado, mas a falta de exames periódicos ditou o alastrar da doença. Já na fase final, teve ainda mais uma provação. Uma queda dentro do hospital onde fazia os tratamentos de quimioterapia provocou-lhe uma fratura que o obrigou a mais uma imobilização inesperada.

Apesar de tudo isso, Sarmento de Matos encarou todas estas adversidades com uma certa bonomia, acreditando quase até ao fim que também iria conseguir ultrapassar a doença. Infelizmente, acabaria por falecer no dia 28 de outubro de 2018. Os irmãos, os sobrinhos e alguns amigos seriam incansáveis nesta última fase da sua vida. Destes últimos, dois estiveram quase sempre presentes, o vizinho de patamar e jardim, Miguel Teles da Gama, e Maria Antónia Oliveira. São deles os textos evocativos que se apresentam em seguida.

Começemos pelo de Miguel Teles da Gama.

«Quis o destino que o 1.º direito da rua doutor Teófilo Braga vagasse (eu vivia no primeiro esquerdo) pela mesma altura que o meu amigo Zé (JSM) estava a equacionar mudar de casa. Assim que lhe propus vir ver a casa, percebi que ele sentiu imediatamente uma enorme vontade de ir para lá viver, uma vez que se situava na Estrela, que, ao contrário de Campo de Ourique, ainda mantinha muito do comércio tradicional e familiar, para além de ser uma zona mais histórica da cidade. Para além disso, a casa tinha uma particularidade. Um pequeno jardim dividido por uma paliçada que se estendia até um pequeno pavilhão, onde o Zé instalou a sua Biblioteca e o seu local de trabalho.

<sup>171</sup> Fernando Pessoa, *op. cit.*, p. 126.

Assim que se instalou, tratou de averiguar qual seria o nome da rua antes de se chamar Teófilo Braga, uma vez que todas as ruas envolventes têm nomes de Santos (São Bernardo, Santo Amaro, Santo Ildefonso, etc.) e esta um nome de um Ex-Presidente da República. Na verdade a nossa rua havia-se chamado rua de Santa Gertrudes, tendo sido alterado o nome pelo facto do doutor Teófilo ter nela habitado.

O Zé tinha uma capacidade de reinventar a própria história da Cidade, não só do ponto de vista arquitetónico, como da relação da Cidade com os vários povos que nela habitaram (ler *As Chegadas* e *As Vésperas*), e conseguia construir personagens (talvez algum *alter ego* dele mesmo) que contavam a vida e evolução da Cidade e dos seus recantos de uma forma viva.

Uma vez, falou-me acerca do palácio Foz e da sua inicial construção pelo conde de Castelo Melhor. Explicou-me que as obras sofreram atrasos (como ainda hoje acontece) e era urgente estarem prontas para a festa de casamento do seu filho com a filha do marquês de Nisa. E descreveu os convidados a entrarem no palácio, passando por uns passadiços de madeira com os trabalhadores ainda a colocarem uns últimos lajedos. A marquesa de Nisa acolitada pelos padres Roma e a criticar o facto de ter que passar por aqueles estrados de madeira. Contou-me esta história como se lá tivesse estado. Na verdade, os ditos padres Roma (confidentes da marquesa de Nisa) eram seus parentes, e a marquesa minha quinta avó, daí ele dar um tom tão familiar a esta história passada há mais de 150 anos.

Uma vez, fomos almoçar pela zona da Mouraria, e, depois do repasto, o Zé levou-me a conhecer um dos mais significativos patrimónios de azulejaria em Lisboa, e quase desconhecido para os Lisboetas. Falo do Colégio dos Meninos Orfãos. Trata-se de um edifício perto do Martim Moniz (junto à antiga esquadra da polícia), cuja simplicidade da fachada esconde uma escadaria forrada de azulejos do século XVIII com as representações de cenas do velho e novo testamento. Um tesouro do nosso património que era bom que não fosse esquecido.

Lembro-me de um dia o Zé me falar com imenso entusiasmo de uma nova teoria sua acerca de um local aqui tão perto da nossa casa. Terá sido provavelmente polémica, até porque, depois da sua morte, o assunto tem vindo a ser debatido devido à moda da reparação moral do nosso passado colonial. Falo do Poço dos Negros. Tanto se havia teorizado acerca de tão macabro e misterioso lugar, onde provavelmente se encarceravam os negros antes de um embarque num dos muitos navios negreiros que aportavam no estuário do Tejo para abastecer para mais uma viagem transatlântica. Ou mesmo, poderia servir como

vala comum para os corpos já mortos de negros que não chegavam sequer a partir...

Na verdade, o Zé viu esse lugar com outros olhos, diria mesmo com outra clareza e clarividência de alguém que conhecia verdadeiramente a Cidade. Segundo a sua teoria, aquele poço (chamado dos negros) era somente um poço pertencente ao convento de Beneditinos (hoje a Assembleia da República), que precisamente trajavam de Negro, ao contrário dos seus vizinhos Dominicanos e Franciscanos, que trajavam de Castanho. Esta era a forma apaixonada com que o Zé olhava para a cidade e transmitia aos seus amigos e conhecidos.

Tive o privilégio de acompanhar o Zé até ao fim da sua vida com a amizade e companheirismo que se foi cimentando pela convivência diária nesse 1.º andar da rua doutor Teófilo Braga (antiga rua de Santa Gertrudes).»<sup>172</sup>

O próximo texto é de Maria Antónia Oliveira. Embora já tenha sido publicado num artigo que escreveu depois da morte de Sarmiento de Matos, faz todo o sentido incluí-lo aqui:

«[...]

Quarta feira, 8 de Agosto

O Zé foi internado hoje outra vez. Fui hoje vê-lo ao Curry Cabral. Esmoreceu desde que o vi antes de me ir embora. Perguntou-me se já tinha lido o capítulo aumentado que me enviou em Julho. Eu, em falta, com as desculpas da praia.

Voltou à ideia de escrever tomando a perspectiva de alguém (ele, óbvio) deitado numa maca que assim percorre um edifício e só vê os tectos. Quer escrever a partir do hospital, é o que é. Aborrece-se tremendamente. Não consegue ler. Disse-me das longas conversas que tem com as pessoas acamadas no quarto dele, sabe-lhes as histórias de vida, conta-lhes a dele. Perguntou pelo Cesário. Sem pudermos fumar, eu entre a janela e a cadeira, ele recostado na cama ouviu em silêncio as minhas últimas investidas nos olissipógrafos. Atentou muito quando lhe falei dos que lhe imitaram a poesia ainda em vida dele. Sacudiu as minhas dúvidas sobre a falta de material e a onnipresença da poesia na imagem que tenho dele. Ó Maria Antónia, vai fazendo que a forma há-de vir. E logo, pegando a muleta — vamos lá baixo fumar um cigarro.

Atravessamos o calor violento de um corredor vidrado que une as duas partes do hospital. Fumamos à porta, eu em pé, ele sentado numa pedra ali deixada por umas obras. Os mapas que eu preciso para

---

**172** Testemunho de Miguel Teles da Gama, enviado por e-mail a 22 de fevereiro de 2022.

o Cesário, disse-me ele, são os do Filipe Folque feitos nos anos 50 do século XIX. Abrangem toda a Lisboa e o que eram na altura os arredores. Explicou-me o que era a estrada de circunvalação nessa altura, a marcar os limites de Lisboa, a passar ali em S. Sebastião da Pedreira e a atravessar as Avenidas Novas. Disse ainda mais uns nomes e uns livros que acabei por não anotar. No caminho para casa arrependi-me de não o ter feito.

[...]

Quarta feira, 12 de Setembro

[...] Fui ver o Zé a casa mas não ousei falar-lhe disto. Achei-o ligeiramente melhor, ou mais bem disposto, mas muito fraquinho ainda, a precisar de ajuda para se mover.

[...]

Sábado, 5 de Janeiro de 2019

Fui hoje a Campo de Ourique pela primeira vez desde que o Zé morreu. Precisava de um redutor para a bilha de gás e só havia em Campo de Ourique. Fui de manhã, conduzida de carro, directa à rua que contorna o cemitério dos Prazeres. Foi a primeira vez que me aproximei dele desde 29 de Outubro. Passei primeiro na casa onde o Zé me tinha proposto ir viver com ele, um prédio amarelo no largo da Tentadora, já na rua que sai para Santa Isabel. Isto foi em 2010, 11, 12? Falha-me a memória para datas, mas não para a imagem de mim própria e do Zé, no triângulo sem carros defronte à casa, ele a mostrar-me apontando julgo que um segundo andar, a dizer-me como era a casa por dentro, que podíamos viver lá, que havia espaço para nós e para os livros. Ia pensando, enquanto caminhávamos, que isto sem o Zé não tem interesse nenhum.

Depois de dois restaurantes cheios para pessoas sem reservas, fui para a Trempe, onde almocei com ele há um ano. Estava com um certo cagaço, confesso, misturado ainda por cima com vontade. Acho que é a isto que chamam luto. Um vaivém insuportável entre querer e não querer esquecer. Estava secretamente à espera que me acontecesse como quando a minha mãe morreu, quando a vi no Frágil acenando para mim, e num restaurante em Coimbra a afastar os pratos para poder estender os braços e pousar a cabeça sobre a mesa.

Não aconteceu tal. Olhei várias vezes para a mesa onde tínhamos ficado no ano passado. Esteve desocupada bastante tempo, depois veio alguém e não olhei mais. Voltei-me então para a porta envidraçada à espera de ver a silhueta do Zé, de pescoço muito magrinho.

Pior que a visita a Campo de Ourique é escrever sobre ela.»<sup>173</sup>

**173** Maria Antónia Oliveira, «Cesário, Vida de Poeta: Diário de uma biografia», *Granta em língua portuguesa*, n.º 6, Lisboa, Tinta da China (nov. 2020), pp. 32-33 e 36-37.

Por último, um texto da sua amiga de longa data, a jornalista Maria João Avillez, escrito expressamente para este livro. Chamou-lhe *O Lisboaeta Imprescindível*:

«Era um lisboeta imprescindível. Não se sabe se José Sarmento de Matos conhecia a cidade mais do que a amava, se a amava tanto por a conhecer tão bem. Tinha-a dentro de si, escrevia-a, ensinava-a, desvendava-a, partilhava-a. Transmitia-a. Ao longo dos anos teceu apaixonadamente os fios desse afecto, transformando-os a seguir em conhecimento e, depois, em saber. Como quem tece, face ao seu berço, as condições da sua própria imprescindibilidade. Lisboa agradeceu-lhe. Entendiam-se bem, entendiam-se em tudo. Não havia segredos. A obra que Sarmento Matos ia, entretanto, publicando sobre a antiga capital do Império certificava, com altíssima qualidade e igual autoridade, ambas as coisas: a paixão e a sabedoria. O olissipógrafo era de excelência.

Esta vocação — e que outro substantivo empregar? — seguiu de mão dada com a sua vocação para a família, uma das suas maiores devoções: o Zé foi um óptimo filho, um muito amado irmão dos seus irmãos, um generoso e atento tio de tantos sobrinhos. E, claro, foi também um homem de amigos: fiel, presente, permanente. Enchia uma sala, o que, como bem se sabe, não é para todos. Enchia-a de inteligência antes do mais. De vivacidade, de cultura, de vitalidade. Do talento para contar, do vício da conversa, do prazer de estar vivo. Era um gosto e um *must* recebê-lo, contar com ele, tê-lo à nossa mesa. Gostava de se ouvir, e a gente ouvia-o. A verve e a cintilação do seu diálogo serviam tão bem a observação, o humor, a troca de impressões trivial do dia a dia, quanto o mais sério assunto, a mais complexa questão, o mais delicado problema. Nada o intimidava, ia por aí fora deixando-se estar, noite dentro, de roda das palavras, das ideias, das coisas da cultura, das coisas da vida. Ficaram memoráveis alguns encontros, serões e noitadas em casa de amigos comuns, em restaurantes, ou na nossa própria casa, onde, por entre a alegria de nos vermos, um bom vinho a escorrer e o crepitar do diálogo, o Zé gostava de pontificar e pontificava! Não hesitando em confrontar e até, se fosse caso disso — e era-o muitas vezes —, em contradizer, recusando de peito feito argumentações alheias. Tudo sempre e obviamente dentro do perímetro das boas maneiras que ele sublinhava por vezes da uma ironia fininha para melhor discordar das plateias. Interessado pela política, era alguém informado que gostava de a trazer para a conversa, fazendo dela tema e desafio.

Inesquecível Zé que tanta falta (me) fazes. Estiveste por mais de uma vez muito doente, visitei-te no hospital, nunca te ouvi um queixume ou desabafo mais desalentado. Gostavas tanto da vida que a sorvias,

gostavas dos teus amigos, gostavas de nós, das minhas irmãs e de mim, gostavas muito da nossa casa do Campo Grande, onde tanto foste. Sabias apreciá-la, e volto a agradecer-te o teres compreendido sempre tão bem o que aquela casa sempre significou, de responsável berço, para qualquer uma de nós.

Santo Deus, como me custa, como me está a custar agora este tão, tão melancólico rever de ti. De ti no meio de nós. De nós todos, os que te considerávamos — concordando ou discordando, *quelle importance?* — porque acima de tudo te amávamos como tu eras.

Amávamos muito. Lembras-te?»<sup>174</sup>

Em outubro de 2018, Sarmento de Matos aportava ao seu destino final. Para trás deixava boas memórias, muito conhecimento, milhares e milhares de páginas escritas e ideias extraordinárias...

E, para nos despedirmos dele, deixamos um excerto de um dos *poemas inconjuntos* de Alberto Caeiro:

«É noite. A noite é muito escura. Numa casa a uma grande distância  
 Brilha a luz de uma janela.  
 Vejo-a, sinto-me humano dos pés à cabeça.  
 É curioso que toda a vida do indivíduo que ali mora, e que não sei  
 [quem é,]  
 Atraí-me só por essa luz vista de longe.  
 Sem dúvida que a vida dele é real e ele tem cara, gestos, família e  
 [profissão.]»<sup>175</sup>

<sup>174</sup> Maria João Avilez, texto enviado por *e-mail* a 2 de março de 2022.

<sup>175</sup> Fernando Pessoa, *op. cit.*, p. 128.



V

# *Fortuna crítica*

N I M P R E N S A  
N A C I O N A L

© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Na sua vida profissional, José Sarmento de Matos foi uma personalidade forte, rica e cheia de nuances. Curioso, sociável, provocador, era um homem inquieto e irrequeto, que não deixava ninguém indiferente. Muitos foram os que escreveram sobre ele em artigos, crónicas e/ou entrevistas.

Com excertos de alguns desses textos, acrescentaremos mais algumas peças coloridas ao caleidoscópio que foi a sua vida. E, como falam por si, abstinemo-nos de fazer qualquer tipo de ligação entre eles.

### **David Mourão Ferreira (1990)**

*Em Memória de Valentim de Carvalho*

Eis uma biografia de Valentim de Carvalho que se me afigura a todos os títulos excelente: tão completa quanto se mostraria possível, fiel, envolvente, rigorosa e aliciante como seria desejável. Mas este livro de José Sarmento de Matos é também quanto a mim, a afirmação inequívoca de uma verdadeira vocação de escritor.

A cumplicidade que ao longo das suas páginas insidiosamente se vai tecendo entre biógrafo e biografado; o frémio vivencial das próprias considerações metaliterárias que nelas se embrecham acerca da biografia como género; a pertinência das numerosas referências culturais que sem alarde nelas ocorrem; a agilidade verificada na estruturação do conjunto, bem como na textura de cada uma das suas partes, o diversificado tratamento dos testemunhos recolhidos; a impecável qualidade da escrita, nomeadamente a cristalina transparência do discurso narrativo, quer no essencial do relato quer nos seus múltiplos meandros e afluentes; a prodigiosa evocação dos lugares, a mágica ressurreição de toda uma época; enfim, o bem doseado e assumido recurso à imaginação para sugestivamente colmatar, sempre que necessário, a visível escassez de informações concretas: tais são, entre muitas outras, virtudes raras em obras do género e que a esta inegavelmente conferem um pleno estatuto de criação literária.

Mas acrescente-se que nunca a paixão ficcional abusivamente aqui distingue sobre a verdade histórica e sociológica da moldura nem sobre a veracidade psicológica do retrato. Essa paixão antes a faz realçar a ambos — retrato e moldura — naquela espécie de terceira dimensão de que só a aura do imaginário detém o segredo; e, graças a ela, mais nítida se torna a visão dos objectos, a compreensão dos eventos, a fragância ou até o mistério dos seres.<sup>176</sup>

---

<sup>176</sup> David Mourão Ferreira, «Em Memória de Valentim de Carvalho», *Jornal de Letras* (1 mai. 1990), p. 32.

**Luís Ricardo Duarte (2008)***O ADN de Lisboa*

[...] Mais do que uma história local, *A Invenção de Lisboa* é uma longa narrativa que glosa textos, personagens, construções, memórias e mitos olissiponenses. Às livrarias acaba de chegar o 1.º volume. Com o subtítulo *As Chegadas*, vai desde a fundação da cidade até à reconquista de 1147. Seguem-se *As Vésperas*, a publicar em 2009, sobre o período medieval, *As Grandezas*, que termina com a Restauração, em 1640, e um último até à fuga da corte para o Brasil, em 1808.

Qual o objectivo de *A Invenção de Lisboa*?

Este livro teve, à partida, um objectivo muito pessoal. Ao longo dos anos que trabalhei sobre Lisboa, fui fazendo uma reflexão sobre a cidade e, em particular, sobre certas leituras tradicionais. Começava a estudar determinado assunto e chegava a conclusões muito diferentes. [...]

Neste primeiro volume, através de pequenos indícios, vou puxando as pontas de uma meada que tem o carácter de uma conversa minha sobre essa história por descobrir.

É uma tentativa de desconstrução de um certo discurso oficial?

Também não tenho essa pretensão. Tenho é vontade de entender. É evidente que chego à conclusão de que muito do que nos contaram não é bem assim. Por exemplo, a tese segundo a qual, em 1147, Lisboa é uma cidade mourisca. Ora a maioria da população é cristã, como nos diz a carta do famoso cruzado R. que aqui esteve. Em certa medida, este livro tem muito de uma corrente a que poderia chamar História Cultural, uma história de mitos e das referências culturais.

É uma tentativa de encontrar o ADN de Lisboa?

Sim. No segundo volume chego mesmo a utilizar esse conceito. É como se estivesse à procura de todos os genomas que definem o ADN de Lisboa. [...]

Porque escolheu o título *A Invenção de Lisboa*?

Porque não se pode falar da criação de uma cidade, ela inventa-se na constante sobreposição de camadas, tempos e épocas. No caso de Lisboa,

essa invenção é feita por sucessivas chegadas, daí o subtítulo deste primeiro volume. Além disso, a palavra invenção perdeu hoje um pouco o seu sentido original. Decompondo a palavra latina é *invenire*, que quer dizer chegar lá. Em certa medida, também eu procuro chegar à compreensão da cidade.<sup>177</sup>

### **Margarida de Magalhães Ramalho (2008)**

#### *O Olissipógrafo*

Depois de um longo processo de maturação, escreveu um dos mais belos livros sobre a história de Lisboa. Ao contrário do habitual, olhou a cidade a partir do rio e do mar. E isso fez toda a diferença.

O que distingue um olissipógrafo de outros historiadores é o sentido de conversa. Não se pode falar de uma cidade sem se falar um pouco de tudo: do urbanismo, da arquitectura, das pessoas, das histórias, dos mitos [...] É por isso que a história de Lisboa tem de ser conversada, o que é dificilmente encaixável nos parâmetros académicos.

Conversador inveterado, como o próprio se afirma, e amante incondicional de Lisboa, José Sarmiento de Matos não podia ser outra coisa senão um olissipógrafo. Seguindo a tradição familiar, começou por frequentar Direito durante dois anos. Depois, compreendeu que aquele não era o seu caminho e fez agulha para a Faculdade de Letras, onde se licenciou em História. Mais tarde, fará uma pós-graduação em História da Arte, no primeiro curso dirigido por José-Augusto França. O interesse pela cidade onde nasceu e pelas suas histórias surgiu cedo. De início são os edifícios que lhe chamam a atenção. Depois, salta para o interior das casas, já que «por detrás das paredes surgiam sempre sombras de gente à espera de apresentação que, consoante crescia a familiaridade, sopravam na transpiração das pedras uma ou outra confidência». Para ele, a cidade tem de ser sentida, é um ser quente que se deve enlaçar. E vai mais longe quando afirma, «Deus criou tudo menos a cidade, essa foi inventada pelo homem».

Profissionalmente entrelaçado, desde há muito, com a capital, Sarmiento de Matos acaba de publicar *As Chegadas*, o primeiro volume de uma série de quatro, cujo título genérico é *A Invenção de Lisboa*. É uma

---

<sup>177</sup> Luís Ricardo Duarte, «O ADN de Lisboa», *Jornal de Letras* (24 set.-7 out. 2008), p. 31.

reflexão conversada sobre a evolução da cidade alfacinha, estando prevista para Março a edição do segundo volume.

É um livro muito pessoal, que levou quase sete anos a concluir. O facto de o publicar depois dos 60 anos não o parece incomodar. «É importante termos a noção que esta cultura de juventude que nos assola não é, necessariamente, a mais correcta. Não é imperioso que o ponto alto de uma carreira seja aos trinta ou aos quarenta, sob pena de ficarmos, depois, sem grandes metas a atingir». Entre outros exemplos, refere José Saramago, prémio Nobel da Literatura, cujo primeiro romance foi publicado aos 50 anos. Não se considera um escritor, apesar da qualidade literária evidente da sua narrativa. Para ele, «escritor é um Eça de Queiroz». O que não o impede de ser fiel ao lema de Gustavo Matos Sequeira que dizia «que se vestia a rigor para escrever sobre Lisboa». Também gosta da frase de Julian Barnes, o autor da História do Mundo em 10 capítulos e meio: «Afinal de contas a História não é mais do que um género literário.» Lamenta que, à excepção da Identificação de um País, de José Mattoso, a maioria dos textos históricos contemporâneos esteja desligada do sentido da escrita.

A sua abordagem da história de Lisboa é inovadora, já que não lhe é indiferente o lugar de onde se olha a História. No caso de Lisboa, o ponto de observação tem, desde a fundação, de ser o mar (que para ele é também a matriz de Portugal) e não da terra, como tem sido comum. De tudo o que está neste livro gosta, especialmente, de um texto de Paulo Orósio, presbítero do Século v: «Sou um romano entre os romanos, um cristão entre cristãos, um homem no meio dos homens. Protege-me a comunidade de leis, de crenças, de natureza: em toda a parte encontro uma pátria.» A propósito, frisa a importância de enquadrar a nossa cultura nesse contexto maior que é a Europa. E escreve: «A primeira novidade perturbadora que este texto produz é o conceito subjacente de universalidade do mundo romano. Para quem sente, como é o caso das entidades nacionais em que todos nós nos criamos, a ideia de pátria intrinsecamente ligada a um torrão territorial bem definido por fronteiras, causa alguma surpresa a sua identificação com uma comunidade de leis, de crenças e de natureza», colocando-a não numa estreita leitura física, mas sim como um conceito abstracto e eminentemente cultural. [...] A pátria é, nesta acepção, um vínculo que liga gentes que partilham as mesmas referências, tais como leis comuns e a língua que a todos une. (...) Sem se ter bem presente esta globalidade cultural, tão viva como este texto nos deixa perceber num homem originário de uma região tão periférica, corre-se o risco de não compreender a essência do que representa o mundo romano no seu todo e o forte sentido

unitário que impregnará o futuro das comunidades que da sua herança se reclamam. A ideia esfumada de uma unidade idílica, de uma tutela benfazeja geradora de confiança, solidificar-se-á como *leitmotiv* sempre presente nos tempos que se seguem. Até hoje.

O Tratado de Roma assinado em 1957 e que marca o início da comunidade europeia é bem prova disso.<sup>178</sup>

### **Paulo Moura (2008)**

*Lisboa a cidade que inventou uma ciência*

*A Invenção de Lisboa* é uma «narrativa histórica» sobre a cidade. O autor deambula e escreve, na primeira pessoa, coisas que um historiador não poderia escrever, mas gostaria. Não é um livro de divulgação, porque contém teses e investigação originais. Não é um livro de História, mas contém mais História do que um livro de História. José Sarmento de Matos explica porquê.

Lisboa é a única cidade para a qual foi inventada uma ciência. Não pode apenas ser estudada pela História ou pela Geografia. É como se essas disciplinas estivessem preparadas para explicar o conjunto da realidade humana, excepto certas zonas especiais. Nessas, as categorias convencionais não se aplicam. É necessário criar todo um sistema de conhecimento para conhecer esses sítios estranhos, que não se submetem à ciência, antes submetem, eles próprios, a ciência. Lisboa é assim e a ciência que a estuda é a Olisipografia.

José Sarmento de Matos é olisipógrafo e escreveu *A Invenção de Lisboa*. Foi sendo apanhado, aos poucos, por esse ramo do saber que Lisboa exigiu para si própria. Quando em 1994 escreveu, por encomenda da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD), *Uma Casa na Lapa*, já estava a entrar na especialidade. Começou por contar a história de uma casa, mas a narrativa foi alastrando, pela vizinhança, pelo bairro, pela cidade e o seu passado. «Lisboa é uma cidade ondulante», explica. «Convida à deambulação.»

Lisboa puxou por ele, pela sua curiosidade e sensibilidade estética. A formação em História da Arte levava-o por certas rotas de arquitectura, mas a cidade fez o resto: em cada muro havia muito mais do que pedras. Havia tudo. «Lisboa é uma cidade barroca, porque é surpreendente. A cada esquina há uma surpresa. Há ruas estreitas que desembocam

---

<sup>178</sup> Margarida de Magalhães Ramalho, «O Olisipógrafo», *Expresso* (25 out. 2008), pp. 26-27.

em praças desmesuradas, há edifícios monumentais em lugares minúsculos e esconsos. Lisboa tem a mania de meter o Rossio na Rua da Betesga. Há sempre coisas escondidas. Guardadas, viradas para dentro. Há paredes povoadas, grandes muros com janelas pequenas, pátios resguardados. Diz-se que são as influências árabes. Na verdade, é a cidade romana, que os árabes copiaram. A cidade mediterrânica.»

É esse tecido urbano, semelhante ao de Roma, Nápoles ou Istambul (ou melhor, Constantinopla) que constrói o magnetismo de Lisboa. E também o passado que habita o presente, e os mitos que vivem nas ruas. Um deles é o de Ulisses, que, ao longo dos séculos, a cidade foi inventando, reabilitando, interpretando. Surgiu, segundo Sarmiento de Matos, «pela mão dos romanos, para valorizar a gesta grega, e inscrever a cidade no mundo mediterrânico». Mas sobreviveu até no período muçulmano, por trás das histórias de aventuras e expedições marítimas que sempre estiveram associadas a Lisboa. Histórias verdadeiras ou inventadas, mas que sempre exerceram uma função identitária na metrópole atlântica. Lisboa era vista como lugar de fronteira entre o mundo mediterrânico e o mundo do Norte, entre o continente europeu e o oceano, no que este representava de desconhecido.

Do tempo dos muçulmanos, há o registo de uma expedição de marinheiros que se terão aventurado pelo Atlântico, à procura de novas terras. Terão sido liderados por um comandante pirata chamado Kaxkax (o fundador de Cascais?), que vivia, assim como os marinheiros seus apaniguados, na rua paralela ao rio, ao fundo de Alfama. Chamava-se Rua dos Aventureiros, por causa dessa e de outras expedições marítimas, precursoras das epopeias dos séculos xv e xvi. Também nessa época dos descobrimentos o mito de Ulisses desempenhou a sua função. É o exemplo de uma força invisível embora efectiva, cuja importância não se apreende nos arquivos, mas apenas na deambulação. Há outras realidades que só se compreendem nos lugares, nesses caminhos onde «as coisas coabitam. Basta esgravatar um pouco. Porque as épocas não são estanques, como as aprendemos na escola. As épocas influenciam-se umas às outras, entram umas nas outras. E tudo isso constitui a realidade de uma cidade, e sente-se nas suas ruas». Por exemplo: a baixa pombalina é uma realidade definida, com uma história e características específicas, mas... «ao caminhar pela Rua Augusta percebe-se que aquelas são as vias romanas».

### História? Ciência?

Em vez da noção de «camadas», usada pelos arqueólogos, Sarmiento de Matos prefere um conceito roubado ao cinema: o *raccord*. Mais do que no campo, «onde a vida é cíclica, a cidade é uma entidade. A cidade

é a superação da Natureza pelo Homem». Por isso tem uma vida própria. «Fernão Lopes atira-nos isso à cara quando, num rasgo de gênio, põe Lisboa a falar. Lisboa é uma mulher que fala com ele e com quem ele fala.»

Sarmento de Matos sempre gostou de vaguear pela cidade. Fazia-o como método, nos seus estudos sobre os monumentos. E ia escrevendo o que via e compreendia, como um registo pessoal, para pôr alguma ordem nas observações. O resultado foi um texto histórico, sem ser História, uma descrição metódica da realidade, sem ser Ciência.

«Esse era um grande problema que se me colocou. Que nome dar àquilo?» Principalmente quando, há oito anos, depois de um encontro com Maria do Rosário Pedreira, da Temas e Debates, ficou decidido publicar aqueles registos sob a forma de uma história de Lisboa em quatro volumes. O primeiro livro dessa *A Invenção de Lisboa* seria o que já estava escrito, que começa nas origens da cidade e termina nos primeiros tempos cristãos, após a conquista, por D. Afonso Henriques, em 1147. Intitula-se *As Chegadas*. Estava pronto, mas, para ser publicado, teve de esperar até que o segundo volume estivesse concluído. Nesse interim, Sarmento de Matos deu-lhe a forma definitiva. «Estava escrito como um livro de História convencional», diz.

Mas não o era. Incluía observações pessoais, especulações, cenas imaginadas. «Os verbos estavam no passado, e o narrador falava na primeira pessoa majestática. Dizia: "Nós vimos..." Não: eu vi! Passei tudo para o presente e para a primeira pessoa do singular.»

Ao fazer isto, transformou o livro. «Ficou completamente diferente.» Certas ousadias tornaram-se possíveis. «É um género que permite arriscar, interpretar. Mas não é divulgação histórica, porque introduz coisas que nunca foram ditas. E é um livro sério, que propõe teorias interpretativas.» Mas não é um livro de História. Se o fosse, o autor teria de esconder muito do que descobriu. No entanto, os historiadores lêem-no com interesse. No fim, não o comentam. Não aprovam nem reprovam o que lá está de original. Não subscrevem, nem rebatem. O autor não percebe porquê. «Talvez desse muito trabalho levar as teses a sério. É mais cómodo desvalorizar isto como uma brincadeira.»

### **História, uma experiência**

Deu-lhe prazer escrever o livro assim. Mas não foi para brincar. «Os historiadores esquecem muitas vezes que a História é também uma escrita. Não acredito muito na História como Ciência. É um testemunho individual, uma experiência.» Uma das pessoas a quem pediu ajuda para lhe rever e também para definir o livro foi António Mega Ferreira.

«Ele disse-me que isto, em França, se chama um *recit*. Não há equivalente em português. Chamei-lhe narrativa histórica.»

Uma das características da narrativa é ter personagens. Sarmiento de Matos procura-as em todo o lado. Mas não as do costume. «Dantes a História era oficiosa, ou oficial. Centrava-se no rei. Depois, privilegiou-se a estrutura, a história material. Pecou-se por excesso. Esqueceram-se as pessoas. Agora, é preciso voltar a elas, mas às pessoas comuns, que são quem faz a História.»

Outro elemento da narrativa é a perspectiva. No seu *recit*, Sarmiento de Matos reflecte sobre o que vê, divaga. Mas usa outros recursos, além do monólogo interior. Em grande parte do livro, segue a narrativa de um outro observador, um normando do século XII que descreveu a cidade e a sua conquista aos muçulmanos, como se fosse um repórter. Trata-se de um cruzado que, em 1147, escreveu uma carta a um prelado inglês, Osberno, dando conta do que se passava. A missiva tem a assinatura «R.», simplesmente. Mas é tão rica em pormenores e observações inteligentes, que revela tanto de Lisboa como do autor. No seu livro, Sarmiento de Matos conversa com R. Imagina-o em vários locais da cidade, adivinha os seus pensamentos, prolonga os seus comentários e conclusões. E usa isso como método. Antes do mais, estudou o «universo mental» do cruzado. A partir daí, percebeu que ele tinha lido Santo Isidoro, e também que conhecia e se relacionava com S. Bernardo de Claraval, o teórico do «espírito de cruzada» e do fundamentalismo cristão da época. Essas conclusões permitem perceber as motivações dos cruzados que ajudaram Afonso Henriques na conquista, e dos objectivos e métodos dessa conquista.

«Só através dessa carta, do cruzado R., sabemos que a cidade foi saqueada pelos cruzados», diz Sarmiento de Matos. Porque toda a historiografia ulterior ocultou não só os acontecimentos, mas também a realidade que os cristãos encontraram na cidade cercada e conquistada.

«Na Lisboa muçulmana, pelo menos metade da população era cristã. Eu acho até que era bem mais de metade. Os muçulmanos eram tolerantes, não tinham vontade de converter os conquistados, por uma simples razão: só os não-muçulmanos pagavam impostos. Convinha, portanto, que fossem o mais numerosos possível.»

Mas este facto foi escondido, bem como o de que, em Lisboa, havia um bispo. Uma das primeiras acções dos homens de Afonso Henriques foi decapitá-lo. «A igreja moçárabe era vista como um perigo», explica. Porque teria crenças e ritos «impuros», de influência muçulmana, é uma das explicações possíveis. A outra, que Sarmiento de Matos é o primeiro historiador a admitir, é a eventual proximidade entre a igreja moçárabe

e a igreja bizantina, numa época em que tinha ocorrido o grande cisma do Oriente. «Os bispos portugueses temiam que a igreja cristã de Lisboa se aliasse à igreja do Oriente.» Por isso, toda a estrutura eclesiástica de Lisboa foi desmantelada, grande parte dos cristãos exterminados. Para novo bispo, foi chamado um inglês, Hastings, amigo de R., próximo dos beneditinos e de S. Bernardo. A Sé de Lisboa, construída onde terá sido a mesquita, «foi um *statement*». Uma arquitectura pesada, própria do Norte da Europa, sem nada a ver com a tradição mediterrânica da cidade.

Sarmento de Matos imagina R. a ouvir a conversa de um grupo de lisboetas, que comentavam, em tons pouco simpáticos, a construção da sé. R. ouviu-os a criticar aquele edifício estranho, que viam como uma imposição ideológica do novo poder. Compreendeu o que eles queriam dizer, porque tinha a perfeita noção da «limpeza étnica» e religiosa que estava em curso. E também porque, ao contrário do que se pensa, a língua que esse grupo de cidadãos de Lisboa falava — a língua da Lisboa que, apesar de sob domínio muçulmano, nunca perdeu o contacto com as regiões e populações circundantes — não seria muito diferente da sua.<sup>179</sup>

### **Maria João Pinto (2008)**

*Lisboa nos passos de Ulisses*

Uma dose de «ousadia e simultaneamente de loucura». Ambas são necessárias para, «nos dias de hoje, escrever uma obra sobre Lisboa, de Ulisses à actualidade». Fruto de um trabalho de muitos anos, ao longo dos quais se foi «tornando premente uma reflexão sobre a cidade, [...] para mim há uma História; não há uma história social, nem uma história económica, religiosa, cultural ou política — ela é tudo isso». Investindo num «regresso às pessoas como centro da História, não como mitos ou titãs, mas em contexto».

[...]

Nesta empresa de grande folego a que se propôs, Sarmento de Matos lamenta apenas a «ausência de debate» perante as reflexões contra a corrente que apresenta no seu livro. «São pistas de leitura [da trajetória da cidade] completamente diversas do que, por regra, é aceite ou repetido. Mas nada, não houve reacção, nem discussão. Há 10 ou 15 anos, teria havido certamente, pode ser que no futuro...»<sup>180</sup>

**179** Paulo Moura, «Lisboa a cidade que inventou uma ciência», *Público* (28 nov. 2008), pp. 28-29.

**180** Maria João Pinto, «Lisboa nos passos de Ulisses», *Notícias Sábado* (27 dez. 2008), pp. 32-33.

**Time Out (2011)***Lisboa é uma mulher intemporal*

Quando saiu, há poucas semanas, a notícia de que os esgotos já não eram despejados no Tejo, José Sarmento de Matos foi pessoalmente ao Terreiro do Paço ver a água do rio. Se a cidade muda, o olissipógrafo de 64 anos está lá para ver. E pode-se dizer que praticamente ninguém conhece a cidade como ele. Com o pretexto de uma entrevista, recebeu-nos na sua casa de Campo de Ourique, no momento em que prepara um livro sobre a história do edifício do Banco de Portugal e o terceiro volume da tetralogia *A Invenção de Lisboa*.

**TO** — Qual foi a coisa mais fascinante que descobriu sobre Lisboa até hoje?

Eu diria que foi a própria cidade. Tudo tem uma história, e o facto de eu estudar Lisboa também.

**TO** — Que história é essa?

Eu formei-me em História e comecei a trabalhar em património, a fazer estudos sobre a arquitectura de Lisboa, sobretudo civil e palaciana. Indirectamente das casas passei para as pessoas porque a arquitectura são as pessoas que a mandaram fazer. A certa altura é impossível perceber a arquitectura sem perceber a estrutura social ou questionar porque é que a cidade é assim. E de repente, quando dei por isso, tinha passado para o outro lado. [...]

**TO** — Em que momento se deu essa passagem da arquitectura para a cidade?

Foi-se dando. Eu nasci em Lisboa, na zona do Príncipe Real, num grande casarão que era a casa da minha avó. O lado de ir estudar as casas tem alguma coisa a ver com isso, sobretudo porque, a partir dos meus 11, 12 anos, essa casa tornou-se um mito porque deixou de existir. [...]

Criou-se uma certa dimensão mítica de Lisboa, e creio que isso é importante na minha própria relação com a cidade, de descoberta. Sempre fui muito urbano, sempre gostei da vida da cidade, de sair, de andar na rua.

**TO** — Essa é precisamente a ideia que se tem de si. Sempre que é preciso falar consigo, está a andar a pé ou de eléctrico, sempre a ir para qualquer lado.

Gosto muito de andar a pé, de sair de um sítio e ir parar a outro. Há zonas de Lisboa que conheço casa a casa. Sei os seus prédios principais, os palácios, as igrejas, os conventos. E tudo isso me lembra pessoas que ali viveram, pessoas do tempo da Maria Caxuxa, como se costuma dizer. É uma opção, gosto de ter essa relação com a cidade. [...]181

### **Isabel Lucas (2012)**

*José Sarmiento de Matos e Lisboa*

[...] Ensina Lisboa como quem conta um conto, uma fábula. Ouve-se uma campainha. O 25 vai sair da Estrela com poucos turistas. Cruza a D. Carlos I, vai pela Boavista, Conde Barão e, por fim, S. Paulo. A conversa corre lenta, com paragens para quem entra e sai. Aponta o casario da Lapa, o primeiro bairro que estudou. A Rua dos Remédios, a das Trinhas, que poucos sabem ser o modo como eram conhecidas as freiras da Santíssima Trindade que desobedeceram ao plano do Marquês de Pombal e desenharam um bairro à sua maneira, clandestino, ruas sinuosas. Fala numa toada baixa. É nos olhos e nas pausas dos passos que revela os momentos de êxtase perante a surpreendente beleza da cidade. «Passear pela Rua da Escola Politécnica e ter visões do rio ao fundo daquelas ruas estreitas. Ou chegar ao Largo de Camões e olhar para a Rua do Alecrim, em baixo só o azul. A cidade íngreme com o rio ao fundo. A Rua do Alecrim é de uma beleza extrema.» [...] Não o ouvimos falar de chavões. A cidade branca, a cidade luz, os alfacinhas. Não. Temos revelações. Conversas que não acabam de modos de vida e modos de dizer que revelam muito mais. Como os de Belém que se vestiam a preceito para apanhar o eléctrico para «ir a Lisboa». Muitos ainda o dizem, garante Sarmiento de Matos, um homem que caminha pela cidade sem a pressa dos cidadãos, que vendeu há pouco o carro por não lhe dar uso. A cidade chega-lhe, com os altos e baixos, os eléctricos, os táxis. [...] Isso e a estupidez ativa de muitos lisboetas que não merecem a cidade que têm, «descuidados», «desatentos», «distráidos». «Mas esta cidade já suportou tanta coisa que há-de sobreviver a isso, e a eles.»

---

**181** Entrevista com José Sarmiento de Matos, «Lisboa é uma mulher intemporal», *Time Out* (16 fev. 2011), pp. 28-29.

Há-de receber os que agora vivem nos subúrbios que o tempo irá deixar ao abandono, como já aconteceu em muitas outras cidades do mundo, «as Bobadelas», como refere, cidades que hão-de ser fantasmas, por a gente preferir viver em lugares mais humanos. Veja-se o que se está a fazer na Mouraria. Uma câmara sem dinheiro e um presidente com vontade de fazer coisas juntaram-se aos subsídios do QREN e estão a transformar a Mouraria. «A Praça do Intendente vai ficar uma pérola», anuncia para quem anda distraído. António Costa, o autarca, não foi o demagogo ao instalar o seu gabinete num dos lugares mais malditos da cidade, habitados por toxicodependentes, prostituição, prédios e gente em ruínas. «Basta ir lá para ver a diferença.»

Ele tem calcorreado as ruas e praças para contar a história do bairro em pequenos totens que hão-de ser erguidos, anunciando mais do que os lugares de interesse. E, em cada caminhada, uma descoberta. «Aqui, quando se anda, quando se abre um buraco, sabe-se que há qualquer coisa de interesse». [...] Não conseguiria viver numa cidade sem água [...] e volta ao azul da água que dali [do castelo] quase parece parada. «Não, Lisboa não é cor. É luz, mas é sobretudo a relação do rio com as colinas. Isso é que a faz única.»<sup>182</sup>

### **Diogo Vaz Pinto (2018)**

*Lisboa perdeu o intérprete da sua verdadeira vida*

A História não chega. Por vezes, uma cidade organiza-se num tal leque de influências, enunciando no tempo e no espaço tais fronteiras, que exige ser estudada segundo métodos próprios. Vai ela desarmando quem chega de outras investigações geográficas, e fragiliza o resultado dos estudos comparatistas. Se em Lisboa há um passado habitando o presente, se basta «lascar com a unha uma parede com reboco de cal», para revelar na sua velha orgânica uma série de camadas, é também sabido que continua a reinventar-se segundo a sensibilidade de quem, a cada despertar, «canta ou o mês antigo dos mitos, ou a cor» que humedece os lábios no rio e vai subindo pelas suas colinas. Por tudo isto, é uma cidade que exigiu uma ciência autónoma: a Olisipografia.

José Sarmento de Matos nunca quis ser outra coisa do que um olisipógrafo. Foi esse o título que exigiu para si, num desafio às dinâmicas de bolor arquivista, sendo este um ramo do saber que nem conta ainda

<sup>182</sup> Isabel Lucas, «José Sarmento de Matos e Lisboa», *Fugas, Público* (9 jun. 2012), pp. 20-21.

com selo académico. E talvez por isso mesmo este seja um desafio próprio de quem não deixa que o estudo o afaste das ruas, não as troca por outras malhas, nem o pulso tumultuoso da cidade a troca para se fechar com os mapas e outros documentos. Assim, o notável olisipógrafo morreu na manhã de ontem, aos 72 anos, depois de muita deambulação por esta cidade que ainda hoje reclama horas para dormir, ao contrário de outras que se julgam mais cosmopolitas por não se darem descanso. De resto, muito do que de mais vivo Lisboa tem é o seu compromisso com o sonho, e isso talvez tenha inspirado o poderoso verso de Pessoa (nessa estrénua encarnação coeva que foi Álvaro de Campos): «Acordar da cidade de Lisboa, mais tarde do que as outras...»

O narrador que melhor soube pôr em diálogo as personagens ancestrais e actuais desta cidade, contando-nos os seus triunfos e dramas, viveu a última década a tentar livrar-se de um cancro no fígado. E há um ano contava ao *Expresso* que já sobrevivera a um cancro, a uma hepatite B, ao «diabo a quatro». Mas o diabo, como se sabe, é só uma questão de tempo. Morreu na sua casa na Lapa, numa das ruas transversais à Calçada da Estrela, não muito longe do palacete no Bairro Alto onde nasceu e que foi a sua educadora de infância, como contou na entrevista que deu àquele semanário há ano: «Quando entro num prédio, a primeira coisa que faço é bater nas paredes para perceber a estrutura. A partir deste gesto pode-se descobrir muita coisa. Não sei dizer quando é que as coisas começam. A casa onde nasci, da minha avó, que era um daqueles casarões antigos perto do Bairro Alto, é um ponto de partida importante. Sempre tive um fascínio por aquela casa. Ainda hoje fecho os olhos e consigo reconstruí-la nos mais pequenos detalhes.»

[...] O desaparecimento de Sarmento de Matos, mais do que a perda de alguém que teve também um papel na evolução da cidade, participando na idealização e construção da Expo'98, com Vasco Graça Moura e António Mega Ferreira, e que acabaria depois por dar nomes a todas as ruas do Parque das Nações, significa a perda de um intérprete que se inspirou na distinta personalidade de Lisboa para dar um ousado salto enquanto historiador, reconhecendo que cada cidade tem uma vida própria, e, para lhe dar um registo à altura, foi aprender com os mestres da crónica:

«Fernão Lopes atira-nos isso à cara quando, num rasgo de génio, põe Lisboa a falar. Lisboa é uma mulher que fala com ele e com quem ele fala.» Assim, também a sua «narrativa histórica» assume um carácter autónomo, «um género que permite arriscar, interpretar», mas que não se confunde com a «divulgação histórica, porque introduz coisas que nunca foram ditas». E, em paga pela curiosidade que levava os

historiadores a lerem-no sem o comentarem, antes tomando o seu trabalho como uma brincadeira, lembrou que os testemunhos que dão verdadeiro relevo à História são aqueles que não esquecem como esta «é também uma escrita». Por mais que se disfarce de ciência, não se apaga o «testemunho nem a experiência individual». E, como «não há verdade sem imaginação» (Charles Simic), a História não passa do acontecimento para a memória sem que haja o talento de inventar essa passagem.<sup>183</sup>

### Isabel Salema (2018)

*Morreu José Sarmento de Matos, o historiador de arte que preferia ser olisipógrafo*

José Sarmento de Matos, um historiador da cidade de Lisboa, morreu este domingo de manhã aos 72 anos, vítima de um cancro do fígado. A notícia foi confirmada ao PÚBLICO pelo irmão do olisipógrafo, Carlos Sarmento de Matos, que acrescentou que o olisipógrafo tinha morrido na sua casa na Lapa, situada numa das ruas transversais à Calçada da Estrela.

Autor de livros como *A Invenção de Lisboa*, uma história da cidade, José Sarmento de Matos dizia que era primeiro olisipógrafo e só depois historiador de arte. Numa conversa com o PÚBLICO, para onde escreveu crónicas, contou que foi sendo apanhado, aos poucos, por esse ramo do saber que Lisboa construiu para si própria. Esta paixão começou a tomar uma forma mais definida em 1994, quando Sarmento de Matos escreveu, por encomenda da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, *Uma Casa na Lapa*, sobre o próprio palácio onde a FLAD está instalada em Lisboa. Começou a contar a história do passado de uma casa, mas a narrativa foi alastrando pela vizinhança, primeiro pelo bairro, depois pela cidade, como escrevemos aqui a propósito do lançamento de *A Invenção de Lisboa*. Porque, como explicou, «Lisboa é uma cidade ondulante. Convida à deambulação.» Classificava a cidade como barroca, não tanto pelo estilo, mas porque é surpreendente: «A cada esquina há uma surpresa. Há ruas estreitas que desembocam em praças desmesuradas, há edifícios monumentais em lugares minúsculos e escondos. Lisboa tem a mania de meter o Rossio na Rua da Betesga. Há sempre coisas escondidas. Guardadas, viradas para dentro. Há paredes povoadas, grandes muros com janelas pequenas, pátios resguardados. Diz-se que são as influências árabes. Na verdade, é a cidade romana, que os árabes copiaram. A cidade mediterrânica.»

<sup>183</sup> Diogo Vaz Pinto, «Lisboa perdeu o intérprete da sua verdadeira vida», *Jornal I* (28 out. 2018).

José Sarmiento de Matos foi um olisipógrafo muito particular, defende Anísio Franco, outro olisipógrafo de uma geração mais nova. «Ao contrário dos antigos olisipógrafos, que escreviam sobre o nome de uma rua ou sobre quem deu origem a essa rua, Sarmiento de Matos pegava num caso e tomava-o como matriz para uma alteração urbana, como fez com *Uma Casa na Lapa*.» O palácio da FLAD serve ao olisipógrafo para falar da urbanização de toda a Lapa, a partir da divisão em lotes da cerca do Convento das Trinas do Mocambo. «Ele demonstra que a reconstrução pós-terramoto não coube só ao Estado mas também aos particulares», explica Anísio Franco.

Numa entrevista que deu há um ano ao jornal *Expresso*, explicava a razão pela qual gostava que lhe chamassem olisipógrafo: «Muitos colegas da história de arte acham que é um delírio meu. Para eles, a olisipografia é uma coisa menor. [...] No contexto da história de arte, quando se começa a estudar um edifício, esse edifício tanto podia estar ali como noutro sítio qualquer. Mas o meu modo de olhar sempre foi diferente. Olhava para o mesmo edifício e tentava integrá-lo na cidade. Uma casa nunca é um gesto isolado.»[...] Miguel Soromenho, como ele historiador da arquitectura, diz que Sarmiento de Matos oferecia uma visão de conjunto da história da cidade, destacando a sua obra *A Invenção de Lisboa*, uma história da cidade em vários volumes que deixou inacabada. «Ele tinha uma coisa que os antigos olisipógrafos não tinham que era uma formação em história de arte. Ele tinha a erudição da olisipografia clássica, mas também o olhar do historiador da arquitectura e do urbanismo. Além disso, era um homem muito inteligente. Todos os livros dele são importantes, com visões novas para a história da cidade, ancoradas numa sólida erudição e pesquisa documental, mas também com uma visão analítica moderna que lhe dá o olhar do historiador de arte.»<sup>184</sup>

### Seixas da Costa (2021)

*A noite em que comecei a tratar Sarmiento de Matos por Zé*

Por isso, na Lisboa «pessoísta» («pessoana» é uma outra coisa mais séria) como aquela em que estávamos a viver, nesse ano de 2013, não estranhei que alguém, um dia, me telefonasse a convidar para jantar num restaurante com o nome de Pessoa. Mas logo percebi que era uma

<sup>184</sup> Isabel Salema, «Morreu José Sarmiento de Matos, o historiador de arte que preferia ser olisipógrafo», *Público* (29 out. 2018), p. 28.

indesculpável ignorância minha: o espaço tinha, já então, nada mais nada menos do que 164 anos!

Por isso, na Lisboa «pessoísta» («pessoana» é uma outra coisa mais séria) como aquela em que estávamos a viver, nesse ano de 2013, não estranhei que alguém, um dia, me telefonasse a convidar para jantar num restaurante com o nome de Pessoa. Mas logo percebi que era uma indesculpável ignorância minha: o espaço tinha, já então, nada mais nada menos do que 164 anos!

O convite era curioso: uma associação de jovens queria ouvir-me falar sobre os lugares perdidos da Lisboa do convívio público — os restaurantes, os cafés, os bares. [...]

O restaurante Pessoa, o tal que eu culposamente não conhecia, ficava (já não fica, porque fechou, entretanto) na rua dos Douradores, numa ampla sobreloja. Inquiri se, por um acaso, Fernando Pessoa podia ter alguma coisa a ver com o local. Não e sim, foi a resposta.

Claro que, ao tempo em que o restaurante fora criado, Fernando Pessoa ainda não era ninguém, e o senhor Pessoa, que seguramente dera o nome à casa, só por milagre o tocava em linha familiar. Mas sim porque, ao que rezava a história e a biografia feita oficial, o poeta seria um frequentador habitual daquela que então se chamava «Antiga Casa Pessoa». Ou não tivesse Bernardo Soares deixado registado: *«Penso às vezes que nunca sahirei da Rua dos Douradores. E isto escripto então parece-me a eternidade.»* A verdade, histórica e biográfica, faz-se destes pedaços de fantasia.

Voltemos à charla. Nela, eu faria par, foi-me dito, com um olissipógrafo que só conhecia de nome e de escrita, José Sarmiento de Matos.

Aí, confesso, assustei-me um pouco. O que é que eu podia dizer, com alguma valia, ao pé de alguém que conhecia a cidade e a sua história de trás para a frente? Imaginei-me a fazer «uma triste figura», uma expressão que trazia da infância, que o meu pai repetia muito, quase sempre acompanhada de um episódio que nos fazia rir, a propósito de alguém que fora apanhado numa sarilhada a cuja altura não tinha estado.

E lá fui eu, numa noite, para o Pessoa, com uma sala cheia de gente na casa dos vinte e trinta anos. Fui então apresentado ao José Sarmiento de Matos, com quem logo esclareci as minhas limitações. Disse que apenas me propunha falar, num modo impressionista e muito pouco rigoroso, sobre o papel de socialização que alguns lugares da Lisboa, dos anos 60 e 70, tinham constituído para a minha geração.

Abordaria, disse, com historietas pessoais à mistura, alguns desses refúgios da solidão, que era o que os cafés representaram, para quem, como eu, caíra algo desamparado na cidade grande. É que eu devia

a esses espaços, havia conhecido por lá meio mundo, tinha assistido por ali a alguns episódios que achava curiosos. Devia-lhes, assim, um gesto de memória. (Quando temos de justificar a razão por que não nos calam, dizemos coisas deste género, já percebi há muito!)

O José Sarmento de Matos — o Zé, como passarei a referi-lo e logo perceberão porquê — adiantou que a sua abordagem seria algo diferente, começando nos lugares públicos de comes e bebes do século XVIII, até apurar o objeto da sua fala para os cafés do século XIX e início do século XX, referindo a sua importância na política e na literatura. «*Un vaste programme*», reagi eu. E ele, com um sorriso: «Ah! Você conhece a expressão do De Gaulle!» (Vá lá! Tinha colhido uma coincidência sossegante.)

Se eu estava já em séria dúvida sobre a valia do meu pobre testemunho, a perspectiva de me confrontar com a riqueza potencial daquela prestação deixou-me, antecipadamente, de rastos. Mas, pronto, não havia recuo, lá fomos jantar e, depois, viria a conversa. E logo se veria! O Zé não desiludiu, claro. Fez uma intervenção magnífica, culta, bem-humorada, com episódios e notas com imensa graça. Deixou, na conversa, coisas de arte, de literatura, até de arquitetura.

Um cavalheiro, já de uma certa idade, sentado sozinho numa mesa, que contrastava visivelmente com todo aquele ambiente jovem à nossa volta, fez-lhe algumas perguntas, ou comentou qualquer coisa, já não recordo bem, sobre a Lisboa dos cafés ao virar dos séculos. Falava do que sabia e, de forma evidente, sabia do que falava. No final, apresentou-se: era o arquiteto Campos Matos, talvez a pessoa que, em Portugal, mais conhece a obra, e tudo o que está à sua volta, de Eça de Queirós. Queirosiano amador, eu tinha pelas estantes muito daquilo que ele tinha escrito e organizado. E o Zé, claro, esteve bem à altura do interlocutor.

E eu? Bom, lá deixei as notas que trazia, a arriscar a «triste figura», embora me digam que escapei a ela. Falei de alguns restaurantes (vício meu antigo) que, ali pela Baixa, onde estávamos, tinham, entretanto, desaparecido, do Oriental ao Múni e outros mais, da cozinha galega dos funcionários às mesas de fim de semana das famílias. Toquei no mundo dos bares, mais de ouvido do que de prática, do Lorde ao velho Belcanto, do Nina aos outros tempos da Tágide e mais poisos do copo, muitas vezes com «pequenas» tarifadas à mistura.

Mas concentrei-me mais nos cafés históricos onde tinha ainda bilharrado, como o Palladium ou o Martinho (o antigo, não o da Arcada), outros onde tinha metido o nariz da curiosidade, como o Gelo dos surrealistas ou a Smarta de outras escritas. Mas também o Aviz dos sportinguistas

e dos fascistas, porque, às vezes, mas não todas, essas dimensões se confundiam.

A minha Lisboa geográfica preferida era, contudo, outra. Falei do Canas e do Értiles (que ninguém ali desconfiava ser um anagrama de Salitre), porque tinha (e tenho) Campo de Ourique como terreno de estimação. Mas era nas Avenidas Novas que eu assentava arraiais com mais frequência.

De início, na Granfina e no Nova Iorque, ou, mais acima, no Luanda e na Suprema, muito pouco no Vává, alguma coisa no Trevi, no Londres ou na Mexicana, com descidas depois ao Colonial, já a caminho da Baixa. E, com mais persistência, no Monumental e, em especial, no Montecarlo. E tantos outros, de que caracterizei as «faunas», algumas tertúlias, frequentadores mais ou menos conhecidos.

A conversa abriu-se. Afinal, com a idade próxima a ajudar, o Zé «entrou» por esses cafés comigo, começamos a cruzar nomes e histórias e, de repente, estávamos a perceber a existência de uma identidade geracional. A noite acabou divertidíssima, connosco a recordar algumas figuras da Lisboa desses tempos, embora nem sempre no mesmo registo de convivência.

O Zé Sarmiento de Matos passou, depois dessa noite, a ser um amigo. Voltaríamos a cruzar-nos, por alguns anos, com uma regularidade quase semanal, numa tertúlia jantante muito divertida, numa tasca de Campo de Ourique, onde, curiosamente, o número de mulheres suplantou sempre o dos homens. Aí comemorámos, numa noite imensa de gente e boa disposição, os 70 anos do Zé. Ele viria a desaparecer, tempos depois.

Há dias, ao olhar uma estante, redescobri a extraordinária *A Invenção de Lisboa* do José Sarmiento de Matos. Uma história amorosa da sua cidade. Recomendo vivamente que leiam!

Comecei este texto falando de Fernando Pessoa, acabo a falar do biógrafo da sua cidade. Ambos nasceram e morreram em Lisboa. Isto anda tudo ligado, dizia alguém da minha terra, que também escrevia e era poeta, que andava muito por bares, restaurantes e cafés, que se chamou Eduardo Guerra Carneiro, que era um amante de Lisboa e que, tal como Pessoa e o Zé Sarmiento de Matos, também já lá vai.<sup>185</sup>

<sup>185</sup> Francisco Seixas da Costa, «A noite em que passei a tratar Sarmiento de Matos por Zé», *Mensagem de Lisboa* (27 fev. 2021). <https://amensagem.pt/2021/02/27/a-noite-em-que-passei-a-tratar-sarmiento-matos-por-ze/>



## AGRADECIMENTOS

Na construção da narrativa deste livro foram fundamentais os contributos de todos os que se seguem e a quem agradeço a ajuda e disponibilidade.

Amélia Fontes Pereira de Melo

Ana de Castro Henriques

António Lamas

António Mega Ferreira

António Sacchetti

António Salgado

Alexandre Mimoso

Alice Faria

Carlos Sarmiento de Matos

Fernando d'Oliveira Neves

Hélia Silva

Margarida Acciaiuoli

Maria Antónia Oliveira

Maria Antónia Sarmiento de Matos

Maria do Carmo Sarmiento de Matos Magalhães Ramalho

Maria João Avillez

Maria João Forjaz

Maria José Sarmiento de Matos Freitas do Amaral

Maria Luísa Sarmiento de Matos

Natália Correia Guedes

Manuel Costa Cabral

Miguel Teles da Gama

Raquel Henriques da Silva

Teresa Patrício Gouveia

## BIBLIOGRAFIA

CÂMARA, Alexandra Gago da e Teresa Campos Coelho, «Entrevista a José Sarmento de Matos. "Em Lisboa, as coisas ajeitam-se..."», *Cadernos do Arquivo Municipal*, n.º 9 (jan.-jun. 2018), pp. 189-191.

MATOS, José Sarmento de, *Palácio Palmela*, Lisboa, Procuradoria-Geral da República, 1987.

\_\_\_\_\_. *Sons de Lisboa: Uma Biografia de Valentim de Carvalho*, Lisboa, D. Quixote/Valentim de Carvalho, 1989.

\_\_\_\_\_. *Uma Casa na Lapa*, Lisboa, Quetzal, 1994.

\_\_\_\_\_. *Lisboa, Um Passeio a Oriente*, Lisboa, Parque Expo/Metropolitano, 1994.

\_\_\_\_\_. *A Casa Nobre do Braço-de-Prata*, Lisboa, Refer EP, 2003.

\_\_\_\_\_. «Baixa Pombalina, reflexão para definição de princípios e um plano de salvaguarda», *Revista de História de Arte*, n.º 2 (2006), pp. 57-66.

\_\_\_\_\_. «Terreiro do Paço: Espaço e Função», in *Praças Reais: Passado, Presente e Futuro*, coord. Miguel Figueira de Faria, Lisboa, Livros Horizontes, 2008, pp. 395-403.

\_\_\_\_\_. *A Invenção de Lisboa — Livro I, As Chegadas*, Lisboa, Temas e Debates, 2008.

\_\_\_\_\_. *A Invenção de Lisboa — Livro II, As Vésperas*, Lisboa, Temas e Debates, 2009.

MATOS, José Sarmento de (coord. e org.), *Lisboa à Beira Tejo*, Lisboa, EGEAC/CML, 2010.

MATOS, José Sarmento de e Jorge Ferreira Paulo, *Caminho do Oriente: Guia Histórico*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999.

\_\_\_\_\_. *Um Sítio na Baixa, a Sede do Banco de Portugal*, Lisboa, Museu do Dinheiro, 2013.

NAPOLEÃO, Eduardo (coord.) e José Sarmento de Matos, *Palácio Portugal da Gama/São Roque*, Lisboa, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2016.

OLIVEIRA, Fernando Correia de e José Sarmento de Matos, *Tempo e Poder em Lisboa: O Relógio do Arco da Rua Augusta*, Lisboa, Espiral do Tempo, 2008.

SILVA, Raquel Henriques da, «Entrevista com José-Augusto França», *Revista de História da Arte* n.º 1 (2005), Lisboa, Colibri, IHA., pp. 7-13.

TOSTÕES, Ana e José Sarmento de Matos, *Arquitectura e Engenharia*, [Lisboa], OPCA, 2007.

## Artigos em Periódicos

COELHO, Alexandra Prado, «Crocódilos, freiras, poetas e índios — A história de Lisboa ao descer uma rua», *Fugas, Público* (20 out. 2012).

COSTA, Francisco Seixas da, «A noite em que passei a tratar Sarmento de Matos por Zé», *Mensagem de Lisboa* (27 fev. 2021).  
<https://amensagem.pt/2021/02/27/a-noite-em-que-passei-a-tratar-sarmento-matos-por-ze/>

DUARTE, Luís Ricardo, «O ADN de Lisboa», *Jornal de Letras* (24 set.-7 out. 2008), p. 31.

Entrevista com José Sarmento de Matos, «Lisboa é uma mulher intemporal», *Time Out* (16 fev. 2011), pp. 28-31.

FERREIRA, David Mourão, «Em Memória de Valentim de Carvalho», *Jornal de Letras* (1 mai. 1990), p. 32.

LUCAS, Isabel, «José Sarmento de Matos e Lisboa», *Fugas, Público* (9 jun. 2012), pp. 19-21.

MATOS, José Sarmento de, «O Rato da Gertrudes», *O Independente* (20 mai. 1988), pp. IV-22.

\_\_\_\_\_ «Partiu-se o Espelho Mágico», *O Independente* (26 ago. 1988), p. 10.

\_\_\_\_\_ «Como Palra a Cotovia», *O Independente* (30 set. 1988), pp. IV-19.

\_\_\_\_\_ «O Beco do Maquinez», *Revista Egoísta* (set. 2003), pp. 35-37.

\_\_\_\_\_ «Baixa Pombalina, Matéria e Espírito», *Público* (1 nov. 2005), pp. 4-6.

\_\_\_\_\_ «Príncipe Real», *Público* (4 abr. 2010), p. 2.

\_\_\_\_\_ «A Baixa, enfim!», *Público* (2 mai. 2010), p. 2.

\_\_\_\_\_ «Um adeus agradecido», *Público* (9 jul. 2011), p. 36.

\_\_\_\_\_ «Há mais gente em S. Nicolau», *Público* (12 fev. 2012), p. 37.

\_\_\_\_\_ «A Rua dos Douradores», *Público* (1 abr. 2012), p. 34.

\_\_\_\_\_ «Reaprender a Festa», *Público* (13 mai. 2012), p. 34.

\_\_\_\_\_ «O vizinho Eugénio», *Público* (8 jul. 2012), p. 36.

\_\_\_\_\_ «O Poço dos Negros», *Público* (16 set. 2012), p. 36.

\_\_\_\_\_ «O Elogio da Prepotência», *Público* (26 out. 2013), p. 45.

\_\_\_\_\_ «Obrigada Maria», *Diário de Notícias* (23 mai. 2015), p. 50.

\_\_\_\_\_ «Roteiros de viagem», *Público* (16 jun. 2018), p. 58.

MOURA, Paulo, «Lisboa a cidade que inventou uma ciência», *Público* (28 nov. 2008), pp. 28-29.

PINTO, Diogo Vaz, «Lisboa perdeu o intérprete da sua verdadeira vida», *Jornal I* (28 out. 2018).

[https://ionline.sapo.pt/artigo/631966/jose-sarmento-de-matos-lisboa-perdeu-o-interprete-da-sua-verdadeira-vida?seccao=Mais\\_i](https://ionline.sapo.pt/artigo/631966/jose-sarmento-de-matos-lisboa-perdeu-o-interprete-da-sua-verdadeira-vida?seccao=Mais_i)

RAMALHO, Margarida de Magalhães, «O Olissipógrafo», *Expresso* (25 out. 2008), pp. 26-27.

SALEMA, Isabel, «Morreu José Sarmiento de Matos, o historiador de arte que preferia ser olisipógrafo», *Público* (29 out. 2018), p. 28.

## CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

**Ana Luísa Alvim (CML)**

p. 81

**António Sacchetti**

pp. 53, 71, 166

**Arquivos Pessoais**

pp. 18, 23, 24, 26, 27, 29, 30, 34, 37, 38, 39, 40, 43, 44, 47, 49, 50, 51, 54, 59, 61, 63, 72, 76, 80, 174

**Bruno Portela**

pp. 77, 78

**Elza Rocha**

p. 74

**José Vicente (CML/DMC)**

pp. 33, 86, 89, 97, 102, 107, 112, 116, 121, 126, 127, 133, 138, 141, 156, 163, 164, 165

**Luísa Ferreira**

p. 17





OLISIPÓGRAFOS  
-OS CRONISTAS DE LISBOA-

*Como todos os ofícios que decorrem de uma genuína vocação, José foi olisipógrafo a tempo inteiro com uma paixão que, pelo menos ao longo dos últimos trinta anos, nunca deixou de crescer e frutificar: cada vez mais sábio e cada vez mais apaixonado, viveu esse imenso amor com uma juvenil alegria que espelhava a energia azul, entre rio e céu, do corpo mesmo de Lisboa. E que, no cerne da sua razão de ser, manteve as memórias da infância e da adolescência, entre o centro de Lisboa e as lonjuras de Sintra como um mapa pessoal que continha e transbordava toda a família e os muitos amigos que foi tendo.*

**Raquel Henriques da Silva**

ISBN 978-972-27-3136-2



**N** I M P R E N S A  
N A C I O N A L

© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO